



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARIA REGINA ALVES DOS REIS

**MEMÓRIA E HISTÓRIA DO PÓS-ESCRavidÃO: O COTIDIANO DO
ENGENHO BURACO D'ÁGUA NA CIDADE -ALAGOA NOVA -PB (1918-1950)**

**CAMPINA GRANDE-PB
FEVEREIRO DE 2018**

MARIA REGINA ALVES DOS REIS

**MEMÓRIA E HISTÓRIA DO PÓS-ESCRavidÃO: O COTIDIANO DO
ENGENHO BURACO D'ÁGUA NA CIDADE -ALAGOA NOVA –PB (1918-1950)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza.

**CAMPINA GRANDE-PB
FEVEREIRO DE 2018**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

R375m Reis, Maria Regina Alves dos.
Memória e história do pós-escravidão : o cotidiano do engenho buraco d'água na cidade □ Alagoa Nova-PB (1918-1950) / Maria Regina Alves dos Reis. □ Campina Grande, 2018.
135 f : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) □ Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018.

"Orientação: Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza".
Referências.

1. Cidade □ Memória e História. 2. Engenho □ Memórias. 3. Engenho □ Pós-Escravidão. I. Souza, Antônio Clarindo Barbosa de. II. Título.

CDU 323.3(043)

MARIA REGINA ALVES DOS REIS

MEMÓRIA E HISTÓRIA DO PÓS-ESCRavidÃO: O COTIDIANO DO
ENGENHO BURACO D'ÁGUA NA CIDADE -ALAGOA NOVA -PB (1918-1950)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História do
Centro de Humanidades da Universidade
Federal de Campina Grande como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em
História, Área de Concentração em História,
Cultura e Sociedade.

Dissertação aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza - PPGH/UFCG
(Orientador)



Dra. Keila Queiroz Silva - PPGH/UFCG
(Examinadora Interno)



Dra. Patrícia Cristina de Aragão - UEPB
(Examinadora Externo)

É saber se sentir infinito
Num universo tão vasto e bonito
É saber sonhar
E, então, fazer valer a pena cada verso
Daquele poema sobre acreditar.

Não é sobre chegar no topo do mundo
E saber que venceu
É sobre escalar e sentir
Que o caminho te fortaleceu
É sobre ser abrigo
E também ter morada em outros
corações
E assim ter amigos contigo
Em todas as situações

Trem-Bala. Ana Vilela

À minha família: meu filho César, meu esposo Severino, minha mãe Izabel e a todos que colaboraram para essa pesquisa. DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Neste momento em que realizo o sonho a que passei dois anos me empenhando, lutando, buscando e me dedicando, sinto um misto de emoções. No entanto, o sentimento que grita mais forte dentro de mim neste momento é uma gratidão imensa por todos os que participaram e contribuíram para que esse sonho se tornasse realidade.

Agradeço primeiramente a Deus, que me fortaleceu e me carregou em seus braços durante os momentos em que achei que não fosse conseguir. Foram muitas as provas durante o processo de mestrado, mas, se estou aqui redigindo este texto, significa que superei tudo e venci.

Agradeço a todos da minha família, meus irmãos, meu pai, que torceram e acreditaram que eu conseguiria; em especial, a minha mãe, Izabel, que lutou e luta para que seus filhos estudem, e segue sempre nos apoiando e incentivando.

A meu esposo, Severino, meu suporte, porto seguro sempre. Esteve comigo em todos os momentos dessa caminhada, retirando sempre que possível os espinhos que encontrei pelo caminho.

Agradeço ao meu orientador, professor Antônio Clarindo Barbosa de Souza, pela dedicação, compromisso e incentivo de sempre. Agradeço muito por ter acolhido minha proposta de pesquisa e ter me orientado a trilhar os caminhos certos para realizar o meu sonho.

Agradeço às professoras: Keila Queiroz Silva, do PPGH/UFCG, e Patrícia Cristina de Aragão – UEPB, que participaram da minha banca de qualificação e defesa, trazendo uma grande contribuição ao meu trabalho.

Aos professores do PPGH Luciano Mendonça, com quem tive o prazer de realizar o estágio docência, Iranilson Buriti, Alarcon Agra, Gervácio Batista e Marinalva Villar, por compartilhar comigo seus conhecimentos, contribuindo para que eu alcançasse meus objetivos na pesquisa.

Agradeço aos meus professores do curso de História da UEPB, em especial, ao professor Josemir Camilo de Melo e à professora Patrícia Cristina de Aragão, pelo apoio e incentivo de sempre. Esses mestres me fizeram acreditar que seria possível realizar o sonho do mestrado.

Aos colegas da Turma de Mestrado de 2016 do PPGH, pelas experiências compartilhadas durante os dois anos de mestrado.

Agradeço os meus colaboradores na pesquisa: Maria Julia da Conceição (*In Memoriam*), Adélia Ferreira (*In Memoriam*), Maria do Carmo Pimentel dos Santos, Tereza Josefa da Silva, Severino Vicente Barbosa e José Azevedo Sobral, que me receberam com muito carinho e atenção para compartilhar comigo suas memórias a respeito de Buraco d'Água.

A minha madrinha, Luzia, que não mediu esforços para contribuir com minha pesquisa, ajudando-me a encontrar as fontes necessárias. A ela, minha eterna gratidão.

Aos meus amigos de todas as horas, Lauriceia, Ariosvalber, Kaline, Jadson, Sando, Genira e Hayldon, que torceram, incentivaram e me apoiaram sempre.

Minha eterna gratidão a cada um de vocês que contribuíram para a escrita desta dissertação, para a realização deste sonho.

Muito obrigada.

RESUMO

Esta dissertação problematiza, por meio das narrativas de trabalhadores, o cotidiano do Engenho Buraco d'Água na cidade de Alagoa Nova-PB, no período compreendido de (1918-1950). Nesse sentido, o objetivo é compreender como os trabalhadores do engenho construíram suas experiências de vida, luta e trabalho nessa localidade no pós-escravidão. Desse modo, analisei quais os sinais e indícios de permanências e descontinuidades de práticas escravistas eram trazidos à tona pela memória dessas mulheres. Neste estudo, dialogo com teóricos que trazem uma grande contribuição sobre Memória e História, como Bosi (1994) e Halbwachs (2006). Essa abordagem se insere nas concepções de práticas e representações de Chartier (1991) e Certeau (2007), com os conceitos de estratégias e táticas. Como abordagem metodológica, conto com a contribuição de Alberti (2005) sobre História Oral, na sua concepção de história de vida, para trabalhar com a memória de mulheres e homens que nasceram e viveram sua infância e juventude no Engenho Buraco d'Água. Assim, procurei demonstrar, por meio do diálogo entre as fontes orais, escritas e fotográficas, as experiências de trabalhadoras do Engenho no pós-escravidão. Dessa forma, evidenciaram-se os rearranjos das relações, as alianças e negociações estabelecidas no cotidiano do Engenho entre os trabalhadores e o dono da propriedade para garantir trabalho e moradia.

Palavras-Chave: Cidade. Engenho. Campo. Representação.

ABSTRACT

This dissertation raises questions through workers narratives, the daily life in Engenho Buraco d'Água in the city of Alagoa Nova – PB between 1918 and 1950. This way, the goal is to understand how these sugar mill workers built their life experiences, fight and work in this place in the post slavery period. Thus, it was analyzed which signals and indications of permanence and discontinuities of slave practices that the memory of these women brought to light. In this study, we dialogue with theorists who bring a big contribution about Memory and History, such as Bosi (1994) and Halbwachs (2006). Therefore, this approach fits in the practice and representation conceptions of Chartier (1991) and Certeau (2007) with strategy and tactics. As methodological approach, we could count with Alberti's (2005) contribution about Oral History, in her conception of life story, to work with the memory of women who were born and lived their childhood and youth in Engenho Buaco d'Água. Thus, we tried to demonstrate through the dialogue between the oral, written and photographic sources; and the experiences of workers of the sugar mill in the post-slavery. Thus, it was evident the rearrangements of the relations, the alliances and negotiations established in the daily life of the sugar mill between the workers and the owner of the property to guarantee work and housing.

Keywords: City. Sugar mill. Field. Representation.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Corrente usada para aprisionar escravos	33
FIGURA 2	Vista panorâmica de Buraco d'Água	53
FIGURA 3	Dona Dinda e seus irmãos	62
FIGURA 4	Casa onde funcionava o Engenho de Mininéia Coelho Vianna	65
FIGURA 5	Mininéia Coelho Vianna e sua esposa Marieta	67
FIGURA 6	Trabalhadores do Engenho Buraco d'Água em festividade	68
FIGURA 7	Manuel Inácio da Silva e sua esposa, Maria Ângela Sobral	90
FIGURA 8	Casa antiga de Buraco d'Água -1918	91
FIGURA 9	Os filhos de Manoel Inácio da Silva e Maria Ângela Sobral	92
FIGURA 10	Luiz Sobral e Marieta da Silva Azevedo	93
FIGURA 11	Casa grande da Fazenda Buraco d'Água em 1996	94
FIGURA 12	Casa Grande de Buraco d'Água com sua segunda torre restaurada em 1996	95
FIGURA 13	Casa grande da Fazenda Buraco d'Água	96
FIGURA 14	Capela da Fazenda Buraco d'Água	97
FIGURA 15	Engrenagens do Engenho Buraco d'Água	101
FIGURA 16	Momento de pescaria em Buraco d'Água	117

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – ENTRE A CIDADE E O CAMPO: ALAGOA NOVA E SEUS ENGENHOS	28
1.1 Subindo e descendo ladeiras: a relação dos trabalhadores de Buraco d’Água com Alagoa Nova	48
CAPÍTULO 2 – “REVIRANDO OS PORÕES O TEMPO”: MEMÓRIAS DO ENGENHO BURACO D’ÁGUA E A MÃO DE OBRA NEGRA	53
2.1 “As moça veia me contavam”: memórias da escravidão em Buraco d’Água	57
2.2 “Meus pais eram Família de Escravo”: Dona Dinda e a memória da ancestralidade africana	60
2.3 “Trabalhava somente pra comer e vestir”: trabalho e moradia em Buraco d’Água no pós-abolição	63
CAPÍTULO 3 - AS ARTES DE VIVER NO ENGENHO BURACO D’ÁGUA.....	90
3.1 “Eu dizia que tava com dor de cabeça”: memórias do trabalho infantil em Buraco d’Água	108
3.2 A moradia como representação de poder x dependência	112
3.3 No ritmo das cirandas de Zé Preto: a tradição da banda de pífanos em Buraco d’Água	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	132

INTRODUÇÃO

“Todos nós temos um passado. Alguns conhecidos, outros envoltos na obscuridade. Se somos grandes pessoas de vulto, morreremos grandes. Se somos pequenos, morreremos pequeninos. E após pouco tempo ninguém saberá que existimos. Não se fica na história¹”.

Como enfatiza esta citação, durante muito tempo a escrita da História levou em consideração os “grandes fatos” e seus heróis. A História era contada apenas a partir da visão das elites, “grandes pessoas de vulto”. Assim, por meio dessa concepção historiográfica, as experiências históricas de homens e mulheres que pertenciam às classes menos favorecidas eram ignoradas e silenciadas. Desse modo, pessoas que tinham suas experiências de vida “envoltas na obscuridade” eram invisibilizadas pelo campo da História.

Nesta abordagem, evidenciarei as experiências de pessoas ditas “comuns”. Por meio da Memória de trabalhadores do Engenho Buraco d’Água², localizado na cidade de Alagoa Nova-PB, convido o leitor a revirmos os porões do tempo para visualizar um passado que estava “envolto na obscuridade”, um passado “esgarçado pela retidão ocidentalizante” (NASCIMENTO, 2006, p. 93). Assim, começo a trilhar pelos caminhos de “memórias amputadas pelo corte reto e cego da história”³ (NASCIMENTO, 2006, p. 93). Nesse sentido, vale ressaltar que, desde a década de 1980, temos uma historiografia preocupada em entender a experiência dos trabalhadores e grupos socialmente marginalizados no Brasil.

De acordo com Edinélia Maria Oliveira Souza, foi a partir dos anos 1990 que a historiografia sobre o pós-abolição tomou novas proporções no Brasil, por meio de estudos que tinham como foco as áreas escravistas do Centro-Sul. Tais estudos se propuseram a analisar a luta política que se estabeleceu em torno de um “projeto camponês” associado às condições políticas de acesso à terra e de garantia de

¹ Texto retirado do livro *100 anos da Fazenda Buraco d’Água*, de autoria de Maria Alice Sobral Martins, prima de José de Azevedo Sobral, autor do referido livro. A obra foi escrita para comemorar o centenário da fazenda em posse da Família Sobral. 31 de dezembro de 2004.

² Quando Engenho significar a propriedade inteira, usarei E maiúsculo. Quando me referir apenas ao maquinário, usarei letra minúscula.

³ NASCIMENTO, Gizêlda Melo do. **Feitio de viver**: memórias de descendentes de escravos. Londrina: Eduel, 2006.

sobrevivência, mediante a abertura da “fronteira agrária” na região⁴ (SOUZA, 2013, p. 55).

Sobre a pesquisa do pós-abolição no Brasil, Stuart Schwartz, na obra *Memórias do Cativo*⁵, afirma que, na época em que o recolhimento dessas lembranças começou, no final do século XX, a maioria dos que viveram como escravos estava morta há muito tempo. Assim, a recordação da escravidão teve de ser ouvida a partir de seus filhos e netos. Desta forma, considero importante destacar que a análise que apresento neste texto nasceu de conversas com uma mulher que se apresentou como neta de escravizados. Assim, suas narrativas estão marcadas de representações sobre si mesma, sobre a vivência entre os trabalhadores e sobre a relação com o dono do engenho onde nasceu, viveu e trabalhou durante sua infância e juventude.

Convido, então, o leitor a conhecer os caminhos que trilhei para encontrar os elementos que compõem a narrativa tecida nesta dissertação.

Era uma manhã de domingo, 20 de agosto de 2008, eu, aprendiz de historiadora, recém-chegada na graduação em História na Universidade Estadual da Paraíba, tive minha primeira conversa com Dona Dinda sobre suas vivências e experiências em Buraco d'Água. O entusiasmo e as expectativas tomavam conta de mim. No entanto, esta narrativa não começa a ser tecida a partir desse marco temporal. Os porões do passado do Engenho Buraco d'Água, da cidade de Alagoa Nova-PB, começam a ser revirados por mim desde os meus 12 anos, aproximadamente, quando em visitas à casa de minha avó, moradora durante muitos anos nas terras deste Engenho, chamava-me a atenção uma casa velha de arquitetura que se diferenciava das demais, devido ao fato de estar desabitada há muito tempo.

Desde então, procurar a memória dos que conheciam aquele passado era meu objetivo. Muito curiosa, perguntava a uns e outros, até que um dia, em conversas com minha avó, ela me falou que Dona Dinda havia nascido e vivido ali, conhecia toda a história da “Casa Antiga”. Eu seguia perguntando, até que um dia ouvi pela boca dos mais velhos do lugar que a casa foi construída pelos escravos. De posse dessa informação, fiquei ainda mais curiosa. Guardei a informação na memória durante anos,

⁴ SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. *História Oral*, v. 16, n. 2, p. 55-71, jul./dez. 2013.

⁵ MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Anna Maria Lugão. *Memórias do cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

pois, como afirma Bosi (1994, p. 22), “o que em mim fica é o que em mim significa”⁶. Eu começava, assim, a dar os primeiros passos em direção a uma pesquisa que me levaria ao mestrado.

O interesse pelo tema foi sendo despertado durante minha graduação na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), ocasião em que me dediquei a projetos de pesquisa e extensão que desenvolviam debates e pesquisas envolvendo as vivências do povo negro no pós-abolição.

Desse modo, segui me interessando cada vez mais pelo tema. Acredito que, pelo fato de ser negra, a temática me tocou mais profundamente. Ir ao encontro das demandas do povo negro significou para mim um encontro com mim mesma, com minha história de luta para alcançar o tão desejado curso superior. Na universidade, segui me dedicando a projetos de pesquisa e extensão em escolas públicas de Campina Grande e visitando comunidades quilombolas.

Quanto ao tema inserido no espaço do Engenho Buraco d’Água, isto se deu em razão da minha relação afetiva com aquele lugar. Minhas raízes estão ali, onde nasci e vivenciei belos momentos da minha infância. Meus avós moraram e trabalharam com seus filhos por muitos anos em Buraco d’Água. Ainda guardo viva a memória da infância, quando brincava às margens do Rio Mamanguape, que atravessa todo o território de Buraco d’Água. Essa memória afetiva com aquele lugar tornou-se terreno fértil para despertar o desejo de contar a história do lugar onde nasci, não a partir do olhar dos “patrões”, mas sim pela representação dos trabalhadores.

Nesse sentido, dediquei-me a responder a essas e a muitas outras perguntas: Como viviam os moradores de Buraco d’Água? Quais suas condições de trabalho e moradia? Quais eram suas origens? Quais as relações estabelecidas naquele espaço? Esses e outros questionamentos tentei responder por meio do diálogo que estabeleço com mulheres e homens que moravam e trabalhavam em Buraco d’Água no período estudado por esta dissertação.

De acordo com Kossoy (2001), esse início reside na procura das fontes, que são os meios do conhecimento. A localização e seleção das fontes é a primeira etapa do trabalho do historiador: a heurística⁷. Nesse sentido, esta dissertação é resultado de diálogos com as fontes orais sobre as primeiras décadas do pós-abolição no Engenho

⁶ BOSI, Éclea. **Memória e sociedade**: Lembranças dos Velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁷ KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 63.

Buraco d'Água. Tem por objetivo compreender como trabalhadores constituíram suas experiências de vida, luta e trabalho nessa localidade. Procurei perceber como os rastros de memória sinalizam para a permanências de práticas escravistas no cotidiano do Engenho. Através dos relatos orais, identifiquei como famílias negras descendentes de escravizados construíram e reinventaram relações com o senhor dono do Engenho para garantir trabalho e moradia.

Caminharemos, o leitor e eu, ao longo deste texto, pelas margens dos Rios e serras que compõem a bela paisagem de Buraco d'Água, direcionados pela memória de:

Maria Julia da Conceição, conhecida na comunidade de Buraco d'Água como Dona Dinda, nome que usarei nesta dissertação. Filha de Severino da Silva Pimentel e Julia Maria das Dores. Neta de escravizados, nasceu e viveu toda a sua infância e juventude em Buraco d'Água.

Adélia Ferreira (Velha Vaqueira), como é conhecida na comunidade. Filha de João Ferreira da Silva e Maria Joana da Conceição, nasceu e viveu em Buraco d'Água. Como sua prima Dona Dinda, Dona Adélia saiu da propriedade com quase 80 anos para viver em Alagoa Grande.

Maria do Carmo Pimentel dos Santos, conhecida por Dona Carminha. Filha de José Severino Pimentel e Rita da Silva. Sobrinha de Dona Dinda, Dona Carminha também nasceu e viveu muitos anos de sua vida em Buraco d'Água. Saiu há pouco tempo para morar em Alagoa Grande.

Tereza Josefa da Silva. Filha de João Bento dos Reis e Josefa Cecília da Silva. Moraram e trabalharam nas terras pertencentes ao Senhor Mininéia, dono do Engenho Buraco d'Água.

Severino Vicente Barbosa. Filho de tocador da banda de pífanos de Buraco d'Água. Morou durante 30 anos em Buraco d'Água. Aprendeu com o pai a tocar zabumba e caixa.

Os caminhos que trilhei durante a pesquisa foram me proporcionando cada vez mais surpresas e belas descobertas. O meu feliz encontro com José Azevedo Sobral (proprietário da Fazenda Buraco d'Água) foi uma dessas surpresas. Filho único do casamento de Luiz Sobral e Marieta Azevedo. Sobral me recebeu em sua fazenda e se colocou à minha inteira disposição para colaborar com a pesquisa, fornecendo-me entrevista, documentos escritos e fotografias que foram de grande importância para preencher as muitas lacunas que encontrei durante a pesquisa.

Segundo Souza (2013), as memórias que afloram nas narrativas orais são compreendidas enquanto redes que expressam vivências, ressignificam trajetórias, evidenciam histórias anônimas, anunciam experiências compartilhadas⁸. Desse modo, as lembranças são constantemente reinventadas a partir de experiências individuais e coletivas que revelam uma cultura pautada pelo entrelaçamento da vida com o trabalho, pelas sociabilidades, negociações e relações de poder forjadas na luta por sobrevivência e pela constituição de cidadania. As narrativas de experiências vividas por essas pessoas, problematizadas no decorrer deste estudo, elaboram uma reflexão acerca da configuração da relação estabelecida entre os trabalhadores (moradores) e o dono de Buraco d'Água.

O meu encontro com Dona Dinda, em 2008; Dona Adélia, em 2016; Dona Carminha, em 2017; Dona Tereza, em 2017 e Severino, em 2017 foram inspirados pela poética revigoradora da escrita de Ecléa Bosi em sua obra *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. A autora destaca a função social na “memória dos velhos”. Nesse contexto, caminhei em busca da memória dessas mulheres. Assim, os depoimentos orais tornaram-se instrumentos de investigação para tecer um corpo textual significativo. Como afirma Bosi (1994, p. 64):

Os velhos, apesar de não serem mais propulsores da vida presente de seu grupo social, têm uma nova função social: lembrar e contar para os mais jovens a sua história, de onde eles vieram, o que fizeram e aprenderam. Na velhice, as pessoas tornam-se a memória da família, do grupo, da sociedade⁹.

Dessa forma, enfatizo que os homens e mulheres com os quais dialogo nesta dissertação são detentoras de uma memória individual, mas também memória de um grupo, família e de toda uma sociedade. Elas são detentoras não só de uma memória, história de vida, mas também memória de um grupo composto pelos trabalhadores do Engenho. A memória é concebida no seu sentido tanto individual quanto coletivo, relacionada às lembranças dos indivíduos. A memória não é um fenômeno individual, mas sim uma construção social¹⁰.

⁸ SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. *História Oral*, v. 16, n. 2, p. 55-71, jul./dez. 2013. p. 56.

⁹ BOSI, Éclea. *Memória e sociedade: Lembranças dos Velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 64.

¹⁰ HALBWACHS. Maurice. *A Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2006. p. 30.

Os historiadores que trabalham com História Oral e Memória de “pessoas comuns” evidenciam as vivências dos que historicamente foram relegados ao esquecimento, lançados na marginalidade da História oficial. Na concepção de Halbwachs (2006), cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, o qual se modifica segundo o lugar que ocupa. Esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes¹¹.

Chartier (1991) apresenta a noção de “representação coletiva”, que permite articular as relações com o mundo social, desde as “configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade” (CHARTIER, 1991, p. 183), passando pelas práticas que constroem e fazem “reconhecer uma identidade social [...] exibir uma maneira própria de ser no mundo, [...] significar simbolicamente um estatuto e uma posição¹²”.

Segundo Souza (2013), a pesquisa oral constituiu um instrumental metodológico facilitador do trânsito entre subjetividades experimentadas por indivíduos e grupos que, de alguma forma, estiveram no limbo, na penumbra da História, tornando possível historicizar e trazer à tona marcas e vestígios de situações vividas que, de determinados ângulos, pouco tiveram visibilidade na historiografia¹³.

De acordo com Alberti (2005, p. 18), a História Oral é um método de pesquisa “[...] que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”¹⁴. Destarte, a autora defende que a história de vida tem como centro de interesse o próprio indivíduo na História, incluindo suas trajetórias desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou. Tal modalidade remete à ressignificação de um fato ocorrido na vida de um indivíduo por ele mesmo¹⁵. Dessa forma, ao contar suas histórias de vida, as mulheres com as quais dialogo evidenciam não apenas suas experiências, mas as experiências do grupo de trabalhadores do Engenho.

¹¹ HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2006. p. 69.

¹² CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, jan./abr. 1991. p. 183.

¹³ SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. **História Oral**, v. 16, n. 2, p. 55-71, jul./dez. 2013. p. 57.

¹⁴ ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

¹⁵ Id. p. 37.

Como afirma Bosi (1994, p. 68), “a narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar”¹⁶. Nessa perspectiva, Nascimento (2006) poeticamente expressa:

A oralidade aforada no entretecer de vozes na transversal do discurso que se quer único, nos arredores, artérias buliçosas da cidade; a oralidade na manifestação dos simples, na ópera cotidiana dos artesãos da vida revelando outros saberes (NASCIMENTO, 2006, p. 07)¹⁷.

Nascimento (2006, p.120) destaca a importância da oralidade, que tece cotidianamente um “discurso que se quer único”. No entanto, torna-se Memória coletiva e segue se configurando “nos arredores, artérias da cidade” (NASCIMENTO, 2006, p. 121) oralidade que sai da boca dos simples, revelando outros saberes. Nesse caso, no campo e na cidade. Lembra Bosi (1994) que narrar é tecer um fio que desencadeia acontecimentos, e neles se envolvem personagens em um lugar e em um tempo determinado¹⁸.

Sobre a arte de narrar, Benjamin¹⁹ (1987) afirma que o narrador conta o que ele extrai da experiência, sua própria ou aquela contada por outros. Ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história. De acordo com Benjamin (1987 apud NASCIMENTO, 2006), a sabedoria dos simples opera formas de transitar, traduzir e colocar-se no espaço/mundo. Assim, pela metodologia da História Oral, torna-se possível apreender a espontaneidade dos gestos, a modulação das vozes, a expressão do olhar, o esboço de um sorriso. Nesse panorama, os depoimentos que analisamos são testemunhos de experiências vivenciadas ou transmitidas. São vozes portadoras de outros valores e saberes vividos que, ao longo da História, foram silenciados pelo discurso centralizador.

Segundo Nascimento (2006), trabalhar com a memória é revolver as camadas do tempo, vasculhar procurando vestígios tradutores de uma época, de uma forma de viver, reviver em cada gesto, em cada palavra, cada objeto citado em um tempo ímpar, onde o

¹⁶ BOSI, Éclea. **Memória e sociedade**: Lembranças dos Velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

¹⁷ NASCIMENTO, Gizêlda Melo do. **Feitio de viver**: memórias de descendentes de escravos. Londrina: Eduel, 2006.

¹⁸ BOSI, Éclea. **Memória e sociedade**: Lembranças dos Velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 70.

¹⁹ BENJAMIN, Valter. Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre Literatura e História da Cultura. In: _____. **Obras Escolhidas**. São Paulo ; Brasiliense. 1987 (v. 1).

que conta não é o episódio, mas os retalhos de uma narrativa²⁰. Como afirma Bosi (1994, p. 90), “a arte de narrar é uma relação alma, olho e mão: assim transforma o narrador sua matéria, a vida humana”²¹.

Assim, atua o historiador, revira as camadas da memória a ponto de tornar-se possível perceber, como um desenho, perfis tradutores de uma realidade vivida, perdida no tempo. De acordo Nascimento os pequenos detalhes considerados irrelevantes, citados despretensiosamente e aleatoriamente dentro de um episódio ganham singularidade quando recuperam um retrato sócio histórico de uma época²².

Rezende²³ (1997) defende que a tarefa do historiador é imensa e necessariamente incompleta, pois sempre exigirá novas leituras, a depender do tempo e do espaço em que são/foram/serão produzidas. Se o historiador quiser tentar compreender o significado dos labirintos construídos pelos homens, não deve fechar os olhos, nem tampouco o coração.

Em busca de compreender como foram vivenciadas e significadas as relações de trabalho e moradia em Buraco d'Água, além dos relatos de memória, faço uso de outras fontes, tais como: fotografias, jornais, documentos escritos. Esse suporte teórico e metodológico foi de fundamental importância para a realização de entrevistas com seis pessoas, sendo elas: quatro trabalhadoras que nasceram e viveram em Buraco d'Água durante sua infância e juventude, um trabalhador deste Engenho que herdou do pai a arte das bandas de pífanos e o herdeiro de Buraco d'Água, que se colocou à disposição para colaborar com a pesquisa, fornecendo documentos escritos e fotografias do período abordado nesta dissertação.

Quanto aos métodos da pesquisa, caminhei na linha do paradigma indiciário proposto pelo historiador italiano Carlo Ginzburg²⁴ (1987), através de pistas, sinais e indícios que conduzam o historiador a observar e investigar um fato assim como faz um policial ou detetive. Nesse sentido, problematizei o objeto de estudo, por meio de indícios e sinais que permitiram decifrar uma realidade histórica do cotidiano pós-escravista do Engenho Buraco d'Água.

²⁰ NASCIMENTO, Gizêlda Melo do. **Feitio de viver:** memórias de descendentes de escravos. Londrina: Eduel, 2006. p. 7.

²¹ BOSI, Éclea. **Memória e sociedade:** Lembranças dos Velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

²² NASCIMENTO, Gizêlda Melo do. **Feitio de viver:** memórias de descendentes de escravos. Londrina: Eduel, 2006. p. 7.

²³ REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos modernos:** Histórias da cidade de Recife na década de XX. Recife: FUNDARPE, 1997.

²⁴ Idem.

Segundo Meihy e Holanda²⁵ (2007, p. 14)

a documentação oral apreendida por meio de gravações eletrônicas, feitas com o propósito de registro, torna-se fonte oral [...] e ao materializarmos em documento escrito, porém, a História oral ganha objetividade de qualquer documento gráfico ou de análise historiográfica.

Desta feita, a base da pesquisa é a História Oral, por meio de entrevistas que foram transcritas e analisadas. As fontes orais também contribuem como veículo para assegurar que esses grupos sociais passem suas memórias para as gerações futuras. Logo, esses sujeitos são imortalizados pelas suas narrativas. Além das fontes orais, a pesquisa contou com várias fotografias do período.

A fotografia é um documento rico em informações e significados, que nos coloca em contato direto com um momento, um personagem e uma época. De acordo com Lima e Carvalho²⁶ (2009), a fotografia fornece dados que os documentos textuais não registraram. Por outro lado, a compreensão da fotografia como uma forma de representação abriu inúmeras possibilidades de análise de problemas históricos associados à construção da imagem.

Nessa perspectiva, como todo documento, a fotografia é uma construção social com seus silêncios e não-ditos. Toda seleção é uma forma de silêncio, silêncio do olhar intermediador do fotógrafo no ato de tomada do registro. Dessa forma, a fotografia abriga desejos e construções de sentidos e de significados. Assim, por meio de interesses e escolhas, permite recriar e reinterpretar o real.

Para compreendemos a fotografia como fonte histórica, temos de considerar os usos sociais que agenciaram o invento fotográfico ao longo dos séculos XIX e XX. Nesse diapasão, as fotografias refletem visualmente valores ideológicos, idealizações e sistemas estéticos e éticos de grupos sociais. Para Kossoy (2001, p. 31), com a “revolução documental” das últimas décadas e com o alargamento do conceito que o termo “documento” passou a ter, a fotografia começou a ser tratada de forma diferenciada. As fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta que prometem frutos na medida em que se tentar sistematizar suas informações,

²⁵ MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

²⁶ LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: Usos sociais e historiográficos. In: _____. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para decifração de seus conteúdos e, por consequência, da realidade que os originou²⁷.

Lima e Carvalho (2009) defendem que as imagens fotográficas permitem conhecer aspectos significativos da memória coletiva, indo muito além de meras descrições, e trazem expressões vividas em outros tempos. Destarte, retratam a história visual de uma sociedade, documentam situações, estilos de vida, gestos e atores sociais, permitindo aprofundar o conhecimento da cultura material expressa na arquitetura, nas cidades e nos objetos. A partir dos anos de 1990, o interesse de historiadores, antropólogos e sociólogos pela fotografia ampliou-se. Confluíram os usos sociais e científicos que a fotografia vinha recebendo com os novos paradigmas das Ciências Humanas.

Esse conjunto de fontes me possibilitou construir uma narrativa que permitirá ao leitor conhecer e identificar no cotidiano do Engenho Buraco d'Água continuidades de práticas escravistas no período compreendido entre 1918 e 1950. Neste sentido, relatos evidenciam as estratégias utilizadas pelo “senhor do engenho” para manter uma mão de obra sustentada nos moldes do regime escravocrata. As falas destacam também as táticas dos trabalhadores do engenho pela manutenção de trabalho e moradia. A memória desses sujeitos me permitiu analisar, através das narrativas, as manifestações e práticas culturais afro-brasileiras no Engenho Buraco d'Água.

A abordagem das vivências cotidianas desses trabalhadores no Engenho se tornou possível através do diálogo com as contribuições de Michel de Certeau, na sua compreensão de estratégia e tática. Nessa perspectiva, Certeau (2007), ao tratar de estratégias e táticas, destaca:

Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico²⁸ (CERTEAU, 2007, p. 46).

Em oposição ao conceito de estratégia, o teórico francês nos traz sua compreensão do que seria a tática:

²⁷ KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2.ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

²⁸ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Denomino, ao contrário, de “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem, portanto, com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem aprendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias (CERTEAU, 2007, p. 46)²⁹.

Partindo dessa concepção, Certeau (2007) destaca que, no campo das relações sociais, as estratégias são capazes de impor, produzir, mapear. Já as táticas são utilizadas para manipular e alterar. Nesse estudo, isso se insere na relação estabelecida entre o dono do engenho e os moradores (trabalhadores).

De acordo com Certeau (2007), a tática é a arte do fraco. Ele destaca que a tática é determinada pela ausência de poder, assim como a estratégia se organiza pelo postulado do poder. A partir desta concepção, o teórico nos mostra os mecanismos pelos quais os indivíduos, em um conjunto muito grande de práticas da vida cotidiana, manifestam suas capacidades criativas, “astúcias” e “engenhosidades” para caminhar de maneira própria³⁰. Assim, na concepção Michel de Certeau, a tática se caracteriza pelo movimento dentro do campo de força. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende.

De acordo com Certeau (2008, p. 31):

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição com esta fadiga, com esse desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. Não se deve esquecer este “mundo memória”, segundo a expressão de Péguy. É um mundo que amamos profundamente. Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história “irracional”, ou desta “não-história”, como diz ainda A. Dupront. O que interessa ao historiador do cotidiano é o Invisível³¹.

Como afirma Certeau (2008), o que interessa ao historiador do cotidiano é o invisível. O que despertou este estudo foi justamente o invisível. Ao ver a “Casa Antiga de Buraco d’Água”, despertei para enxergar o que não estava posto. Fui buscar nos

²⁹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 46.

³⁰ Id. p. 95.

³¹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Morar e cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

“porões do tempo” indícios, pistas, sinais de vivências cotidianas do pós-abolição neste espaço. Desse modo, ao estudar o cotidiano dos sujeitos desta narrativa, fui vislumbrando que, para estes trabalhadores, narrar suas vivências significa ativar a memória afetiva, memória dos lugares da infância, memórias do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres. Mas também ativa uma memória do trabalho duro, da labuta diária para garantir os meios de sobrevivência. Nessa senda, Certeau (2008) destaca que a memória possibilita ao historiador do cotidiano desvendar o invisível.

Para pensarmos sobre as práticas e representações do cotidiano do Engenho Buraco d’Água pós-escravidão, faço uso das ideias de Chartier (1990, p. 17), que define: “[...] Assim desviada, a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, em um instrumento que produz uma imposição interiorizada, necessária lá onde falta o possível recuso à força bruta”³².

Nesse sentido, o conceito de representação é fundamental para compreendermos as relações de poder e o sentido ideológico que permeiam as diferentes representações de mundo, seja do trabalhador (morador do engenho) ou do dono do engenho, que ainda estava ideologicamente envolto por concepções escravistas. Busquei, então, compreender a maneira como cada grupo se representa e é representado social e culturalmente, para visualizar as estratégias simbólicas definidoras de tais representações.

De acordo com Chartier (1990, p. 17):

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalização de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam [...] as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas)³³.

O referido teórico acredita que as representações não são discursos neutros, mas produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma referência, e mesmo legitimar escolhas, que colocam os indivíduos e os grupos sociais no campo da concorrência e da luta³⁴. Desse modo, as representações inserem-se em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de

³² CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. p. 17.

³³ Id., p.17.

³⁴ Id. Ibid. p. 17.

dominação. Em outras palavras, são produzidas verdadeiras “lutas de representações”. Nas lutas de representações, tenta-se impor a outro ou mesmo ao grupo sua concepção de mundo social, conflitos que são tão importantes quanto as lutas econômicas.

Esta dissertação conta com a contribuição de estudos que se tornaram referências na análise do pós-abolição. Entre esses estudos, está o de Maria Emília Vasconcelos dos Santos, em sua tese de doutorado³⁵, que investiga as experiências sociais dos trabalhadores dos engenhos no contexto emancipacionista da década de 1880 e do imediato pós-abolição. A historiadora aborda as quebras e as linhas de continuidade entre a escravidão e a liberdade vivenciadas pelos senhores de engenho e os trabalhadores da cana-de-açúcar, entre eles, a população pobre e livre, principalmente a negra e os escravos na Zona da Mata Sul de Pernambuco, entre os anos de 1884 e 1893.

Nesse sentido, essa pesquisa traz uma grande contribuição para os posteriores estudos do pós-abolição. Este estudo realizado na Zona da Mata Sul de Pernambuco subsidia outros pesquisadores a pensar a experiência de trabalhadores de engenhos de outras regiões do Brasil. Nessa mesma perspectiva, Santos (2014), em sua tese, mostra as experiências da escravidão e da abolição vivenciadas pelos trabalhadores do açúcar de variadas maneiras, destacando as complexas relações de trabalho nas alianças e negociações estabelecidas no cotidiano e nos modos de reivindicar direitos no pós-abolição.

Nessa perspectiva de pensar o pós-abolição, os pesquisadores deste tema têm também a tese de doutorado de Edinélia Maria Oliveira Souza³⁶. Neste estudo, a historiadora analisa o pós-abolição a partir de experiências vividas por negros e mestiços no Recôncavo Sul da Bahia. Ela se preocupou em mostrar como africanos, crioulos, pretos, cabras e pardos agenciaram estratégias cotidianas para se inserir na estrutura social configurada durante os primeiros tempos da República brasileira.

No que se refere aos estudos do pós-abolição, destaco também a dissertação de Rafaela Machado Ribeiro³⁷, que problematiza as experiências e percepções do negro

³⁵ SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **Os significados do 13 de maio: A abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da mata Sul de Pernambuco (1884-1893)**. 2014. 227f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

³⁶ SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. **Pós-abolição na Bahia: Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus 1888/1930**. 2012. 271f. Tese (Doutorado em História Social) - UFRJ/IFCS/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro.

³⁷ RIBEIRO, Rafaela Machado. **O negro e seu mundo: Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893)**. 2012. 237f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-

sobre liberdade e cidadania, que estavam entrelaçadas à construção de um discurso e prática social de valorização de uma nova ética de trabalho, fortemente veiculada desde os tempos do cativoiro.

Em sua tese de doutorado, a historiadora Maria da Vitória Barbosa Lima³⁸ analisa a liberdade na Paraíba do século XIX e seus diversos significados para a população negra, escrava e livre. Nesse sentido, essa pesquisa revelou que a população livre e pobre, principalmente a negra, vivenciou um fio tênue entre a liberdade e a escravidão, isto é, sofreu a (re)escravização.

*Memórias do Cativoiro*³⁹, de Ana Maria Lugão Rios e Hebe Maria Mattos, obra que se tornou referência para os pesquisadores do pós-abolição, tem como principal fonte os depoimentos orais de descendentes de escravos do sudeste cafeeiro. As autoras se preocuparam em investigar as concepções de liberdade e os projetos de vida dos ex-cativos, dos seus filhos e netos.

O livro *Encruzilhadas da Liberdade*⁴⁰, de Walter Fraga Filho, analisou as últimas décadas da escravidão e os primeiros anos republicanos nos engenhos do Recôncavo baiano. Esse estudo é uma grande contribuição para nos ajudar a pensar as experiências vividas por trabalhadoras em Buraco d'Água, tendo em vista que o autor se preocupou em perceber a dinâmica das relações cotidianas vivenciadas por ex-cativos e seus descendentes nos engenhos no pós-abolição.

Esta dissertação divide-se em três capítulos:

No primeiro capítulo - *Entre a cidade e o campo: Alagoa Nova e os seus Engenhos*, convido o leitor a me acompanhar em um passeio pelos meandros do cenário que compõe o trajeto que liga a cidade de Alagoa Nova ao Engenho Buraco d'Água, objeto desta dissertação. Nesse sentido, trilharemos, ao longo deste capítulo, por caminhos do rural e do urbano que se entrelaçam. Essas trilhas levarão o leitor a conhecer o contexto do processo de escravização em Alagoa Nova, que também conhecerá o momento sócio-político vivenciado na cidade no período estudado nesta dissertação.

Graduação em Sociologia Política, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Campos dos Goytacazes.

³⁸ LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade interdita, liberdade reavida**: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). 2010. 378f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

³⁹ MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Anna Maria Lugão. **Memórias do cativoiro**: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁴⁰ FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2006.

No segundo capítulo - *Revirando os porões do tempo: Memórias do Engenho Buraco d'Água e a mão de obra negra*, contextualizo a história do Engenho Buraco D'Água e a constituição da mão de obra negra que se origina no período escravista. Assim, este capítulo dedica-se também a mostrar as representações do passado escravista desta localidade a partir da memória de uma descendente de cativos, apontando como relações e práticas escravistas permaneceram no pós-escravidão.

No terceiro capítulo, *As artes de viver no Engenho Buraco D'Água*, analiso como se estabeleceram as relações entre a Família Sobral e seus trabalhadores em Buraco d'Água. Por meio da memória dos trabalhadores, investigo as táticas de uma família negra pela manutenção de trabalho e moradia. Identificarei também como o dono do Engenho estabelecia estratégias para assegurar uma mão de obra sustentada em princípios de lealdade e fidelidade. Este capítulo se preocupa ainda em mostrar as manifestações e práticas culturais afro-brasileiras em Buraco d'Água.

CAPÍTULO 1 - ENTRE A CIDADE E O CAMPO: ALAGOA NOVA E SEUS ENGENHOS

Neste capítulo, convido o leitor a me acompanhar em um passeio pelos meandros do cenário que compõe o trajeto que liga a cidade de Alagoa Nova ao Engenho Buraco d'Água. Trilharemos, o leitor e eu, ao longo deste texto, por caminhos do rural e do urbano que se entrelaçam. Os cenários que formam esta narrativa me foram apresentados por sujeitos que, mesmo sendo do espaço rural, informam e dão densidade ao que chamamos de cidade, pois, como afirma Souto⁴¹ (2015), em quase todo o país os vínculos entre o rural e o urbano são bastante fortes, sendo quase impossível separar drasticamente essas noções espaciais.

Conforme informações do IBGE⁴², o Engenho Buraco d'Água, objeto de investigação desta dissertação, fica localizado na cidade de Alagoa Nova-PB, mesorregião Agreste e microrregião do Brejo paraibano. Alagoa Nova distante, a 28 km da cidade de Campina Grande e a 148 km da capital João Pessoa, possui um clima de brejo de altitudes, o que favorece o desenvolvimento da policultura. A população é de 19.861 habitantes, distribuídos quase que igualmente entre a zona rural (9.887) e a zona urbana (9.794). Sua densidade demográfica corresponde a 160 hab./km².

Convido o leitor a trilhar inicialmente no território dos índios Bultrins para conhecermos a formação da cidade de Alagoa Nova. Segundo Santos⁴³ (2012), Alagoa Nova surgiu de uma doação de terras pertencentes aos índios Bultrins, originando-se de uma Sesmaria concedida pelo governador Francisco Xavier de Miranda, em fevereiro de 1763, ao Alferes José de Abreu Tranca, que residia na comarca de Pombal. Essas terras localizavam-se no Olho d'Água da Prata até o limite com Aldeia Velha, uma área ocupada pelos Índios Cariris, os quais vieram para esta localidade na busca de terras para garantir sua sobrevivência, onde fixaram moradia. Assim, Alagoa Nova ficou conhecida como a Esmeralda dos Bultrins.

Em sua obra *Synopsis das sesmarias da capitania da Pahahyba compreendendo o território de todo o estado do mesmo nome parte do Rio grande do Norte*, Irineu

⁴¹ SOUTO, Pedro Inácio. **Areia:** uma “aldeia” negra paraibana de fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX. 2015. 173f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFCG, Campina Grande.

⁴² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Alagoa Nova.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/alagoa-nova/panorama>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

⁴³ SANTOS, Luiz Carlos dos. **A “modernização” da cidade rural:** espaços de rupturas e permanências da cidade de Alagoa Nova-PB (1920 -1960). 2012. 151fl. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFCG. Campina Grande.

Jofilly mostra a concessão de terras da sesmaria que compreende o território dos índios Bultrins:

Os índios Carirys por seu governador D. Pedro Valcacer, sitos na missão de N. S. do Pilar do Taipu, sendo senhores e possuidores por carta de sesmaria de uma sorte de terras, situado no lugar chamado Bultrins cuja data tem de sesmaria uma légua de terra tão somente, que parte do leste com Antônio de Miranda Paes e o capitão-mor José Freire e pela parte do sul com terras onde os índios tem situado seus gados e suas lavouras e pela parte do leste com as serras do Paó; e porque estas terras em que os ditos tem seus gados e lavouras a largos anos estão fora da dita data que é o sitio chamado Genipapo, que pela parte do leste confronta com as terras e data do capitão Antônio de Oliveira Ledo e pela parte do norte com as terras dos mesmos índios, onde tem a sua aldeia e pela parte do leste com as mesmas serras do Paó e pela parte do sul com terras do capitão Manoel Correia⁴⁴ (JOFFILY, 1892, p. 60).

Nesta escrita, Jofilly (1892) mostra que as terras dos índios cariris chamados de Bultrins faz fronteira com terras ocupadas pelo capitão Antônio de Oliveira Ledo, atual Campina Grande, e pela parte leste, as terras fazem fronteira com as serras do Paó (atual Alagoa Grande). O sítio chamado Genipapo, como o autor cita, pertence ao território de Alagoa Nova, fazendo fronteira com Buraco d'Água e Alagoa Grande.

Tendo conhecido o território dos Bultrins, percorremos agora por um aglomerado de casas, nas proximidades da Lagoa dos Patrícios, o atual parque da lagoa “Manoel Pereira”. Uma vila pequena foi se formando a partir da construção de casas de taipa e de tijolos nas proximidades da Lagoa dos Patrícios, ponto de chegada dos que vinham das redondezas à procura dos gêneros aqui produzidos (SANTOS, 2012).

De acordo com Santos (2012), no ano de 1778 já havia um povoado denominado de Alagoa Nova, que em 1790 passou a distrito da Vila Nova da Rainha, atual Campina Grande, emancipando-se em 1850, quando adquiriu o estatuto de vila, voltando a pertencer a Campina Grande em 1900 e desmembrando-se definitivamente em novembro de 1904. Em 1938, Alagoa Nova passou a chamar-se Laranjeiras, nome mantido até 1943, quando o Decreto n. 520, de 30 de dezembro, restituiu a antiga denominação, Alagoa Nova.

⁴⁴ JOFFILY, Irineo. **Sinopses das sesmarias da capitania da Pahahyba**. Compreendendo o território de todo o estado do mesmo nome e parte do Rio Grande do Norte da capitania da Pahahyba. Paraíba: M. Herique, 1892. p. 60.

Na obra *Alagôa Nova: Notícias para sua História*, de autoria de José Borges de Sales, ganham destaque as famílias com influência política e econômica, fortalecendo a inter-relação entre os engenhos e a cidade. De acordo com Sales (1990), a família Martins Torres Brasil era de origem portuguesa e, ao que tudo indica cristã nova, enquanto a família Gabínio era de procedência italiana. O autor enfatiza que a população branca era de origem portuguesa; a família Abreu Tranca procedia da Bahia. Já os Freire Mariz, Aquino de Mendonça, Correia de Barros, Cardoso, Lessa, Costa, Araújo, Vieira, Pereira e Fernandes eram de origem portuguesa, mas não se precisa a região de procedência.

Dentre as famílias citadas, está a família Aquino de Mendonça, que residia no Engenho Olho d'Água, nas proximidades de um arruado de casas que era Alagoa Nova. A família Almeida Mendonça se destacava pela influência política e econômica exercida na cidade de Alagoa Nova. A família tinha ascendência italiana⁴⁵.

Sales (1990) afirma que, descendente de portugueses, a família Correia de Barros residia em Alagoa Nova desde o início do século XIX. Era proprietária do Engenho Horta de Baixo e possuía o maior número de escravos de Alagoa Nova. Destarte, é de suma importância ressaltarmos que essas famílias consolidaram suas fortunas também com o trabalho escravo⁴⁶.

No tocante à questão fundiária, Sales (1990) destaca que o grande proprietário rural foi o sesmeiro, Capitão José de Abreu Tranca. Seus domínios cobriam vastas extensões de terra e possuía apenas oito escravos. O autor acredita que, em virtude da escassa força de trabalho, a área cultivada era limitada. Com sua morte, veio a primeira partilha. As transmissões por herança e por venda foram ocorrendo. As sesmarias Olho d'Água da Prata e Lagoa dos Veados, onde localiza-se o território de Buraco d'Água, objeto de análise desta dissertação, permaneceram nas posses de seus descendentes.

Sales (1990) afirma que Alagoa Nova era um centro produtor de farinha. O autor menciona o inventário do capital de José de Abreu Tranca. Entre os bens arrolados, estavam uma casa de farinha e seus aviamentos. O cultivo da mandioca constituía, na época, forte esteio econômico da região do brejo de Alagoa Nova. Nesse sentido, com a farinha, iniciou-se a primeira indústria da região do Brejo da Paraíba. As casas de farinha, como denominavam os inventários mais recuados, “casas de farinha e

⁴⁵ SALES, José Borges de. **Alagôa Nova: Notícias para sua História**. Fortaleza: Gráfica Editora R. Esteves Tipoprogresso, 1990. p. 41.

⁴⁶ Id. p. 52.

aviamentos”, manipulavam os tubérculos da mandioca e preparavam a farinha. Segundo Epaminondas Câmara (1947 apud SALES, 1990), trata-se de um período que se poderia denominar de “civilização da farinha”.

Nesse período que Epaminondas Câmara chamou de “civilização da farinha”, o transporte de farinha para comercializar acontecia com muita dificuldade. As estradas que levavam a Areia, Alagoa Grande e Campina Grande eram sinuosas, estreitas, com ladeiras bastantes íngremes. No período de chuva, os atoleiros e terrenos escorregadios dificultavam a locomoção. Nesse momento vivenciado por Alagoa Nova:

A força de trabalho era a mão de obra escrava. O escasso capital monetário impossibilitava anseios de expansão. O crescimento econômico lento e rotineiro refletia a falta angustiante de dinheiro. Os cultivos se ajudavam os donos de terras e de escravos, numa busca de maior rentabilidade, tentavam iniciar o cultivo da cana de açúcar (SALES, 19909, p. 38)⁴⁷.

Maria Alice Sobral Martins recupera um pouco da memória da escravidão em seus escritos sobre a família Sobral. Nesse panorama, ela afirma:

Madrinha Josefa, bisavó, tinha em sua companhia 05 escravos, de nome: João Cambeta, Pajuaba, Juliana e Verdelenga. Certa noite, Pajuaba cantou a noite toda e no outro dia ele fugiu deixando os alicerces do Engenho Velho todo escavado, fazendo crê a todos que ele arrancou uma botija⁴⁸ (MARTINS, 2004;p.01)

Como afirma Maria Alice, a bisavó de José Sobral e dela mesma, já que são primos, possuía escravos. Consideramos que a expressão “Tinha em sua companhia 05 escravos” tenta amenizar o peso da palavra escravização. Seria mais adequado utilizar, na minha concepção, a expressão “Tinha em seu poder 05 escravos”. No entanto, faz-se necessário considerar que a escrita de Maria Alice parte ou está permeada das vivências e concepções do lugar social que ela ocupa. Nesse caso, ela fala a partir do lugar de bisneta de alguém que se beneficiou do que oferecia o sistema escravista.

⁴⁷ SALES. José Borges de. **Alagôa Nova: Notícias para sua História**. Fortaleza: Gráfica Editora R. Esteves Tipoprogresso, 1990.

⁴⁸ Trecho do texto *Traços da Família Silva/Sobral*, de Maria Alice Sobral Martins, prima de José Azevedo Sobral. Optamos por manter a grafia original do texto, tal como ela foi registrada. MARTINS, Maria Alice Sobral. **Traços da Família Silva/Sobral**. Alagoa Grande, PB: [s.n.], 2004.

Nesse sentido, essa pesquisa seguiu indícios e sinais que apontavam para a origem da mão de obra que sustentava os engenhos de Alagoa Nova. Assim, depois de 1850, quando o sistema escravista começa a mostrar sinais de enfraquecimento, os engenhos de Alagoa Nova passaram a ser mantidos com mão de obra escrava e também livre, tendo em vista que o número de escravos que a maioria dos senhores de Engenho de Alagoa Nova tinha era insuficiente para o trabalho nos engenhos. Em 1856, a maior senzala ficava no Engenho Horta de Baixo, que pertencia à família Correia de Barros e possuía 16 escravos.

De acordo com Costa (2010), em 1884, no Nordeste, os proprietários de grandes engenhos que conseguiram modernizar os métodos de fabricação do açúcar inclinavam-se para o trabalho livre, enquanto os senhores de engenhos pequenos continuavam apegados aos sistemas tradicionais⁴⁹.

De acordo com Sales (1990), os escravos representavam uma fração da força de trabalho nos engenhos em Alagoa Nova. Desta feita, possuir escravos conferia status social, além de “certa fidalguia”, sendo o escravo mercadoria cara. Então, quando um escravo conseguia fugir, significava um grande prejuízo financeiro. Dessa forma, dentro do regime escravocrata, o valor financeiro “era representado pela força do trabalho escravo, que se credenciava superior aos bens imóveis⁵⁰” (SALES, 1990, p. 44).

A fotografia que segue mostra uma corrente utilizada para aprisionar escravos. A corrente foi encontrada durante a reforma e restauração da Fazenda Buraco d'Água. Talvez o fato de a bisavó de José Sobral ter possuído escravos explique o porquê de esta corrente ter sido encontrada durante as escavações para a construção da Capela da Fazenda.

⁴⁹ COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: UNESP, 2010. p. 512.

⁵⁰ SALES, José Borges de. **Alagôa Nova: Notícias para sua História**. Fortaleza: Gráfica Editora R. Esteves Tipoprogresso, 1990.

Figura 1 - Corrente usada para aprisionar escravos.



Fonte: Acervo da autora.

Por meio deste instrumento de tortura física e psicológica, os escravos eram acorrentados por seus senhores para que não fugissem. Nesse diapasão, as correntes ficaram com o estigma da escravidão, passando a ser consideradas um símbolo do sistema escravista. Em entrevista com o único herdeiro da Fazenda Buraco d'Água, ele relatou que ouviu contar pelos mais velhos da propriedade que no local onde hoje fica a cozinha da Casa Grande funcionava, no período escravocrata, a senzala.

Durante a reforma da Casa Grande, foi encontrada a corrente e entregue ao dono da casa, que a guardou e me permitiu fotografar para figurar nesta dissertação. Tal objeto é mais um indício de que Buraco d'Água vivenciou o processo de escravidão. Mas, esse indício vem somar-se ao que já havia afirmado Dona Dinda, ao dizer que seus avós foram escravizados em Buraco d'Água.

Um outro fato que poderia explicar a presença da corrente de prender escravos na Casa Grande da Fazenda Buraco d'Água seria a afirmação de Dona Dinda que ouvia contar que aquela casa havia sido construída por escravos. José Azevedo Sobral, único herdeiro da propriedade, afirma acreditar que a “Casa Antiga”, como é conhecida, teria mais de 250 anos, pois só em poder da sua família a propriedade já tem 113 anos.

Quando da compra da terra por meu avô, a casa já existia e já naquele tempo era conhecida como “A casa Antiga”. Com certeza ela havia abrigado escravos. Falam as pessoas mais antigas que a casa pertencia

a uns “fulanos de tal marinheiros”, os estrangeiros, possivelmente portugueses que vinham do além-mar⁵¹ (SOBRAL, 2004, p. 02).

Considero de grande relevância destacar, na escrita de Sobral (1990), que a expressão “com certeza havia abrigado escravo” significa dizer que a Casa Grande, sem dúvida, foi um espaço em que foram mantidos seres humanos em cativeiro durante o processo de escravidão no Brasil. Ao afirmar que, ao comprar a propriedade, a “Tal casa Antiga” já existia, compreendemos que seu avô Manuel Inácio da Silva chegou a Buraco d’Água no pós-abolição. Nesse sentido, Sobral (1990) destaca o valor e a data em que seu avô compra a propriedade: Manuel Inácio saiu da Fazenda Sapé para o Sítio Jacú, onde morou até comprar, no ano de 1904, a Fazenda Buraco d’Água por seis contos de Réis⁵². Fica evidente que a escravidão na “Casa Antiga” aconteceu quando a casa estava em poder dos donos que antecederam Manuel Inácio da Silva, que comprou a Fazenda em 1904, data em que a escravidão já havia sido abolida.

Como enfatiza Santos⁵³ (2014), a historiografia da escravidão tem afirmado que o tráfico transatlântico de escravos foi durante muito tempo o fornecedor de mão de obra para os engenhos açucareiros do atual Nordeste do Brasil.

Nessa perspectiva, Sales (1990) mostra que Alagoa Nova possui um passado escravocrata quando destaca a figura de Maria da Penha França, que relata, em seu codicilo datado em 1865, que:

Era dona apenas da metade do engenho Olho d’Água, a outra pertencia ao seu filho, padre Bento. A plantação de cana era do padre. Diz não possuir obras de prata, cobre nem dinheiro. Praticou doações de metade dos escravos de sua propriedade. Em 15 de fevereiro de 1843, doou metade do mulatinho Paulinho e da mulatinha Antônia a sua filha Maria da Penha. Na oportunidade do casamento da sua filha Maria do Carmo, doou as metades de dois escravos, ainda menores. Legou a metade de outro escravo a Atelvina, filha de Francisco Inácio de Souza Gouveia. As outras metades desses escravos pertenciam ao padre Bento de Barros Brandão, que aquiesceu em doá-la. O padre Bento Brandão era padrinho de Maria da Penha⁵⁴ (SALES, 1990, p. 43).

⁵¹ SOBRAL, José Azevedo. **100 anos da Fazenda Buraco d’Água**. Alagoa Nova, PB: [s.n.], 31 de dezembro de 2004.

⁵² Id. p. 02.

⁵³ SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **Os significados do 13 de maio: A abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da mata Sul de Pernambuco (1884-1893)**. 2014. 227f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

⁵⁴ SALES, José Borges de. **Alagôa Nova: Notícias para sua História**. Fortaleza: Gráfica Editora R. Esteves Tipoprogresso. 1990.

Neste contexto, dentro do regime escravista de Alagoa Nova, o maior valor monetário era representado pela força de trabalho escravo, que se mostrava superior aos bens imóveis. Como mostra a citação, naquela época, podia-se doar ou até vender metade de um escravo. Isso demonstra sua condição de mercadoria. Escravos menores de idade, nesse caso, serviram para pagar o dote da filha de Maria da Penha, esta famosa personalidade da cidade que chegou a colocar sal em uma cacimba de água para impedir as pessoas de fazer uso dela.

O sistema de escravização associado ao trabalho livre sustentava a economia dos engenhos e, conseqüentemente, da cidade. A população livre de Alagoa Nova era de 5.951 indivíduos, enquanto a população escrava era de 1.024 indivíduos, num total de 6.975 habitantes. No censo de 1872, destaca-se a existência de 346 homens escravos e 343 mulheres escravas. Nesse sentido>

Registrou o censo de 1872 uma população escrava de 689 cativos. Alguns foram transferidos, outros morreram e em relatório de 3 de setembro de 1880, o presidente da província, Dr. Gregório José de Oliveira Costa Junior apresenta cifra de 479 escravos para o município e em 1883 assinala o presidente José Ayres do Nascimento a existência de 299 cativos⁵⁵ (SALES, 1990, p. 69).

Como fica evidente na escrita de Sales (1990), a quantidade de pessoas escravizadas em Alagoa Nova foi sendo reduzida paulatinamente por variadas razões. Isso poderia ocorrer por transferência, e, nesse caso, seria por venda para outros lugares; alguns morriam. Analisando os dados do censo de 1872, Sales (1990) dialoga com José Américo de Almeida, que afirmou que os escravos passavam o verão em fazendas do município de São João do Cariri e, durante os meses de inverno, desciam para o trabalho na lavoura. No entanto, Sales (1990) enfatiza que a moagem da cana ocorre no período da estiagem e os trabalhos nos engenhos exigiam um número maior de trabalhadores. Segundo ele, isso impediria, certamente, esse suposto deslocamento da mão de obra escrava. Como podemos perceber, os dados estatísticos apontam um evidente decréscimo da população escravizada.

Sobre a relação estabelecida entre Alagoa Nova e São João do Cariri durante o período escravista, o historiador José de Souza Pequeno Filho (2014, p. 45) afirmou:

⁵⁵ SALES, José Borges de. **Alagôa Nova: Notícias para sua História**. Fortaleza: Gráfica Editora R. Esteves Tipoprogresso, 1990.

O Cariri recebeu contribuição econômica da região do Brejo, em especial, de Alagoa Nova. Pois, encontramos vínculos que ligam estes dois espaços, que datam da primeira metade do século XVIII. Dos 124 inventários pesquisados, encontramos 43 de senhores donos de terras no Cariri com propriedades nos brejos, quase todos de Alagoa Nova, possuindo senzalas, casas de farinha, engenhocas de cana de açúcar, bolandeiras, casas de vivenda no campo e naquela povoação. Embora necessite ser estudado, este número de donos de terras naquela localidade é bem maior e tende a aumentar no decorrer da segunda metade do século XIX⁵⁶.

Ainda sobre essa relação, o autor afirmou:

Revedo os demais bens de raiz do viúvo, Domingos de Farias Castro encontramos uma grande quantidade de terras, inclusive, no brejo de Alagoa Nova com engrenagem de engenho de açúcar, e uma senzala. Isso aumenta a possibilidade de um só plantel de escravos estarem trabalhando divididos pelos dois lugares e que os escravos do capitão Domingos estavam no Sertão do Cariri, em Cabaceiras, e era um número de vinte e dois ao todo incluindo os três fugidos e os doentes, um dos peitos, e outro quebrado de uma perna e aleijado de um braço, o que constava também no brejo de Alagoa Nova. Mas, por outro lado, o mesmo Domingos de Farias Castro afirma ter uma casa de senzala dos pretos de hospedar no sítio do brejo de Alagoa Nova. Isto significa que esta senzala no lugar dos brejos poderia não ser permanente, e que os mesmos cativos iam para lá passar temporadas, provavelmente para trabalhar no plantio e na colheita, já que o inverno do Cariri antecede o dos brejos (PEQUENO FILHO, 2014, p. 69)⁵⁷.

Possuir escravos significava prestígio social e conferia ao senhor escravocrata certa fidalguia. Os escravos eram uma parte da força de trabalho e eram “mercadoria” cara. Nesse panorama, Sales (1990) e Pequeno Filho (2014) apontam quem eram os donos de escravos em Alagoa Nova:

Refere o inventário de José de Abreu Tranca, em 1798, a existência de 8 escravos. Consigna o de Patrício Jose de Abreu Tranca, em 1834, o registro de 15 escravos. Os bens inventariados por morte de Mileno Paulino Correia de Barros, Proprietário da Horta, em 1856, focaliza a existência de 16 escravos. Era a maior senzala da Freguesia. O inventario de Dona Maria da Penha França, 1866, assinala a existência de 6 escravos. Caetano Ribeiro de Souza possuía terras no Ribeiro, data de São Tomé. Seu inventario julgado em 1866 registra entre os bens a dividir a presença de 8 escravos. Os autos do inventário do

⁵⁶ PEQUENO FILHO, José de Souza. **Experiências vividas: Escravidão e formação histórica de São João do Cariri (1783-1843)**. 2014. 368f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFCG, Campina Grande.

⁵⁷ Id. p. 69.

Major Antônio Gabínio de Almeida Mendonça são de 1870 e entre os bens arrolados computa 7 escravos. No arrolamento dos bens de Dona Carolina Maria Ataíde, viúva do finado Joaquim da Cunha Vieira, em 1882, figuravam 10 escravos⁵⁸ (SALES, 1990, p. 69).

De posse de alguns inventários, Sales (1990) segue listando os donos de escravos e a quantidade deles para cada família. Por meio dessas informações fornecidas pelo autor contidas nesses inventários e no censo de 1872, entendemos que a quantidade de escravos era insuficiente para atender às necessidades da atividade agrícola. Por essa razão, o trabalho escravo era complementado com o trabalho de homens livres. Nesse contexto, vale a pena lembrar que havia, por parte dos senhores donos de engenhos ou fazendas ainda antes da abolição do sistema de escravidão, uma preocupação em manter os recém-libertos e seus descendentes no mesmo lugar onde foram cativos.

Nesse sentido, entre as estratégias senhoriais para evitar esse abandono, estava a de procurar ligá-los a si e às fazendas por laços de gratidão, antecipando-se à abolição e concedendo alforrias em massa. A possibilidade de despertar-lhes a gratidão ligava-se ao entendimento senhorial de que os escravos deveriam receber a liberdade de suas mãos, e não do Estado, e percebê-la como uma dádiva senhorial⁵⁹. Pelo que percebi nas narrativas das colaboradoras, esse tipo de estratégia de tentar manter os trabalhadores (moradores do Engenho) por meio da relação de gratidão e lealdade perdurava durante o pós-abolição em Buraco d'Água.

Enquanto na Antiguidade as primeiras divisões do trabalho diferenciam cidade e campo, facilitando a delimitação dessas duas espacialidades, e, no Medievo, os muros eram característica essencial da demarcação, cercando a cidade e separando-a do campo, na Modernidade, definir limites entre um e outro é tarefa complexa, pois estes tendem a desaparecer fisicamente (ENDLICH, 2006 apud NUNES⁶⁰, 2009).

Para compreendermos as relações estabelecidas no cotidiano do Engenho Buraco d'Água entre os trabalhadores e o senhor dono do engenho, façamos um exercício de pensar como o campo e a cidade se inter-relacionavam, ou seja, que relação Alagoa

⁵⁸ SALES, José Borges de. **Alagôa Nova: Notícias para sua História**. Fortaleza: Gráfica Editora R. Esteves Tipoprogresso, 1990.

⁵⁹ RIOS, Maria Ana; MATTOS, Maria Hebe. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004.

⁶⁰ NUNES, Carla Cristiane. Campo, cidade, urbano e rural: categorias e representações. In: _____. **É muito difícil você ver uma carroça no centro da cidade: Crianças de Juiz de Fora (MG) e suas representações de cidade e campo**. 2009. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG.

Nova estabelecia com os engenhos e seus respectivos senhores? Nesse panorama, Santos (2012) afirma:

Na vila de Alagoa Nova não se tinha uma distância do campo, a vila era naturalmente arborizada. Neste período, a vila mantinha uma aproximação com o meio rural, as ruas pequenas se estendiam até as estradas já que as mesmas não tinham calçamento e sendo assim o seu término era o início das estradas que ligavam a vila à zona rural. Portanto, muito próximo a elas era possível perceber a presença de certa arborização⁶¹ (SANTOS, 2012, p. 53).

A vida rural permeava o cotidiano de Alagoa Nova. Os vínculos rurais eram bastante fortes. As estradas eram um braço da cidade até os engenhos e seus senhores, que dominavam o poder político e econômico local. Era uma vila convivendo na fronteira entre o urbano e o rural, tradicionalmente com costumes ligados à vida do homem do campo.

De acordo com Santos (2012), era possível andar pelas ruas de Alagoa Nova e encontrar, talvez, o congestionamento de animais para lá e para cá nos dias de feira; moradores dos sítios levando e trazendo suas mercadorias para ser vendidas na feira local. Desta feita, a vida na cidade não estava desvinculada da vida do campo: eram vivências e cotidianos que estavam intimamente ligados. A vida em Alagoa Nova, a vivência em sociedade, era regida pelos senhores donos dos engenhos, que controlavam a vida social, política e econômica da cidade. Em meio aos símbolos de modernidade que chegavam à cidade, Alagoa Nova ainda respirava ares rurais. Ficava bastante evidente a presença viva do campo na cidade.

De acordo com Sales (1990), os proprietários de sítios ou de engenhos que residiam na cidade se dirigiam, logo ao alvorecer, para seus afazeres agrícolas e regressavam à tarde. Os que moravam em locais mais distantes vinham à cidade em dias de festas ou feira. Durante a semana, compareciam à rua somente em caso de necessidade, para comprar um remédio ou para o reparo de instrumento agrícola⁶². É possível compreender que a relação entre o campo e a cidade se intercambiava pelas questões políticas, pelas representações sociais e culturais.

⁶¹ SANTOS, Luiz Carlos dos. **A “modernização” da cidade rural: espaços de rupturas e permanências da cidade de Alagoa Nova-PB (1920-1960)**. 2012. 151fl. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFCG, Campina Grande-PB.

⁶² SALES, José Borges de. **Alagôa Nova: Notícias para sua História**. Fortaleza: Gráfica Editora R. Esteves Tipoprogresso, 1990.

Segundo Leitão⁶³ (2009), o modo de viver o urbano parece surgir a contragosto no Brasil. A autora mostra que Freire e Reis Filho registraram que em muitos moradores das cidades, especialmente as menores, os vínculos rurais eram tão fortes que esses ambientes eram frequentemente preteridos. Nesse contexto, Reis (2004 apud LEITÃO, 2009) afirma que, construídas para acomodar apenas nos dias de festa os moradores das fazendas, as vilas e cidades menores tinham vida urbana intermitente, apresentando normalmente um aspecto de desolação. Como toda cidade do interior do Brasil, a maioria das casas ficava fechada durante a semana, só sendo habitada aos domingos e dias de festa.

Como já mencionamos anteriormente, o poder político e econômico de Alagoa Nova se concentrava na mão dos senhores de engenho, que, apesar de ter casas na cidade, suas residências fixas eram na zona rural, onde exerciam também poder sobre seus trabalhadores. A exemplo da família Tavares, que foi durante décadas o centro das decisões políticas de Alagoa Nova.

De acordo com Sales (1990), em Alagoa Nova, a câmara municipal durante anos exerceu os poderes da administração, escolhida por limitado número de eleitores. A escolha dos representantes recaía sempre nas mãos dos proprietários rurais ou em acreditados comerciantes⁶⁴. Nesse diapasão, Rezende (1997) afirma que se fortaleceu a imagem de uma cidade onde a cena política tem um lugar privilegiado e contestador dinâmico, convivendo, contraditoriamente, com tradição de suas elites vinda do tempo colonial⁶⁵.

Na perspectiva de Barros⁶⁶ (2012), a cidade é também produto da terra. Existe por obra de um excedente agrícola, sem o qual seria inconcebível sua formação mais remota. Para ele, enxergar a cidade como produto da terra é direcionar o olhar para um aspecto bastante específico de suas origens: a cidade é simultaneamente povoada por homens provenientes dos campos circundantes e mantida pela produção daqueles que permanecem no ambiente rural. Nessa perspectiva, Alagoa Nova, que mantinha uma relação muito forte com os engenhos, era, então, a cidade produto de seus engenhos.

⁶³ LEITÃO, Lúcia. A negação da Rua In:_____. **Quando o ambiente é hostil:** Uma leitura urbanística da violência à luz de Sobrados e Mocambos e outros ensaios Gilbertianos. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

⁶⁴ SALES, José Borges de. **Alagôa Nova:** Notícias para sua História. Fortaleza: Gráfica Editora R. Esteves Tipogresso, 1990. p. 65.

⁶⁵ REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos modernos:** Histórias da cidade de Recife na década de XX. Recife: FUNDARPE, 1997. p. 28.

⁶⁶ BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Do ponto de vista dos senhores de engenho, o Brasil urbano surge associado a um processo de perdas importantes: perda de controle, prestígio, dinheiro, poder (LEITÃO, 2009). Para eles, o espaço rural parecia muito mais adequado, na tentativa de permanecer sustentando o modelo instalado e reproduzido à exaustão. O patriarcalismo brasileiro surpreende-se ao ver surgir diante de si uma nova paisagem social construída à sua revelia, e com ela um novo modo de viver, de produzir e, conseqüentemente, de habitar.

Segundo Leitão (2009), nega-se à rua o reconhecimento da sua função de espaço público, de lugar privilegiado à construção de sociabilidades, à realização do encontro com o outro em suas múltiplas facetas. Assim, a rua brasileira surge quase à força, um mal necessário, tendo em vista que por ela se dava o caminhar e as condições mínimas de acessibilidade a cada uma das edificações que lhe definiam o traçado físico. Esse fato se evidencia pela repetição, no modo de viver citadino, de comportamentos e atitudes próprios da vida na casa grande patriarcal. Desse modo, velhos hábitos tentaram manter-se na vida da cidade.

Analisando as mudanças ocorridas no século XVIII na Inglaterra, e pensando a relação entre a cidade e o campo, Williams (1990) afirma:

O campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações. Temos uma experiência social concreta não apenas do campo e da cidade, em suas formas mais singulares, como também de muitos tipos de organizações sociais e físicas intermediárias e novas⁶⁷ (WILLIAMS, 1990, p. 387).

Nesse sentido, Williams (1990) se vale de uma abordagem histórica social e literária para compreender as mudanças na Inglaterra durante a passagem do século XVIII para o século XIX. O autor do livro *O campo e a cidade na história e na literatura* enfatiza as transformações ocorridas entre a cidade e o campo. Para tanto, o autor volta ao passado por intermédio de obras literárias.

Williams (1990) defende que a vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamentos e decisões. No contexto de Alagoa Nova, a cidade estabelecia com o campo uma rede de relações que permeava

⁶⁷ WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade:** Na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

o cotidiano desses dois espaços. Nesse sentido, as decisões políticas e econômicas ficavam a cargo das famílias latifundiárias que mantinham suas residências no campo. Essa forte ligação estabelecida entre os latifúndios (engenhos) e a cidade fica demarcada nos costumes e modos de viver das pessoas.

Para Williams (1990), tal ligação historicamente se cristalizou e generalizou-se a ideia de que o campo passou a ser associado a uma forma material de vida, de paz, inocência e virtudes simples. A cidade associou-se à ideia de centro de realizações, de saber, comunicações, luz. No entanto, também se estabeleceram associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambições. O campo figura como lugar de atraso, ignorância e limitação.

O referido autor defende que o que ocorre na cidade é gerado pelas necessidades da classe rural dominante. Para ele, o processo de transformação das relações entre cidade e campo é a força motriz de um modo de produção que efetivamente transformou o mundo. Esta abordagem do autor possibilita pensarmos as experiências das pessoas e maneiras de transformar o campo e a cidade. Ambos historicamente representam as vivências das comunidades humanas. Embora as cidades cresçam e se modernizem, em muitas delas a relação com o campo continua bastante fortes.

Williams (1990) destaca sua representação de campo e do modo de vida rural, presente em suas vivências:

[...] devo dizer que para mim a vida rural tem diversos significados. São os olmos, os pilriteiros, o cavalo branco no campo que vejo pela janela enquanto escrevo. São os homens na tarde de novembro, voltando para casa depois da poda, as mãos enfiadas nos bolsos dos casacos cáqui; e as mulheres de lenço na cabeça, paradas às portas das casas, esperando pelo ônibus azul que as levará para o campo, onde trabalharão na colheita durante o horário escolar. É o trator descendo a estrada, deixando a marca denteada dos pneus na lama; é a luz acesa na madrugada, na criação de porcos do outro lado da estrada, no momento de um parto; o caminhão lerdo na curva fechada, repleto de carneiros amontoados na carroceria; o cheiro forte do melaço na forragem. É a terra estéril, de argila saibrosa, não muito longe daqui, que está sendo loteada para a construção de casas, ao preço de 12 mil libras o acre (WILLIAMS, 1990, p. 13)⁶⁸.

Raymond Williams descreve o campo, que, para ele, está permeado por variadas representações e significados. No Brasil, o campo sempre esteve muito próximo da

⁶⁸ WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade**: Na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

cidade. E embora reconheçamos a existência de fatores responsáveis pela difusão do urbano no campo, como a intensificação da modernização e a reestruturação produtiva, não podemos esquecer a permanência do modo de vida rural, que ainda que se altere com o crescimento urbano, permanece não só no campo, mas também na cidade (SOUZA, 2013)⁶⁹. É nessa perspectiva que Maia (1994), ao se referir à cidade de João Pessoa, destaca a permanência de atividades rurais:

O fato de as cidades assim urbanizadas apresentarem um alto índice de população urbana nas suas estatísticas, não significa que esta população esteja inserida numa economia urbana. Parte dos seus habitantes continua praticando atividades tipicamente rurais, seja no meio rural, seja dentro mesmo dos chamados espaços urbanos⁷⁰ (MAIA, 1994, p. 31).

De acordo com Maia (1994), as atividades tipicamente rurais continuaram sendo praticadas dentro dos espaços urbanos. Nesse panorama, compreendemos que a maioria das cidades brasileiras se caracterizou por ter tido uma relação de proximidade com o campo, já que economicamente cresceram amparadas em alguma atividade rural. Dessa forma, o campo ganha extensão na cidade, através de atividades econômicas.

Ao passo que se dava o fortalecimento e consolidação econômica dos engenhos, a cidade de Alagoa Nova crescia com base em uma produção que vinha dos engenhos. As maiores propriedades rurais do município de Alagoa Nova eram os engenhos de fabricar rapadura e aguardente, fazendas de café, plantações de algodão e fumo. Os engenhos movidos a vapor eram Olho d'Água, pertencente a João Tavares; Sapé, do coronel Eufrásio Câmara; e Horta, de Dona Ana Caldas. Os demais engenhos eram movidos a tração animal.

Na década de 1920, muitos engenhos de tração animal instalaram caldeiras de aquecimento a lenha e bagaço de cana. Outros preferiram motores a óleo, o que melhorou a produção da rapadura e aguardente, que alcançou preços rentáveis.

De acordo com o historiador Luiz Carlos dos Santos (2012), Alagoa Nova, dos anos 20 a 60 do século XX, era uma cidade que vivia uma fase de mudanças e crescimento para a época, um momento de rupturas e recepção de alguns elementos

⁶⁹ SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. **História Oral**, v. 16, n. 2, p. 55-71, jul./dez. 2013.

⁷⁰ MAIA, Doralice Sátyro. **O campo na cidade: necessidade e desejo** (Um estudo sobre subespaços rurais em João Pessoa-PB). 1994. 208f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.p.31

modernos, importantes para colocar a cidade pequena no rol de crescimento. Elementos modernos como estrada de ferro e luz elétrica passariam a interferir no cotidiano dos moradores dessa cidade. Sem iluminação elétrica até a década de 1920, a vida em Alagoa Nova era pacata e de raras diversões. Sales (1990) narra como se deu a chegada da energia elétrica na cidade, símbolo de conforto, civilidade e progresso:

Marcou o ano de 1920 um grande melhoramento para a vida, com a inauguração do serviço de fornecimento de energia elétrica. João de Veras, conhecido capitalista local, foi o empresário. A instalação do motor se encontrava adiantada, os postes colocados e parte da rede elétrica estendida. Houve certo alvoroço em face do acontecimento que significaria progresso e conforto⁷¹.

Sales (1990) nos mostra o entusiasmo da população de Alagoa Nova em plena década de 1920, pois até então a vila não possuía luz elétrica. A chegada da eletricidade simbolizou modernidade, conforto e progresso. Pesavento (2002) evidencia os efeitos da eletricidade sobre o imaginário popular:

O olhar sobre a cidade muda, uma vez que a vida urbana havia se libertado do ritmo do dia e da noite; cria novos hábitos e espaços, propiciando a combinação de múltiplas representações. A luz artificial, sobretudo a elétrica, que num passe de mágica transforma a noite em dia, proporcionava outras imagens e sensações e vinha associada às representações de uma sociedade moderna e civilizada, tal como existe nos grandes centros (PESAVENTO, 2002, p. 321)⁷².

De acordo com Santos⁷³ (2012), esses tipos de mudanças passam aos poucos a fazer parte do desenvolvimento da cidade de Alagoa Nova. Não obstante, as ruas não eram alargadas, mas passavam a ser iluminadas, mesmo que fossem poucas. Os serviços públicos como limpeza, iluminação e saúde eram já recursos que na década de 1920 traziam uma certa comodidade ao município, embora o atendimento não fosse para todos. Os poucos que tinham acesso a essas mudanças já demonstravam a importância

⁷¹ SALES, José Borges de. **Alagôa Nova: Notícias para sua História**. Fortaleza: Gráfica Editora R. Esteves Tipoprogresso, 1990. p. 131.

⁷² PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **O imaginário da cidade: Visões literárias do urbano-Paris**. Porto Alegre: EDUFURGS, 2002.

⁷³ SANTOS, Luiz Carlos dos. **A “modernização” da cidade rural: espaços de rupturas e permanências da cidade de Alagoa Nova-PB (1920-1960)**. 2012. 151fl. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFCG, Campina Grande-PB.

delas e, dessa forma, mesmo que alguns moradores ainda não tivessem o acesso a tais benesses sociais, a experiência ia se propagando pela vila.

A autora Denise Bernuzzi de Sant'Anna pesquisou sobre a história do conforto em São Paulo entre 1870 e 1950, percebendo a diversidade de significados e funções que o conforto adquiriu ao longo daqueles anos. Ela afirma que, após a década de 1920, a história do conforto começou a ser constituída sobretudo por um combate persistente contra todo incômodo, incluindo dores orgânicas e mal-estar físico. Os produtos relacionados ao conforto mostram as mudanças ocorridas nas maneiras de morar, de conceber o espaço urbano. Os serviços urbanos básicos não eram uma realidade na vida de toda a população. Na busca pelo conforto, a sociedade buscava rodear-se de elementos de modernização e “civilidade”.

Segundo Sales (1990), em 1920, começou a ser construída a estrada de ferro, chamada de “penetração”, que partiria de Alagoa Grande em busca do Sertão e passaria por Alagoa Nova. Por essa razão, houve a necessidade de construir ambulatórios de emergência para atender a esses trabalhadores. Em 1922, esses atendimentos chegaram ao fim. No entanto, a estrada de ferro não foi concluída. Obras como essas traziam para a população tanto do campo como da cidade uma expectativa de melhorias em suas condições de vida. Eram sinônimo de crescimento, modernização.

Como afirma Rezende (1997, p. 21):

A cidade é feita de sonhos e desejos. Sonhos e desejos que, um dia, se tornarão recordações, se incorporaram aos inúmeros labirintos da memória, revelarão as faces escuras do passado ou deixarão que elas permaneçam desconhecidas para sempre. Mas sonhos e desejos que se reinventam e se transformam. Assim é a cidade, a grande moradia dos homens. O nosso olhar percorre suas ruas como se elas fossem páginas escritas, querendo adivinhar as histórias que elas escondem, traduzir a língua difícil dos sentimentos que construíram o seu cotidiano, seus tantos símbolos que os homens teimam em decifrar⁷⁴.

O autor preocupou-se em mostrar como os homens representam e consomem a cidade. Assim, o nosso olhar de historiador percorre as ruas da cidade como se fossem “páginas escritas”, querendo adivinhar as histórias que elas escondem, traduzir os sentimentos que constroem seu cotidiano, seus tantos símbolos que os homens teimam

⁷⁴ REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos modernos**: Histórias da cidade de Recife na década de XX. Recife: FUNDARPE, 1997.

em decifrar, como se eles pudessem ter apenas um significado. A cidade está sempre em movimento. É um espaço de lutas políticas.

Nessa perspectiva, para Pesavento (2002), a cidade é objeto de múltiplos discursos e olhares, que não se hierarquizam, mas que se justapõem, compõem ou se contradizem. Desse modo, a cidade está destinada a ser centro de conflito. Os espaços urbanos, em sua materialidade imagética, tornam-se, assim, um dos pressupostos da memória social da cidade. A referida autora analisou as obras de Apolinário Porto Alegre que destacam o confronto entre o meio rural e o urbano. O primeiro vence, pois nele se encontram os valores da terra e do povo. Em Alagoa Nova, a presença do rural no urbano era muito forte.

Para pensarmos sobre a produção historiográfica que discute sobre questões que permeiam o imaginário da cidade, Pesavento (2009) destaca que:

As cidades foram, desde há muito, objeto de variadas escritas, desde aquelas que se intitulavam histórias ou crônicas de uma urbe e que, portanto, tinham estatuto de veracidade, por construírem uma narrativa do acontecido, de um passado ou de um presente de uma cidade, até as obras de caráter literário, a celebrarem ou condenarem o urbano em prosa e verso (PESAVENTO, 2009, p. 18)⁷⁵.

Assim, o historiador recolhe fragmentos expressos em discursos e imagens que falam de um passado, tentando aproximar-se do imaginário coletivo de uma época. Como historiadores, seguimos pistas, indícios, sinais que nos permitam visualizar esse imaginário em torno da cidade.

A autora Maria Stella M. Brescianni afirma que as cidades são, antes de tudo, uma experiência visual, destacando os traçados de ruas, os vazios das praças cercadas por igrejas e edifícios públicos, entre outros aspectos de uma cidade vista pela sua materialidade arquitetônica. Em seus estudos, Brescianni (2010) busca compreender como essas ideias de modernidade, civilidade e progresso modificaram a vida urbana em seus aspectos políticos e sociais⁷⁶.

Pesavento (2009) afirma que, como historiadores, temos a tendência de buscar as cidades do passado que cada urbe abriga, em palimpsesto, que devem ter deixado traços para serem recuperados mediante um trabalho de pesquisa. Segundo ela, todo

⁷⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades invisíveis, cidades sensíveis. In: **RBH**. São Paulo: Anpuh, 2009.

⁷⁶ BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades: um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2010.

historiador sabe que as marcas de historicidade deixadas no tempo se revelarão diante de si como fontes a partir da pergunta que ele fará ao passado, questão iluminada pelos conceitos que presidem nossa posição diante do real.

A emergência da História Cultural na década de 1990 veio proporcionar uma nova abordagem do fenômeno urbano, destacando ação de novos atores sociais, objetos de reflexão a partir das representações e das práticas sociais. Como defende Pesavento (2009, p. 11):

A cidade foi, desde cedo, reduto de uma nova sensibilidade. Ser cidadão, um portar ethos urbano, pertencer a uma cidade implicou formas, sempre renovadas ao longo do tempo, de representar essa cidade, fosse pela palavra, escrita ou falada, fosse pela música, em melodias e canções que a celebravam, fosse pelas imagens, desenhadas, pintadas ou projetadas, que a representavam, no todo ou em parte, fosse ainda pelas práticas cotidianas, pelos rituais e pelos códigos de civilidade presentes naqueles que a habitavam. Às cidades reais, concretas, visuais, tácteis, consumidas e usadas no dia-a-dia, corresponderam outras tantas cidades imaginárias, a mostrar que o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos⁷⁷.

De acordo com Pesavento (2009), nas abordagens que se fazem sobre o fenômeno urbano no final do século XX e no início do século XXI, não se estudam apenas processos econômicos e sociais que ocorrem na cidade, mas as representações que se constroem *na* e *sobre* a cidade, ou seja, com o imaginário criado sobre ela. Assim, os estudos de uma história cultural urbana se aplicam no resgate dos discursos, imagens e práticas sociais de representação da cidade. A autora defende que as construções imaginárias de sentido que se estabelecem com relação à cidade são históricas, datadas, o que implica dizer que sempre se dão em uma temporalidade e uma espacialidade determinada.

Na concepção de Pesavento (2009, p. 14):

A cidade é objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam. Assim, a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de

⁷⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades invisíveis, cidades sensíveis. In: **RBH**. São Paulo: Anpuh, 2009.

utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia⁷⁸.

A escrita de Pesavento (2009) destaca que a produção de imagens e discursos sobre a cidade permeia o imaginário individual e coletivo, a partir de sonhos, desejos e medos. Aponta como a cidade é consumida, sentida, a partir dos modos de viver e se relacionar dos sujeitos. Logo, o sentimento de pertencimento interfere na maneira de se representar e de estar na Urbe.

Em Alagoa Nova, a vida socioeconômica estava entre a cidade e campo. A vida urbana estava intimamente ligada à vida nas fazendas e engenhos. A população que morava no campo também compartilhava das relações estabelecidas na cidade, principalmente na feira, para comprar ou vender seus produtos, e em períodos de festividades religiosas. Desse modo, a vida entre o campo e a cidade se ligava por meio das relações políticas, econômicas e culturais que as pessoas estabeleciam.

De acordo com Souza⁷⁹ (2013), a cidade e o campo se configuravam como um todo inseparável. O campo como local dinâmico, onde se dava a produção agrícola, e a cidade enquanto local voltado para a comercialização dos produtos que vinham do campo. Nesse contexto, Alagoa Nova expressava uma forte relação com o meio rural, tendo a feira como elemento central dessa relação.

O grande acontecimento da semana era a feira dos domingos Homens e mulheres moradores dos engenhos e sítios das redondezas, uns a cavalo e outros a pé, se dirigiam à cidade para fazer a feira e assistir à missa das 10 horas. Era na feira que se dava o encontro dos costumes e produtos rurais no urbano. As mercadorias destinadas à venda produzidas no campo eram expostas na rua, próximas às calçadas. Haviam locais destinados ao feijão, farinha, fava, milho rapadura, carne de sol, peixe e queijos (SALES, 1990, p. 127)⁸⁰.

A feira aos domingos era o espaço não só de compra e venda do que se produzia nos sítios e engenhos, mas também se tornou espaço de sociabilidade. Era onde se encontravam os costumes e produtos do rural e do urbano. Assim, as pessoas do campo adquiriam, dependendo de suas posses, o que só existia na cidade. Ademais, os

⁷⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades invisíveis, cidades sensíveis**. In: **RBH**. São Paulo: Anpuh, 2009.

⁷⁹ SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. **História Oral**, v. 16, n. 2, p. 55-71, jul./dez. 2013.

⁸⁰ SALES. José Borges de. **Alagôa Nova: Notícias para sua História**. Fortaleza: Gráfica Editora R. Esteves Tipoprogresso, 1990.

moradores da cidade podiam, aos domingos, adquirir os produtos produzidos nos sítios. A missa e a feira eram espaços de sociabilidades entre as pessoas. Tais espaços tornavam-se espaços de lazer. De acordo com Barros⁸¹ (2012), precisamos pensar o homem urbano em contraste com o homem rural. Segundo este autor, a cidade e o campo podem ser considerados como dois polos de referência mútua pelos quais todos os agregados humanos tendem a ordenar-se.

1.1 Subindo e descendo ladeiras: A relação dos trabalhadores de Buraco d'Água com Alagoa Nova

A cidade de Alagoa Nova era lugar de sociabilidades, espaço de encontros e reencontros entre os cidadãos e os moradores da cidade. As festividades religiosas, as missas aos domingos se tornavam ponto de encontro entre as pessoas que moravam em contextos diferentes. Para fazer sua feira semanal, muitos trabalhadores de Buraco d'Água escolhiam a cidade de Alagoa Grande por causa de sua posição geográfica, tendo em vista que Buraco d'Água pertence a Alagoa Nova e faz fronteira com Alagoa Grande. Nesse sentido, Dona Carminha afirmou:

Em Alagoa Grande, as pessoas desciam tudo em animal. Como Alagoa Grande é mais baixo, aí achávamos melhor ir pra lá. No domingo, juntava um bocado de moça e ia pra Alagoa Nova, ia pra missa e pra feira, a feira era no domingo. As pessoas também puxava agave, fazia aqueles produtos e vendia na feira. Luiz Sobral tinha plantio de agave também, tinha o motor pra puxar agave. O engenho durou muito tempo. Você repare que, quando eu nasci, o engenho já existia (informação verbal)⁸².

Como fica evidente na fala de Dona Carminha, havia uma forte relação dos moradores do engenho com a cidade. Assim, ir à missa ou à feira aos domingos significava também espaço de lazer para os cidadãos. A feira era igualmente um espaço em que se podia vender o artesanato produzido com o agave. De acordo com Luiz Carlos dos Santos, a feira

É o lugar da sociabilidade, as pessoas se confraternizam ao se encontrarem, os comerciantes provavelmente se esforçam bastante

⁸¹ BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

⁸² Maria do Carmo Pimentel dos Santos (Dona Carminha). Entrevista concedida em 23 de abril de 2017.

para tentar convencer os clientes a levarem os produtos. Neste espaço o comércio local ganha intensidade, os produtos que são produzidos na região são comercializados ali, algumas famílias tiram seu sustento comercializando na feira, onde a presença do rural é muito forte (SANTOS, 2012, p. 58)⁸³.

Sobre os momentos vivenciados durante sua infância em Alagoa Nova, dona Tereza relembra que Alagoa Nova era o lugar onde se buscava vivenciar momentos de fé e religiosidade. Sua família sempre vinha para a cidade em momentos de festejos religiosos e, aos domingos, vinha participar da missa e dirigia-se para a feira.

Naquele tempo, pra vi pra cidade era o maior sacrifício, não tinha casa não. Vinha pra casa dos outros assistir missa, participar das festas, vinha pra casa dos outros. Ali na casa perto da igreja era ali que a gente ficava pra assistir missa, as festas. Era um sacrifício, a gente andava muito de pés, não tinha carro nesse tempo. Oh, meu Deus! Mas era um sofrimento, visse? Mas a gente tinha gosto naquela época. Pra fazer a feira, era aqui em Alagoa Nova. Aí, depois que foi melhorando mais, ave Maria, era muita fartura lá em casa, eu era criança, mas me lembro (informação verbal)⁸⁴.

O trajeto do sítio até a cidade era feito a pé. Os moradores pobres do campo não tinham acesso ao transporte, nem mesmo a cavalo. Esse animal era usado pelos senhores donos dos engenhos. Ficam evidentes as dificuldades de chegar à cidade, um trajeto que leva em torno de duas horas de viagem de Buraco d'Água até Alagoa Nova e um pouco menos da Serra da Boa Vista, localidade também pertencente a Mininéia Vianna, onde morava Dona Tereza. Ela relatou:

Papai trazia a gente pra missa, ele botava a gente na frente e trazia pra missa. Uma turma vinha em um domingo e a outra no outro, porque tinha os bichos pra cuidar. Aquelas ladeiras era coalhada de gente pra vi pra missa e pras festas religiosas. Pai chegou um dia a arrendar uma casa pra agente vi assistir umas missões, era muito linda as missões. Quando amanhecia o dia, ele ficava aí mais mãe na casa, a gente ia pro sítio, à tarde a gente vinha de novo. Tudo novo, com força nas pernas, né? (informação verbal)⁸⁵.

No trajeto para a cidade em dias de domingo, as pessoas se encontravam e vinham conversando. Isso tornava o caminho mais rápido e agradável. Assim, a missa e

⁸³ SANTOS, Luiz Carlos dos. A “**modernização**” da cidade rural: espaços de rupturas e permanências da cidade de Alagoa Nova-PB (1920-1960). 2012.151fl. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFCG, Campina Grande-PB.

⁸⁴ Tereza Josefa da Silva. Entrevista concedida em 07 de julho de 2017.

⁸⁵ Idem.

a feira tornavam-se um momento de lazer e sociabilidade. No contexto de Alagoa Nova, a vida da cidade e do campo se encontravam nessas oportunidades. Nesse panorama, Santos (2012) afirma:

Era muito comum pessoas dizerem que o seu lazer era ir toda semana à missa dominical, era uma atividade que reunia famílias e que, para muitos, foi por muito tempo considerada uma forma de lazer. O fato de ir à missa movimentava famílias inteiras que saíam aos domingos para rezarem juntos e assim quando muitas dessas famílias vinham da zona rural para a missa na cidade era uma festa, as pessoas se reuniam para caminharem juntas e neste percurso, a pé até a cidade, muitas fofocas acabavam sendo colocadas em dia, a molecada vinha pelo caminho a brincar e era aquela alegria (SANTOS, 2012, p. 135)⁸⁶.

De acordo com Santos (2012), Alagoa Nova era

Uma vila convivendo na fronteira entre o urbano e o rural, tradicionalmente com costumes ligados à vida do homem do campo. Com isto era possível andar pelas ruas de Alagoa Nova e encontrar, talvez, o congestionamento de animais para lá e para cá nos dias de feira; moradores dos sítios levando e trazendo suas mercadorias para venderem na feira local; homens, mulheres e crianças andando a cavalo ou burros, praticamente o único meio de transporte à época. O automóvel ainda era um sonho distante para a maioria da população, talvez só os senhores de engenhos tivessem à sua disposição um automóvel, que servia para as suas pequenas viagens nas redondezas, gerando muitas vezes espanto por parte daqueles que nunca tinham visto um (SANTOS, 2012, p. 03)⁸⁷.

As dificuldades para que os moradores do campo chegassem a Alagoa Nova aumentavam nos meses de maio a julho, em virtude do forte inverno. As estradas ficavam quase intransitáveis no trajeto de Buraco d'Água a Alagoa Nova. Até para andar de burro dava trabalho, pois trata-se de uma região de muitas ladeiras e serras.

A festa da padroeira era um dos festejos religiosos mais importantes do ano. Segundo o historiador Luiz Carlos dos Santos, a festa da padroeira sempre movimentou durante anos Alagoa Nova. As pessoas se preparavam para a comemoração, que acontecia na rua central e durava uma semana. A festa era dividida em uma parte

⁸⁶ SANTOS, Luiz Carlos dos. **A “modernização” da cidade rural: espaços de rupturas e permanências da cidade de Alagoa Nova-PB (1920-1960)**. 2012. 151fl. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFCG, Campina Grande-PB.

⁸⁷Id. p. 03.

religiosa e outra social, ora chamada de festa profana pela autoridade eclesiástica⁸⁸. Nesse diapasão, a festa da padroeira, os festejos juninos e festejos de fim de ano eram oportunidades de fazer amizades, namorar e reencontrar amigos distantes. Sobre sua vivência na cidade, Dona Tereza afirmou:

Tinha muitas amizades tanto em Alagoa Nova quanto em Alagoa Grande, mas sempre gostei do sítio. Foi pai que arrastou a gente. Ele primeiro veio e a gente acompanhava, era um sofrimento tão grande naquele tempo, vinha pé, ninguém vivia, vegetava, muito trabalho. Quando vinha pra feira, trazia alguma coisa pra vender. Pai deixou o sítio lá entregue aos meninos e veio se operar e dessa operação ele terminou-se. Ele não podia mais trabalhar, aí deixou o sítio e veio pra rua. Aí a gente ia todo dia pro sítio. A gente lutou ali a vida toda (informação verbal)⁸⁹.

De acordo com Dona Tereza, foi a doença de seu pai que trouxe toda a sua família para Alagoa Nova, mas eles continuaram trabalhando no sítio para sobreviver na cidade. Os filhos continuaram cuidando do sítio, de onde tiravam o sustento da família. Sobre as novidades e serviços que chegavam a Alagoa Nova na década de 1920, Dona Tereza relembrou:

Energia, tinha um motor velho puxando energia naquele beco que desce ali pra Vete, era motor não era assim não, somente no centro tinha energia, as ruas não tinha calçamento, era terra. Depois, quando a gente foi crescendo mais, os prefeitos começaram a calçar as ruas. Isso aqui era um barro! Foi o povo dos Leal que era prefeito, Mané Pereira (informação verbal)⁹⁰.

Nesse momento relatado por Dona Tereza, apenas os que moravam no centro faziam uso do conforto que a energia e o calçamento podiam oferecer. Os mais pobres que moravam nos arredores do centro não usufruíam desse conforto.

Sobre as relações estabelecidas na feira, Dona Tereza afirmou:

A feira era no centro, em frente à casa paroquial. Vendia milho, feijão, em Campina, o agave em Alagoa Grande, na “Samba” de lá. Pra Alagoa Grande, era farinha, agave, era algodão que a gente vendia. A

⁸⁸ SANTOS, Luiz Carlos dos. **A “modernização” da cidade rural: espaços de rupturas e permanências da cidade de Alagoa Nova-PB (1920-1960)**. 2012. 151fl. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFCG, Campina Grande-PB. p. 137.

⁸⁹ Tereza Josefa da Silva. Entrevista concedida em 07 de julho de 2017.

⁹⁰ Idem.

gente, pra sobreviver e comprar um mulambinho, era mamona, visse, catando aqui e acolá. O negócio era feio naquela época. Cansei de ir pra Alagoa Grande, saía de casa de madrugada pra feira comprar panela, pote e farrear, que a gente gostava de uma farra em cima daqueles caminhões da feira (informação verbal)⁹¹.

Dona Tereza rememorou os momentos difíceis e alegres vivenciados na feira, um tempo difícil, mas ela encontrava motivos de diversão em cima dos caminhões de feira. A “Samba” era, segundo ela, uma casa de comprar agave em Alagoa Grande. Para sobreviver, comprar “uns mulambinhos” (roupas), ela e sua família vendiam diversos produtos, como farinha, milho, feijão, agave, mamona e algodão.

Nesse relato que segue, Dona Tereza evidencia os aspectos ainda precários e com ares citadinos de Alagoa Nova:

Nesse tempo, só tinha umas ruinhas (ruas pequenas) por trás da igreja, assim mesmo de palhas. Ainda me lembro que a gente correu pra olhar a coivara que acendeu-se ali, tava no começo da igreja, só no alicerce. Aí pai tinha alugado uma casa ali na esquina, que era a oficina de Augusto. Aí a gente tava e o povo começou a gritar “a rua tá pegando fogo!”. A gente correu até por cima do alicerce da igreja e olhando pra baixo, a casa queimando, era de palha de taipa e coberta de palha. No sítio, toda vida tive casa de taipa, taipa e telha e porta de vara. Aquilo era um sofrimento pra gente, e pra todos muita luta (informação verbal)⁹².

Nesse contexto, seja no campo ou na cidade, os menos favorecidos vivenciavam uma vida de sofrimento e muita luta pela sobrevivência, perdiam suas casas em incêndios, moravam de forma muito precária.

Tendo neste primeiro capítulo mostrado ao leitor um pouco da origem de Alagoa Nova e o contexto sócio-político que configurava este cenário durante o período estudado nesta dissertação, agora convido-lhes a conhecer o que nos reservam as relações estabelecidas cotidianamente em Buraco d’Água entre os trabalhadores e o dono do Engenho.

⁹¹ Tereza Josefa da Silva. Entrevista concedida em 07 de julho de 2017.

⁹² Idem.

CAPÍTULO 2 - “REVIRANDO OS PORÕES DO TEMPO”: MEMÓRIAS DO ENGENHO BURACO D’ÁGUA E A MÃO DE OBRA NEGRA

Figura 2 - Vista panorâmica de Buraco d’Água.



Fonte: Acervo de Luiz Azevedo Sobral. Fotografia feita na década de 1990.

Este capítulo contextualiza a história do Engenho Buraco d’Água e a constituição da mão de obra negra nesta localidade. De acordo com Sales⁹³ (1990), a Lagoa dos Veados era a sesmaria onde estavam localizadas as terras de Buraco d’Água solicitadas pelo alferes José de Abreu Tranca, em 1786. A concessão foi do governador Jerônimo de Melo e Castro. Eram terras devolutas que corriam para o poente até confinar com a data do Olho d’Água da Prata. As maiores propriedades rurais do município de Alagoa Nova eram os engenhos de fabricar rapadura e aguardente, fazendas de café, plantações de algodão e fumo.

Sobre o Engenho Buraco d’Água, Sales (1990) destaca que, em 1892, o engenho pertencia a Aurea Gouveia Torres, filha do Dr. Francisco Gouveia e Maria da Penha França. A sesmaria Lagoa dos Veados compreendia as áreas da Serra da Boa Vista, Urucu, Buraco d’Água, Serra da Paquevira⁹⁴, Preguiçoso e Bacupari. Atualmente, as terras de Buraco d’Água e Serra da Paquevira (localidades bem próximas) pertencem a José Azevedo Sobral.

Sales (1990) preocupou-se em listar e pontuar a origem de famílias que eram consideradas importantes, seriam a elite de Alagoa Nova. Nesta abordagem,

⁹³ SALES. José Borges de. **Alagôa Nova: Notícias para sua História**. Fortaleza: Gráfica Editora R. Esteves Tipoprogresso, 1990.

⁹⁴ Atualmente, as terras de Buraco d’Água e Serra da Paquevira (localidades bem próximas) pertencem a José Azevedo Sobral.

evidenciamos nomes de duas famílias que não aparecem na listagem feita por Sales (1990): a família de Mininéia Coelho Vianna e a família Sobral.

Nossas colaboradoras rememoram situações vivenciadas na relação com essas famílias em Buraco d'Água. As terras de Buraco d'Água estavam sob o poder dos casais: Mininéia Coelho Viana e Marieta, donos do Engenho Buraco d'Água, e Manuel Inácio da Silva e Maria Ângela Sobral, donos da Fazenda Buraco d'Água. Depois que faleceram, a posse da propriedade passou para as mãos de Luiz Sobral.

Em Alagoa Nova, os engenhos movidos a vapor eram: Olho d'Água, pertencente a João Tavares, do coronel Eufrásio Câmara; e Horta, de Dona Ana Caldas. Os demais eram movidos a tração animal. Na década de 1920, muitos engenhos de tração animal instalaram caldeiras de aquecimento a lenha e bagaço de cana. Outros preferiram motores a óleo, o que aprimorou a produção da rapadura e aguardente, que atingiu preços lucrativos.

Para Santos (2014, p. 52):

Os engenhos eram lugares com uma diversidade de trabalhadores em seus domínios. O grande número de engenhos de açúcar ensejou a necessidade de um número significativo de mão de obra. Dentro da estrutura de um engenho residia quase sempre o senhor em sua casa grande e os escravos em seus casebres ou senzalas até 1888. Ali moravam também arrendatários e agregados que tinham escravos e possuíam a sua própria casa. Alguns deles detinham o direito de fazer plantações de roças e ter criações. Os engenhos eram espaços da produção e de poderes distribuídos por seus habitantes. Era também um local das vivências humanas mais triviais, assim como das vivências que carregavam maior simbolismo como casamentos, nascimentos e funerais. Por fim, os engenhos eram zonas heterogêneas de escravidão e de liberdade⁹⁵.

O historiador Janailson Macedo Luiz, em sua dissertação de mestrado, ao trabalhar com a memória de pessoas da comunidade quilombola “Caiana dos Criollos”, preocupou-se em destacar a presença negra no Brejo paraibano, onde Alagoa Grande e Alagoa Nova estão localizadas.

De acordo com Luiz (2013, p. 33):

⁹⁵ SANTOS. Maria Emília Vasconcelos dos. **Os significados do 13 de maio: A abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da mata Sul de Pernambuco (1884-1893)**. 2014. 227f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

Essa presença esteve vinculada de modo mais específico à utilização da mão de obra escrava no trabalho com a agricultura, seja por meio da produção de gêneros de subsistência (como milho, feijão, fava e mandioca), seja voltada para as monoculturas do algodão e, principalmente, da cana-de-açúcar. Também foi importante o cultivo do café, fumo e agave, em especial durante o século XIX⁹⁶.

É perceptível que a presença negra no Brejo paraibano está diretamente associada ao processo de escravidão vigente na América Portuguesa no período colonial e no Brasil durante quase todo o período imperial (1822-1889), sendo extinta em 1888, um ano antes da proclamação da República. Assim, essa mão de obra negra sustentou a economia dos engenhos.

Durante a colonização portuguesa no Brasil, o engenho era a unidade básica de produção, sendo geralmente constituído pelos seguintes elementos: Casa-Grande, morada do senhor de engenho e sua família, tendo na prática esse senhor não só o direito de administrar suas terras, mas a vida de cada pessoa posta sob sua responsabilidade, fosse parente, agregado ou escravo; o Engenho em si, onde era realizada a moagem da cana visando a produção de açúcar, aguardente, rapadura e outros gêneros derivados da planta; a capela, símbolo da presença da Igreja Católica como parceira ao processo de colonização; e a senzala, lugar utilizado para o repouso e manutenção de relação de sociabilidades entre os escravos que trabalhavam nos engenhos. Formava ainda o engenho uma área destinada ao plantio da cana-de-açúcar e pequenas casas onde residiam homens livres que trabalhavam como agregados na propriedade, bem como famílias de escravos que não moravam no interior das senzalas (LUIZ, 2013, p. 33).

Nas primeiras décadas do pós-abolição no Engenho Buraco d'Água, a estruturação definida por Luiz (2013) permaneceu bastante semelhante ao período escravocrata, bem como a relação entre o dono do engenho e seus trabalhadores, que em sua maioria também eram moradores da propriedade. O engenho Buraco d'Água era composto pela Casa Grande do senhor Mininéia, a estrutura física destinada à moagem da cana-de-açúcar, a área destinada ao plantio da cana, as casas dos moradores (trabalhadores) e a pequena capelinha (lugar onde ficava o oratório), que ficava dentro da casa de Mininéia.

⁹⁶ LUIZ, Janailson Macêdo. **Das ressignificações do passado:** As artes da memória e a escrita da história da comunidade remanescente de quilombos Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande-PB. 2013. 193f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFCG, Campina Grande-PB.

Sobre a posição social dos senhores de engenho, Avelar (1996) afirma que os lucros dos senhores de engenhos do Brejo paraibano com a rapadura, a aguardente e o açúcar, eram inferiores à posição social que ocupavam. Havia mais “nome”, havia, como se diz nos dias de hoje, mais status do que dinheiro. Só com a renda dos engenhos (alguns tinham outras fontes lucrativas, herdadas e/ou adquiridas, atingindo a riqueza) eles viviam mais ou menos equilibrados financeiramente falando (vários enfrentando algumas crises financeiras), mas não eram ricos nem mesmo a nível regional⁹⁷.

De acordo com Souza (2013)

Em meio às tensões e negociações que nas primeiras décadas do pós-abolição caracterizaram as relações sociais entre fazendeiros e trabalhadores rurais, a permanência no campo – em muitos casos, nos próprios limites das antigas fazendas senhoriais – tornou-se uma necessidade tanto para os ex-escravos como para os ex-senhores. Os acordos resultantes de tais processos de negociação, além de garantir a continuidade das atividades nas fazendas, possibilitavam aos novos trabalhadores livres driblar as dificuldades de inserção em outros espaços de trabalho, bem como a ausência de uma política de integração no Estado republicano que se constituiu depois de 1889. É fato que em um primeiro momento a conquista da liberdade levou os ex-escravos à tentativa de afastamento do lugar da memória do cativeiro, porém eram grandes as dificuldades de se inserirem em novos espaços de trabalho. Portanto, significativas parcelas deles, bem como de seus filhos e netos, voltaram às fazendas e refizeram relações de trabalho, experiências de vida e de luta pela cidadania (AVELAR, 1996, p. 58)⁹⁸.

O contexto das primeiras décadas do pós-abolição descrito nesta citação por Souza (2013) reflete uma realidade vivenciada pelos trabalhadores de Buraco d'Água, descendentes de pessoas que foram escravizadas nesta mesma localidade. Eram muitas as razões para permanecerem morando e trabalhando no mesmo espaço em que seus familiares foram cativos. Para vivenciar esse novo contexto trazido pela abolição, os descendentes de escravizados precisaram reinventar as relações de trabalho, experiências de vida em meio a uma relação ainda bastante marcada pelas cicatrizes do sistema escravista.

⁹⁷ AVELAR, José. **Alagoa Grande: Aspectos econômicos e fatos outros da sua História**. João Pessoa: Ideia, 1996. p. 15.

⁹⁸ SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. **História Oral**, v. 16, n. 2, p. 55-71, jul./dez. 2013.

2.1 “As moças veia me contavam”: memórias da escravidão em Buraco d’Água

De acordo com Sales⁹⁹ (1990), coube a cada filho de José de Abreu Tranca a herança da terça parte da sesmaria Lagoa dos Veados, compreendendo as terras da Boa Vista, Urucu, Buraco d’Água, serra de Paquivira, Bacupari e Preguiçoso, em Alagoa Nova. Nesse sentido, sabendo que a família de José de Abreu Tranca possuía escravos, teriam eles cultivado aquelas terras de Buraco d’Água também com mão de obra escrava. Isso fica evidente na fala de Dona Dinda, que faz referência ao passado escravista do engenho enfatizando que suas avós foram escravizadas nesta localidade. Ela não sabe precisar de qual região da África seus antepassados vieram, mas se lembra de ter ouvido das moças velhas que a “criaram” a narrativa de que suas avós foram escravas.

Minha duas vó vieram da África. Vieram novinha. Aí criaram elas, aí depois uma teve mamãe e outra teve papai. Quem criou elas foi o povo do finado Mininéia. Os mais antigos. Mamãe quem criou ela foi Liça, o povo chamava Liça. Quem criou a outra foi Adelina, a mulher, a primeira do finado Mininéia. Ele foi casado três vezes. A segunda mulher foi quem criou. Tia Maria Vaqueira, a mãe de veia, foi ela que criou, e mãe quem criou foi a outra irmã, era duas irmã moça veia. Eu não sei como elas chegaram não. Eu vi dizer que chegaram de navio, foi de navio, disse que elas vieram de navio, trouxeram elas da África, compraram, já foi a família Mininéia, os parentes, os mais antigos da família Mininéia (informação verbal)¹⁰⁰.

As lembranças de Dona Dinda sobre a ligação de seus familiares com o cativo são muito recortadas e reticentes. Sendo assim, “Em que margem de que rio adormeceram suas memórias trazendo tão somente balbucios longínquos de uma ascendência esquecida ou tão somente de fragilíssima lembrança?¹⁰¹” (NASCIMENTO, 2006, p. 95). No pós-abolição em Buraco d’Água, pouco se falava do passado escravista. Era preciso apagar a memória do cativo. Lembrar era reviver os tempos de dor e sofrimento. Como afirmou Dona Dinda, pouco se fala em escravidão. Esse era um tempo para ser esquecido.

⁹⁹ SALES, José Borges de. **Alagôa Nova: Notícias para sua História**. Fortaleza: Gráfica Editora R. Esteves Tipoprogresso, 1990.

¹⁰⁰ Maria Julia da Conceição, conhecida na comunidade de Buraco d’Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 20 de abril de 2011.

¹⁰¹ NASCIMENTO, Gizêlda Melo do. **Feitio de viver: memórias de descendentes de escravos**. Londrina: Eduel, 2006.

De acordo com Rios e Mattos (2005), a África aparece nas narrativas dos afrodescendentes primeiramente como referência de ancestralidade. Assim, a memória da África ou dos africanos aparece associada à noção de um avô/avó “escravo/a” e “estrangeiro/a”, contrapondo-se a país “Brasileiros”, quase sempre lembrados como “ventre livres”¹⁰² (RIOS; MATTOS, 2005, p. 63). Dona Dinda relata que suas avós foram trazidas da África como escravas.

A memória de Dona Dinda evidencia vestígios que me levam a acreditar numa possível ligação de suas avós com a Costa da África, de onde vieram grandes levas de negros para o trabalho escravo aqui no Brasil, mantendo um forte vínculo com a economia açucareira. A economia do Engenho Buraco d'Água se fortaleceu principalmente com o cultivo da cana-de-açúcar, a produção de cachaça, rapadura e dos produtos de subsistência.

Em sua fala, Dona Dinda deixa claro que foram os mais antigos da família dos Mininéia, proprietários do Engenho Buraco d'Água, que escravizaram suas duas avós. As “moças velhas” que a “criaram” contavam para ela um pouco da história da escravidão no Engenho.

De acordo com Chalhoub (1990, p. 27), “para os negros, o significado da liberdade foi forjado na experiência do cativo, e sem dúvida, um dos aspectos mais traumáticos da escravidão era a constante compra e venda de seres humanos”¹⁰³. Sobre sentir-se livre, Dona Dinda afirma:

Não vou dizer que me sentia livre né, porque eu não vivia aliviada de nada. Tudo era trabalho e sacrifício. Quando a pessoa é livre, né, (gesticula com as mãos), a pessoa é livre e desimpedido. Eu nunca fui livre e desimpedida de nada não, só vivia trabalhando, quando saía de uma casa ia pra outra (informação verbal)¹⁰⁴.

Nesta fala, nossa colaboradora mostra como representou na sua vivência cotidiana de trabalho o significado da liberdade. Para ela, ser livre era ter uma vida com menos trabalho e sacrifício: “não vivia aliviada de nada”. Era uma vida de trabalho árduo que não lhe permitia sentir-se livre. Quando saía de uma casa, deixava de servir a

¹⁰² RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do Cativo**: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹⁰³ CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 27.

¹⁰⁴ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d'Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 12 de agosto de 2012.

um senhor, seguia para outra casa e continuava com uma vida dura, de muito trabalho e nenhuma remuneração ou pouca remuneração. Desse modo, em nossas conversas pude sentir que sua vida e de seus irmãos na infância pouco se diferenciou do que vivenciaram seus antepassados que foram escravizados.

De acordo com Souza (2013, p. 63):

Ali e acolá, nos tempos que se seguiram à abolição, os egressos da escravidão e seus descendentes foram reinventando a sua liberdade e as práticas de luta que lhes garantissem sobrevivência e cidadania. As vivências do pós-abolição, imbricadas no contexto de um Estado republicano em formação, cujas instituições apresentavam-se de modo bastante precário e, portanto, flexíveis em seus princípios normativos, são revisitadas a partir do enfoque na capacidade e na maneira como os indivíduos agenciavam suas experiências e se relacionavam naquela sociedade¹⁰⁵.

Sobre o imediato pós-abolição para os recém-libertos e seus descendentes, Souza (2013) ainda afirma:

Para esses indivíduos recém-integrados à sociedade na condição de cidadãos livres, era pouco promissora a perspectiva de liberdade, tomando-se o termo em sua acepção mais pragmática: acesso à propriedade, trabalho compensado monetariamente e autonomia plena. Sabiam que estavam se deparando com um mundo repleto de incertezas e precariedades e, portanto, procuravam agir de acordo com a percepção das fraturas da sociedade que assinalavam brechas para suas escolhas. Assim, ao optarem pela permanência nas fazendas, mediante acordos orais ou contratos de arrendamento, também estavam optando por certa estabilidade da vida e do trabalho, capaz de prover uma subsistência apropriada – em detrimento de ganhos estritamente pecuniários (SOUZA, 2013, p. 61)¹⁰⁶.

A referida historiadora que, assim como eu, trabalha com memória, constata, em sua pesquisa, elementos presentes na relação entre os senhores e seus subjugados, que, no contexto de Buraco d'Água, também se colocam bastante evidentes. A autora afirma que os rastros de memória sugerem que o uso da barganha, os arranjos e as concessões se configuraram como elementos estratégicos de negociação entre os ex-escravos e os antigos senhores no período que sucedeu a abolição. São situações que sinalizam a

¹⁰⁵ SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. **História Oral**, v. 16, n. 2, p. 55-71, jul./dez. 2013.

¹⁰⁶ Id. p. 61.

existência de uma consciência da condição de trabalhadores livres, exercida por ex-escravos, por escravos libertos e por seus descendentes, dispostos a enfrentar as tentativas de manutenção de relações escravistas ainda defendidas por alguns senhores¹⁰⁷. Dona Dinda permaneceu na mesma localidade onde seus avós foram cativos. Os motivos, o leitor compreenderá ao longo desta dissertação.

2.2 “Meus pais eram Família de Escravo”: Dona Dinda e a memória da ancestralidade africana

Rememorando sua ancestralidade, Dona Dinda se reporta ao passado escravista de Buraco d’Água. Sobre esse passado, nossa colaboradora fala do pouco que ouviu contar, pois, segundo ela, “não se falava muito nessas coisas não”. Ela relembra: “A família que criou papai era tudo branco, e que criou mamãe, era tudo branco” (informação verbal). Quando questionada por que eles não foram criados pelos pais, ela enfaticamente respondeu:

Porque eles era família de escravos, aí tinha os filhos, as patroas criavam, madrinha Liça era uma moça velha, branca e rica, dona daquelas terras que hoje é de Murilo, tudo era dela. Criou papai, e a finada Adelina criou mamãe (informação verbal)¹⁰⁸.

Apesar de pouco ter ouvido falar do processo de escravização em Buraco d’Água, Dona Dinda me forneceu informações valiosas que deixam evidente que os donos do Engenho Buraco d’Água, de propriedade da família de Mininéia Coelho Vianna, fizeram também uso de mão de obra escrava. Por esse motivo, os filhos eram “criados” não no sentido de educar, mas de submissão ao trabalho desde pequenos. Não eram criados; eram utilizados como mão de obra.

Dona Dinda é uma descendente de pessoas que foram escravizadas, e mesmo tendo ela nascido durante as primeiras décadas do pós-abolição, trabalhou também em sistema de escravidão na Casa Grande de Mininéia, tendo em vista que fazia todo o serviço doméstico sem receber remuneração: “trabalhava apenas para comer e vestir”, como ela mesma afirmou. Na ocasião da morte do pai, já estando Dona Dinda órfã de mãe, sentiu-se ainda mais desamparada. Sem a proteção da família, foi levada, retirada

¹⁰⁷ SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. *História Oral*, v. 16, n. 2, p. 55-71, jul./dez. 2013. p. 61.

¹⁰⁸ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d’Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 12 de agosto de 2012.

de dentro do Engenho, onde vivera desde a morte da mãe, quando ela tinha apenas nove anos de idade, e levada para morar na Casa Grande do Engenho de Mininéia Vianna. Esse relato deixa explícito que as condições de trabalho de Dona Dinda em nada se diferenciavam do sistema de escravidão.

Esse contexto relatado demonstra que as práticas escravistas insistiam em permear o cotidiano de trabalho no Engenho Buraco d'Água. Desse modo, percebe-se que o olhar e as atitudes dos donos do Engenho remetiam ao passado escravista. Assim, a menina negra, órfã, e seus irmãos foram tratados como escravos. Como os meninos não serviam para o serviço da casa, permaneceram morando no Engenho para fazê-lo funcionar durante toda a noite.

Em outro momento da entrevista, ela volta a rememorar ter ouvido contar sobre o passado escravista de Buraco d'Água:

Eu vi falar assim que quem fez aquela Casa Grande de seu Mané Inácio, que hoje é de Doutor Sobral, foi feita pelos escravos. Essa moça veia que criou a gente era quem dizia “ali aquelas madeiras são forte, foi os escravos que carregaram e fizeram aquela casa ali”. Doutor Sobral fez aqueles reparo nela, mas ela não tem nada de cair nela não, olha os paus (gesticula com as mãos), né, de tijolo não, ela é de taipa, cada madeira, aquelas madeiras lavrada (informação verbal)¹⁰⁹.

Novamente, em nossa conversa, Dona Dinda rememora o que ouviu contar sobre o passado escravista de Buraco d'Água, lugar onde nasceu, viveu e trabalhou toda sua infância e juventude. Vale destacar que a Casa Grande de Buraco d'Água, pelo que ouviu contar, foi erguida com trabalho escravo. Sobre a memória da escravidão no Engenho, pertencem a Dona Dinda “as memórias mais recuadas no tempo, apontando para uma ancestralidade africana¹¹⁰” (NASCIMENTO, 2006, p. 94).

¹⁰⁹ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d'Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 20 de agosto de 2008.

¹¹⁰ NASCIMENTO, Gizêlda Melo do. **Feitio de viver: memórias de descendentes de escravos**. Londrina: Eduel, 2006.

Figura 3 - Dona Dinda e seus irmãos.



Fonte: Acervo pessoal de Dona Dinda.

Nas fotos, estão Dona Dinda, Ana, Joana, Constância, Sebastião e Zé Preto, todos já falecidos. Foram essas pessoas que, segundo a narrativa de Dona Dinda, quando crianças foram “criados” pelo casal Mininéia Coelho Vianna e Marieta. Os meninos, logo após a morte dos pais, tornaram-se responsáveis pelo funcionamento do Engenho durante dia e noite. Enquanto às meninas era atribuído o serviço doméstico da Casa Grande. Eles trabalhavam para garantir comida e um lugar para dormir. Qualquer semelhança com o sistema escravista não é mera coincidência. Aqui, fica demarcado que o trabalho estava relacionado ao gênero. As atividades laborais destinadas aos meninos e meninas eram diferenciadas.

Sobre a origem africana da família de Dona Dinda, José Sobral rememora suas conversas com Zé Preto¹¹¹ (irmão de Dona Dinda). Sobral, em conversa comigo, relembra:

Zé Preto me contava, Doutor, a minha avó, ele me contava que a descendência dele, que ele tinha conhecimento que a avó dele era angolana, tinha vindo da África como escrava, avó dele, ele não sabia do avô, só sabia da avó. Era angolana e era o nome original Trafua. Tanto é que eu chamo eles de Trafua até hoje. O Trafua é da África (informação verbal)¹¹².

Zé Preto viveu nas terras do engenho dos Mininéia, assim como Dona Dinda e seus irmãos, só deixando o engenho quando as terras foram vendidas. Passaram, então, a morar e trabalhar para Luiz Sobral, pai de José Azevedo Sobral, que

¹¹¹ José Severino Pimentel. Zé Preto (irmão de Dona Dinda, já falecido). Vivenciou com ela a experiência do trabalho em Buraco d'Água).

¹¹² José Azevedo Sobral. Entrevista concedida em 04 de abril de 2017.

rememorou as conversas que tinha com Zé Preto sobre sua ascendência africana. A memória de José Sobral e de Dona Dinda me possibilitou recuperar um pouco do processo de escravidão vivenciado em Buraco d'Água.

2.3 “Trabalhava somente pra comer e vestir”: trabalho e moradia em Buraco d'Água no pós-abolição

De acordo com Santos (2014, p. 112), “as crianças escravas estavam inseridas no mundo do trabalho produtivo”. Sendo assim, os ingênuos não seriam fardos pesados para os senhores, que lhes dispensavam proteção e cuidado. Decerto eram aproveitadas nas lides e geravam riquezas para os senhores de suas mães e, por isso, acreditamos que alguns senhores se recusavam a entregar as crianças a suas mães quando elas se libertavam. Nesse sentido, a realidade vivida por crianças escravas continuava a acontecer em Buraco d'Água, como lembra com detalhes Dona Dinda. Ela relata a árdua rotina de trabalho na Casa Grande de Mininéia Vianna:

Na casa do finado Mininéia, eu não recebia dinheiro não, trabalhava lá para comer e vestir, trabalhava somente pra comer e vestir. Eu fazia os serviços da casa tudo, tirava lenha. Dona Marieta alguma vez passava a vassoura na casa, os alpendres, mas tudo era eu. Lavava pano, varria a casa, varria terreiro, eu passava, eu mudava as carneiras, cuidava dos porcos, cozinhava, ensinaram eu a fazer lombo cheio, lombo sem ser cheio, fazer bife, galinha assada, tudo eles me ensinaram (informação verbal)¹¹³.

Dona Dinda afirma que chegou na Casa Grande do Engenho para “morar” com 12 anos de idade. Para ela, a família do dono do Engenho a adotou. Fica evidente nos relatos o quanto essa criança órfã de pai e mãe teve de trabalhar para sobreviver, seja no trabalho da lavoura ou nos serviços domésticos, como ela mesma lembra, “tudo era eu”. Dona Dinda executava os afazeres como se fosse uma escrava doméstica.

Como afirma Costa¹¹⁴ (2010, p. 509), “a abolição da escravidão não foi suficiente para alterar de imediato o regime de trabalho”. Destarte, nas relações de trabalho estabelecidas nos engenhos no pós-abolição, encontramos ainda evidências de práticas escravistas. O trabalho era livre; no entanto, o salário, quando existia, era

¹¹³ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d'Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 20 de agosto de 2008.

¹¹⁴ COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: UNESP, 2010.

extremamente baixo. Mesmo no pós-escravidão, os fazendeiros e senhores de engenho encontravam mecanismos e estratégias de defender seus privilégios e interesses.

De acordo com Rios e Mattos¹¹⁵ (2005, p. 169), “o trabalho de mulheres e crianças foi um dos pontos polêmicos no pós-emancipação nas Américas”. Nesse sentido, a apropriação do trabalho infantil e das mulheres para a esfera doméstica e de subsistência, com a sua conseqüente retirada do trabalho coletivo no eito, tem sido apontada como traço comum do pós-emancipação nas Américas. Esse processo descrito aconteceu com Dona Dinda e suas irmãs quando foram levadas, ainda crianças, para trabalhar no serviço doméstico da Casa Grande do Engenho. O Engenho Buraco d’Água era localizado às margens do Rio Mamanguape ou Manguape.

Na obra *Desfile do meu passado: Lá no começo do túnel, chegando aqui, agora, meu passado desfilou*, o Juiz de Direito aposentado Júlio Pereira de Almeida rememora a importância do Rio para os agricultores de Buraco d’Água e localidades vizinhas. De acordo com Almeida (2016), o

Rio Manguape corria mansamente no seu leito, na propriedade de minha mãe. Como referido anteriormente, ele nascia em Alagoa Nova, município vizinho a Alagoa Grande, que desagua no mar depois de percorrer muitos quilômetros no município de Rio Tinto, a proximidade de João Pessoa, capital do Estado. E sempre aconteciam cheias naquele rio, os agricultores das nascentes, vizinhos às suas margens. Rio abaixo, havia uma convenção entre eles para evitar mais prejuízos em decorrência das cheias que inundavam tudo, caso ocorressem novas cheias, eles se acautelavam e se preveniam de possíveis perdas, usando búzios, que era uma carcaça no formato de molusco com formato de caramujo grande onde existia um furo, uma cavidade no centro, que soprando nele produzia um ruído elevado, surdo e mudo, dando notícias aos agricultores, rio abaixo da descida da cheia. Com esses avisos os agricultores colhiam o possível, retirando o gado e animais domésticos com antecipação, cujos terrenos seriam invadidos pelas águas em questão de horas (ALMEIDA, 2016, p. 17)¹¹⁶.

Neste contexto, fazemos uso das memórias de infância de Almeida (2016) em Buraco d’Água, mais precisamente da década de 1930, data localizada pelo autor, para mostrarmos a importância do Rio Mamanguape ou Manguape para a produção da cana-de-açúcar e para os produtos de subsistência. Em períodos de cheia, poderia causar

¹¹⁵ MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Anna Maria Lugão. **Memórias do cativo:** Família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹¹⁶ ALMEIDA, Júlio Pereira de. **Desfile do meu passado:** “Lá no começo do túnel, chegando aqui, agora, meu passado desfilou”. Recife: FASA, 2016.

prejuízos aos agricultores. O Engenho que norteia nossa pesquisa se localizava próximo, logo às margens desse Rio. Sobre o Engenho, Dona Dinda afirma: “Nasci e me criei e me casei em Buraco D’Água” (informação verbal)¹¹⁷. Sobre o nome do Engenho, ela diz: “O Engenho, o povo chama o Engenho Buraco d’Água, Engenho Mininéia” (informação verbal)¹¹⁸.

Figura 4 - Casa onde funcionava o Engenho de Mininéia Coelho Vianna.



Fonte: Foto feita pela autora no dia 26/02/2017.

De acordo com Ribeiro¹¹⁹ (2012), no pós-abolição, o trabalho era considerado a salvação do ex-escravizado e seus descendentes. A autora defende que o trabalho era quase idêntico à escravidão, sujeito praticamente às mesmas condições, em que os indivíduos viviam, comiam e habitavam os mesmos lugares. Eis o mundo formal do negro, socialmente construído e indicador da sua nova condição – homem livre, sujeito de si; portanto, responsável por ele próprio e por sua família, que, assim como no período escravista, terá de lutar e negociar por melhores arranjos de trabalho.

Dona Dinda mostra que sua família passou por uma verdadeira peregrinação em busca de uma casa com condições dignas para morar, quando ela e seus irmãos ainda eram crianças.

¹¹⁷ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d’Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 12 de agosto de 2012.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ RIBEIRO, Rafaela Machado. **O negro e seu mundo:** Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893). 2012. 237f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Campos dos Goytacazes.

Quando mamãe morreu, nós fomos morar ali, onde mora Zé de Pachico hoje. Ali era o engenho do finado Mininéia. Tinha o cozimento de fazer rapadura e a destilação de fazer cachaça e tinha uma casa de farinha, mais para baixo. Quando nós chegamos, tava tudo ocupado, aí nós fomos para dentro das casas dos bezerros, aí papai fez uma casinha de palha lá no caminho de Serra Preta. Aí disseram que casa de palha era perigoso, por causa do fogo. Aí nós fomos morar dentro do engenho, moramos no cozimento, onde fazia rapadura, no engenho, foi onde meu pai morreu. Depois que ele morreu, fizeram uma casinha pra gente encostada no engenho. Aí disseram que era perigosa porque só tinha criança, aí levaram a gente, as meninas pra casa do finado Mininéia e os meninos ficaram no engenho (informação verbal)¹²⁰.

Morar no Engenho era literalmente morar dentro do Engenho, como se fosse uma senzala. No pós-abolição, ainda se tinha a concepção de que ali era lugar de negros. De acordo com Santos¹²¹ (2014), as senzalas dos engenhos, mesmo depois da abolição, serviram como moradias para os trabalhadores. A historiadora afirma que a terminologia senzala, para indicar o alojamento dos trabalhadores residentes nos engenhos, permaneceu no imediato pós-abolição, sugerindo que os trabalhadores dos engenhos que residiam nesses espaços ocupassem posições “baixas” na sociedade. As modalidades de habitação podiam ser as senzalas ou os casebres espalhados pelo Engenho. Os meninos, Zé Preto e Sebastião, irmãos de Dona Dinda, ficaram morando no engenho após a morte do pai para fazê-lo funcionar durante toda a noite. Já as meninas foram levadas para a Casa Grande, onde trabalhavam e recebiam apenas um prato de comida, roupas e um lugar para dormir.

Dona Dinda e seus irmãos enfrentaram desde cedo a vida de sofrimento e labuta que começa aos sete anos de idade, quando suas mãos tão pequenas pegavam na enxada para ajudar na subsistência da família. Sobre a Casa Grande do Engenho, Dona Dinda descreve: “A casa de Mininéia era um pouco longe do engenho, a tapera ta lá, tenho certeza, uma casa daquela, tinha uma calçada” (informação verbal)¹²².

¹²⁰ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d’Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 12 de agosto de 2012.

¹²¹ SANTOS. Maria Emília Vasconcelos dos. **Os significados do 13 de maio: A abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da mata Sul de Pernambuco (1884-1893)**. 2014. 227f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

¹²² Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d’Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 26 de novembro de 2016.

Figura 5 - Mininéia Coelho Vianna e sua esposa Marieta.



Fonte: Acervo particular de Dona Dinda.

Vejamos como o Senhor Mininéia foi representado por Dona Tereza, Dona Dinda e Sobral. Dona Tereza afirmou: “Um velhão altão, jeitoso ele, não era velho esquisito não, era negócio mesmo de patrão mesmo, visse, tinha cara de rico. Com um cavalão, em um paletó preto, eu ainda me lembro” (informação verbal)¹²³. Sobral lembrou de Mininéia e o definiu assim: “O velho Mininéia era um velho fidalgo, usava terno, sempre bem vestido” (informação verbal)¹²⁴.

No decorrer das suas narrativas, Dona Dinda evidencia indícios de uma postura típica de um escravocrata por parte do senhor do Engenho no trato com seus moradores (trabalhadores). Dona Dinda afirma: “Aquele povo de antigamente era um povo sério, ele dizia, mandava: ‘faça isso assim, assim’, pronto, era muito sério” (informação verbal)¹²⁵. Em Buraco d’Água as relações de trabalho estavam profundamente marcadas pela herança escravista. O trabalho constituía o único assunto entre o proprietário e os moradores do Engenho. Mesmo no pós-abolição, “os fazendeiros [ou senhores-de-engenho] continuaram a tratar os negros livres como o faziam com os escravos”¹²⁶ (GORENDER, 1990, p. 193).

¹²³ Teresa Josefa da Silva. Entrevista concedida em 07 de julho de 2017.

¹²⁴ José Azevedo Sobral. Entrevista concedida em 04 de março de 2017.

¹²⁵ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d’Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 26 de novembro de 2016.

¹²⁶ GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

De acordo com Santos¹²⁷ (2014), as relações estabelecidas nos engenhos no pós-abolição foram também pautadas pelas marcas da escravidão, de forma que a antiga condição escrava constituiu um forte elemento de hierarquização entre os trabalhadores do açúcar. Ao asseverar o lugar da subalternidade para os ex-escravos, procurava-se estabelecer também os espaços e papéis sociais nas relações de mando e obediência.

Figura 6 - Trabalhadores do Engenho Buraco d'Água em festividade.



Foto: Acervo particular de Dona Dinda.

A fotografia retrata um momento de sociabilidade, festividade na Casa Grande do Engenho Buraco d'Água, localizado na cidade de Alagoa Nova-PB. Não foi possível saber a data exata em que a foto foi feita. Acreditamos ser entre o final da década de 1920 e o início da década de 1930. Na fotografia, estão Mininéia, sua família, amigos e trabalhadores do Engenho.

Com base nos relatos de Dona Dinda e na fotografia, percebemos que a foto evidencia a presença ao mesmo tempo da estratégia, por parte do senhor de Engenho, e da tática, por parte dos “moradores”. A estratégia era estabelecer boas relações para garantir o bom desempenho no trabalho e o consequente lucro. Por sua vez, os que o dono de Engenho chama de “moradores” aproveitavam esses espaços de sociabilidades para estreitar os laços de cordialidade e “amizade”, buscando garantir trabalho e moradia. Segundo Dona Dinda, esses momentos de festividades aconteciam principalmente no período de finalização da colheita da produção agrícola.

¹²⁷ SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **Os significados do 13 de maio: A abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da mata Sul de Pernambuco (1884-1893)**. 2014. 227f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

De acordo com Santos¹²⁸ (2014), as relações estabelecidas nos engenhos no pós-abolição foram também pautadas pelas marcas da escravidão, de forma que a antiga condição escrava constituiu um forte elemento de hierarquização entre os trabalhadores do açúcar. Ao asseverar o lugar da subalternidade para os ex-escravos, procurava-se estabelecer também os espaços e papéis sociais nas relações de mando e obediência.

Dona Dinda afirmou que o Senhor Mininéa era um homem de poucas palavras. Dava uma ordem e pronto, era obedecido. Homem de cara fechada, sem sorriso, muito sério. Diante desse comportamento, os trabalhadores temiam contrariá-lo em suas ordens. Em sua narrativa, ela fez questão de enfatizar nunca ter sofrido agressões físicas.

Eles só não fizeram foi bater neu. nunca deram neu um empurrão. Mandava fazer serviço, mas neu nunca deram não. Olhe, eles não dava coisa boa à gente não, mas eles nunca me deram uma pancada, me ensinaram a rezar, a ser gente (informação verbal)¹²⁹.

A partir desse caso, podemos perceber que as relações estabelecidas no Engenho no pós-abolição foram também pautadas pelas marcas da escravidão. O senhor do Engenho preocupou-se em assegurar o lugar da subalternidade, procurando estabelecer os espaços e papéis sociais nas relações de mando e obediência. Dona Dinda mostrou-se agradecida aos donos do Engenho, que, apesar de não terem oferecido a ela e seus irmãos “coisas boas”, como ela afirma, nunca lhe infligiram “empurrão, pancada”. Ela reconhece que teve de trabalhar muito¹³⁰. O trabalho no Engenho não parava. Como enfatiza Dona Dinda, o trabalho “não tinha hora marcada”: “Papai trabalhava na destilação. Quando a garapa caía, dizia ‘a garapa caiu’, aí carregava os alambiques, não tinha hora marcada não, de noite, de madrugada, de manhã, qualquer hora, quando a garapa caía, eles ia destilar” (informação verbal)¹³¹.

¹²⁸ SANTOS. Maria Emília Vasconcelos dos. **Os significados do 13 de maio: A abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da mata Sul de Pernambuco (1884-1893)**. 2014. 227f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

¹²⁹ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d’Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 07 de setembro de 2012.

¹³⁰ Sobre a abolição da escravidão, Chalhoub (1990, p. 100) afirma: “o negro recebia assim a liberdade, passando a ganhar um salário ridículo e continuando a aceitar petelecos, pontapés e ‘elogios’ à própria mãe durante o serviço”.

¹³¹ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d’Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 07 de setembro de 2012.

Nesse panorama, trabalhava-se ainda nos moldes do sistema escravista. Tratava-se de um cotidiano de trabalho árduo e desumano, que não tinha dia nem hora. Dona Dinda explica como era feito o transporte da produção do Engenho ao afirmar que:

vinha pegar de cavalo, não tinha carro não, ninguém via um carro nesse tempo. Via mais pela rua, mas aí mesmo não. O primeiro carro que eu vi eu tava com oito anos. O povo chamava barata, baratinha que Doutô Saboia passava nela na estrada, naquela rodagem pra sair lá em Boa Vista. Então, foi o primeiro carro que eu vi na minha vida, não tinha carro. As coisa tudo era carregado em animal em Lagoa Grande, Lagoa Nova, carregava pra Campina Grande. Cachaça era nos burros. Mas era matuto, era matuto naquelas estrada, era o dia todim, pra cima e pra baixo, uns subindo, uns descendo. Pra carregar cachaça e rapadura, tudo em animal (informação verbal)¹³².

Como relatou Dona Dinda, o automóvel era algo raro nas terras do Engenho. Nesse sentido, o historiador Luiz Carlos dos Santos destacou que, nos anos de 1920, o automóvel ainda era um sonho distante para a maioria da população de Alagoa Nova. Talvez só os senhores de engenhos tivessem à sua disposição um automóvel, que servia para as suas pequenas viagens nas redondezas, gerando muitas vezes espanto por parte daqueles que nunca tinham visto um¹³³.

O Engenho Buraco d'Água, além do cultivo da cana de açúcar, também plantou e comercializou o algodão. Isso fica evidente no relato de Dona Dinda:

Vinha pra casa do finado Mininéia, eles pegava uns sacos grande, ensacava tudinho, né, aí o carro vinha pegar e levava pra Lagoa Grande e vendia o algodão. Tinha um quarto grande assim (gestos), eles enchia de algodão, a gente trabaiaava apanhando e todo dia pesava, tinha gente que apanhava três arrobas por dia (informação verbal)¹³⁴.

Em seu relato, Dona Dinda descreve o processo de trabalho da produção do algodão desde a colheita, pesagem, armazenamento e comercialização na cidade de Alagoa Grande, onde o algodão era descaroçado. Sobre a lavoura do algodão na Paraíba, Sá (2009) afirma que:

¹³² Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d'Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 20 de agosto de 2008.

¹³³ SANTOS, Luiz Carlos dos. **A “modernização” da cidade rural:** espaços de rupturas e permanências da cidade de Alagoa Nova-PB (1920-1960). 2012. 151f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFCG, Campina Grande-PB. p.53.

¹³⁴ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d'Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 20 de agosto de 2008.

A lavoura do algodão, de ciclo vegetativo curto, necessitava de baixo investimento de capital e pouca quantidade de mão de obra para o desenvolvimento de suas atividades, possibilitando assim o cultivo por parte de sitiantes, moradores e pequenos proprietários, que combinavam as plantações do algodão com culturas de subsistência (SÁ, 2009, p. 39)¹³⁵.

De acordo com Medeiros e Sá¹³⁶ (1999), o algodão era considerado uma agricultura mais “democrática” por dar vez a essa gente livre-pobre. No entanto, enfatizam que se deve levar em conta que esses trabalhadores pouco se diferenciavam de um escravo. Ressaltamos que era utilizado também o trabalho de crianças para apanhar o algodão.

Sobre o período do algodão, Freire¹³⁷ (1996) destaca que, da segunda metade da década de 1910 para o início da década de 1940, foi o período em que o algodão atingiu a fase de maior produção em Alagoa Grande.

De acordo com Lima (2006), o algodão, gênero conhecido desde os primeiros anos da colonização, geralmente era plantado em consórcio com culturas de subsistência, tais como feijão, milho e mandioca¹³⁸. Desta feita, o autor afirma que as propriedades que cultivavam o algodão variavam em extensão e qualidade, indo desde as grandes fazendas, passando pelas médias propriedades e até os pequenos sítios.

A narrativa que segue destaca um elemento muito relevante nessa análise no que se refere à relação que se estabelecia entre os trabalhadores e o dono do Engenho. Ela lembra que parte das terras de Buraco d’Água pertenciam ao filho do senhor Mininéia, dono do Engenho. “Era de padrinho Vianna, não era dos Mininéia não, era do filho dele. Ele casou e foi morar ali onde hoje é as terras de Murilo. Era meu padrinho, filho do finado Mininéia, meu padrinho de batismo. Ele casou e foi morar ali” (informação verbal)¹³⁹. Dona Dinda afirma que o filho de Mininéia, herdeiro da propriedade, era seu padrinho de batismo.

¹³⁵ SÁ, Ariane Norma de Menezes. **Escravos, livres e insurgentes: Paraíba, 1850-1888**. João Pessoa: Editora Universitária, 2009.

¹³⁶ MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de Menezes. **O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

¹³⁷ FREIRE, Jose de Avelar. **Alagoa grande: aspectos econômicos e fatos outros da sua História**. João Pessoa: Ideia, 1996.

¹³⁸ LIMA, Luciano Mendonça de. **Derramando susto: os escravos e o Quebra Quilos em Campina Grande**. Campina Grande, PB: EDUFCG, 2006. p. 30.

¹³⁹ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d’Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 20 de abril de 2011.

De acordo com Souza (2012), o compadrio, sobretudo praticado através do batismo, que constituía um ritual de ampliação do parentesco e também uma possibilidade de melhorias nas condições de sobrevivência, quando aqueles que detinham poder político e econômico ou ocupavam certo status social eram tomados como padrinhos dos filhos de pessoas sem posses¹⁴⁰.

A mesma autora afirma que as relações de compadrio no pós-abolição constituíam situações em que os grupos hierarquicamente desiguais compartilhavam valores semelhantes. Negros, brancos e mestiços ampliavam suas relações através do parentesco espiritual, que se dava com o batismo.

Ainda sobre as relações de compadrio, a historiadora Edinelia Maria Oliveira Souza afirma que:

Difícilmente um negro ou mestiço que vivia como trabalhador rural se tornava padrinho de um filho do proprietário das terras onde morava. Mas era muito comum aos fazendeiros tornarem-se padrinhos de batismo ou de casamento dos filhos de seus subordinados. De modo geral, os padrinhos escolhidos deviam ser de condição social mais elevada ou igual à da família dos afilhados. Tal relação constituía uma parentela ritual e, de certa forma, também fictícia, onde se acentuavam compromissos pessoais e materiais, aumentando a rede de proteção, prestígio e poder na hierarquia social, conforme se pode notar através de testamentos, das narrativas orais e dos registros de batismo (SANTOS, 2012, p. 161)¹⁴¹.

Nesse sentido, considero relevante destacar que o compadrio fortalecia a relação entre o morador do Engenho (trabalhador) e o dono da propriedade. Ao tornar-se padrinho de um filho de seu morador, o dono do Engenho reforçava a lealdade e o respeito que obtinha dele. Já o morador, quando tomava o dono do Engenho para ser padrinho de seu filho, esperava estreitar a relação entre eles e, conseqüentemente, obter proteção. Em algumas situações, era o dono do Engenho quem se oferecia para tornar-se padrinho do filho de seu morador. Vale destacar que ambos esperavam se beneficiar da relação de compadrio.

¹⁴⁰ SANTOS, Luiz Carlos dos. **A “modernização” da cidade rural: espaços de rupturas e permanências da cidade de Alagoa Nova-PB (1920-1960)**. 2012. 151f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFCG, Campina Grande-PB. p. 159.

¹⁴¹ Id. p. 161.

De acordo com Rocha (2009 apud SCHWARTZ¹⁴², 2011), o compadrio tem uma dimensão social fora da estrutura da Igreja. Podia ser usado para reforçar laços de parentesco já existentes ou solidificar relações com pessoas de classe social semelhante, ou estabelecer laços verticais entre indivíduos socialmente desiguais.

Para Lima (2006), além dos vínculos de caráter econômico, a relação de dependência entre esses trabalhadores e os proprietários era permeada por uma série de trocas recíprocas como o compadrio, mas que, em determinadas condições históricas, podiam ser rompidas por uma das partes¹⁴³.

Sobre o cotidiano de trabalho no Engenho de Mininéia, Dona Dinda narra com riqueza de detalhes as atividades realizadas no local, uma memória da infância que se apresenta com muita nitidez. Ela lembra que, no Engenho, cada trabalhador tinha sua função.

Tinha o de tirar o bagaço, tinha o que botava cana na moenda, tinha os cambiteiros¹⁴⁴ e tinha os cortador de cana e os que limpava a cana no tempo que a cana tava nova, tinha os cambiteiros, um botando cana na moenda e outro tirando o bagaço e dois destilando, e quando tava fazendo rapadura, era três fazendo rapadura (informação verbal)¹⁴⁵.

No cotidiano de trabalho no Engenho, havia muitas ocupações, desde os trabalhadores da lavoura até os criados domésticos. Dona Dinda destaca que existia o trabalhador de enxada, os cambiteiros, o cortador de cana. Para cada etapa do processo de produção da cachaça e da rapadura, havia os trabalhadores destinados àquela atividade.

Ribeiro¹⁴⁶ (2012) defende que o mundo do trabalho, quando não longe de ser negado pelo negro, porque lhe é imposto, transformou-se em sua própria identidade – o negro trabalhador, batalhador e, como toda identidade, socialmente construída. Nesse sentido, a autora destaca que, fora das relações de trabalho capazes de lhe garantir o

¹⁴² SCHWARTZ, Yves. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Trab., Educ., Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, supl. 1, p. 19-45, 2011.

¹⁴³ LIMA, Luciano Mendonça de. **Derramando susto: os escravos e o Quebra Quilos em Campina Grande**. Campina Grande, PB: EDUFPG, 2006. p. 34.

¹⁴⁴ Os cambiteiros eram os trabalhadores responsáveis por fazer o transporte da cana-de-açúcar. O transporte da cana do eito até o Engenho. Esse transporte era feito em animais.

¹⁴⁵ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d'Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 20 de abril de 2011.

¹⁴⁶ RIBEIRO, Rafaela Machado. **O negro e seu mundo: Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893)**. 2012. 237f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Campos dos Goytacazes.

sustento e o prover da família, era o negro malandro, vagabundo e tendente ao ócio e aos vícios. De um lado a outro, estariam os agora ex-escravos e seus descendentes maculados pela máxima do trabalho¹⁴⁷.

De acordo com Fraga Filho (2006, p. 234):

A condição de morador obrigava uma variedade grande de relações de trabalho. O morador era aquele trabalhador que fixa residência no engenho com a condição de prestar serviço na lavoura de cana em alguns dias da semana. Muitos tinham acesso a lotes de terras em plantavam a própria subsistência¹⁴⁸.

O historiador descreveu uma relação que se estabeleceu em muitos engenhos, e não foi diferente em Buraco d'Água. Morar na propriedade estabelecia uma relação de dependência do trabalhador para com o senhor dono do Engenho. Assim, o trabalhador (morador) obtinha do senhor do Engenho trabalho, moradia, terras para plantar seus alimentos de subsistência e “proteção”. Já o senhor recebia do seu trabalhador (morador) a gratidão, lealdade e bons serviços prestados. Desse modo, o lucro do Engenho se alicerçava nessa relação cotidiana.

O trabalhador morava e trabalhava no Engenho, era chamado de trabalhador fixo. O dono do Engenho concedia aos trabalhadores fixos pedaços de terras, para plantarem gêneros de subsistência como milho, feijão, fava, macaxeira, batata doce, entre outros. O cultivo das roças próprias servia para complementar os baixos salários que os trabalhadores recebiam. Fatores variados favoreciam a concessão de um pedaço de terra para o cultivo próprio.

De acordo com Santos (2014), a concessão de moradias no interior dos engenhos para seus trabalhadores foi possível por conta da disponibilidade de terra livre dentro das áreas canavieiras. A autora acredita que grande parte dessas terras ociosas foi utilizada para garantir maior fidelidade dos trabalhadores, por meio da concessão de moradia. Dona Tereza se lembra das condições em que seu pai trabalhava nas terras de

¹⁴⁷ Santos (2014) defende que o trabalho nos engenhos não se restringiu apenas ao corte da planta, mas envolveu um conjunto de outras atividades, tais como a preparação dos canaviais, a limpeza da cana cortada. Segundo a historiadora, reconstruir trajetórias de vida dos trabalhadores dos engenhos requer compreender imbricações nas experiências vividas pelos sujeitos das camadas populares e dos escravizados. SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **Os significados do 13 de maio: A abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da mata Sul de Pernambuco (1884-1893)**. 2014. 227f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

¹⁴⁸ FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2006.

Buraco d'Água: “ele era trabalhador de oito lá embaixo. Aquele povo todinho trabalhava no oito, na cana, né? Morava e trabalhava. O morador era obrigado a dar dia de serviço, visse, trabalhando no Engenho” (informação verbal)¹⁴⁹. Os trabalhadores livres usufruíram da prerrogativa da mobilidade a fim de estabelecer e negociar novas relações de trabalho e tratamento, em uma sociedade ainda marcada profundamente pela escravidão.

De acordo com Ribeiro (2012), em muitos casos, os ex-escravos e seus descendentes mantiveram seus antigos laços de trabalho e moradia, mantendo, assim, no pós-abolição, um dos princípios vitais do paternalismo: a tutela senhorial¹⁵⁰. Desse modo aconteceu em Buraco d'Água com Dona Dinda, que permaneceu nas terras do Engenho, onde seus ancestrais foram escravizados. Ao longo desse texto, mostro quais foram as razões para Dona Dinda permanecer em Buraco d'Água.

Sobre a moradia dos trabalhadores nos engenhos, Santos (2014, p. 145) afirma que:

O sistema de moradia estabelecido nas últimas décadas do século XIX permitira, sob novas bases, a manutenção do poder dos senhores de engenho sobre a mão de obra. De acordo com Moacir Palmeira, nos engenhos do Nordeste, no século XX, a permissão para morar em uma casa e para pequenos cultivos dentro do engenho trazia junto a obrigação de prestação de trabalho. Diante da iminência da abolição da escravidão em 1888, o grupo senhorial temia não poder mais contar com o serviço leal e devotado dos escravizados e de seus dependentes. Tal prática visava evitar que, a qualquer insatisfação, os empregados abandonassem os postos de trabalho na lavoura. Para manter os laços, mesmo que mais fracos, era necessário que patrões e empregados cumprissem minimamente suas obrigações. As relações clientelísticas, ou seja, o costume de trocar favores por obediência e lealdade. Com isso, não queremos dizer que nesse tipo de relação dispensasse concessões, acordos, e que os trabalhadores livres ficassem desprovidos de poder de negociação.

Desse modo, estando Dona Dinda inserida nessa relação descrita por Santos (2014), compreendemos que ela sentiu na pele a quebra do acordo de dedicar ao senhor de Engenho obediência e lealdade em troca de proteção, trabalho e moradia. No momento de dor pela morte do pai, receberam desprezo e desconsideração, faltou-lhes a

¹⁴⁹ Tereza Josefa da Silva. Entrevista concedida em 07 de julho de 2017.

¹⁵⁰ RIBEIRO, Rafaela Machado. **O negro e seu mundo**: Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893). 2012. 237f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Campos dos Goytacazes. p. 165.

proteção esperada. Ela e seus irmãos, agora órfãos de pai e mãe, foram entregues à mendicância, vivenciaram um momento de profunda humilhação.

Ela relata, com grande tristeza no olhar, o momento de enterrar seu pai, momento em que esperava receber do homem a quem seus pais dedicaram uma vida de trabalho árduo e lealdade, a proteção e um enterro digno para seu pai. No entanto, receberam a desproteção e a humilhação, como mostra a narrativa que segue:

Quando foi pra fazer o enterro, ele morreu de 6 horas, aí Zé Preto disse: “Dinda, o que é que eu faço? Dinda, papai morreu”, aí ele foi lá na casa do finado Mininéia, aí ele disse: “ei, meu filho, eu não tenho dinheiro, não posso dar o dinheiro do enterro não, vá pedir umas esmolas”, aí ele volta e diz: “Dinda, não tem jeito, seu Mininéia disse que eu fosse pedir umas esmolas”, aí Sebastião disse: “vai ali na casa do meu padrinho”, aí ele veio aqui na casa de seu Luiz. O pai de Doutor Sobral, aí ele disse: “o que é? que você quer?”, aí ele disse: “Seu Luiz, eu vim lhe pedir uma esmola”. “Esmola pra quê?”. “Pra enterrar papai”. Aí ele entrou lá pra dentro, voltou e disse: “Pegue, vá fazer o enterro de seu pai, vai pedir esmola não, vá pra casa”. Aí ele voltou pra casa, pegou o dinheiro e foi comprar o caixão e a mortalha. Nesse tempo já vinha lá da igreja. Aí trouxeram e fizeram o enterro (informação verbal)¹⁵¹.

Assim, ouvindo do Senhor Mininéia que eles fossem pedir esmolas para enterrar seu pai, aquelas crianças precisaram assumir atitudes de adultos e usaram mais uma vez da relação de apadrinhamento para obter a proteção e o auxílio necessário naquele momento de profundo desamparo. O irmão de Dona Dinda buscou no padrinho a esperança de dar ao pai a dignidade negada pelo “Finado Mininéia”, como se refere Dona Dinda. Para enterrar o pai, aqueles meninos e meninas órfãos de pai e mãe tiveram de atravessar o Rio, ir buscar na outra margem o amparo de que necessitavam naquele momento. Nesse sentido, compreendo que a sociedade do pós-abolição estava permeada pelos valores e contradições presentes no regime de escravidão. De acordo com José Murilo de Carvalho, em *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, a sociedade pós-abolição carregava consigo as marcas e estigmas da escravidão.

No Brasil, aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressavam a suas fazendas, ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixo salário. Dezenas de anos após a abolição, os

¹⁵¹ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d’Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 20 de agosto de 2008.

descendentes de escravos ainda viviam nas fazendas, uma vida pouco melhor do que a de seus antepassados escravos (CARVALHO, 2008, p. 52)¹⁵².

Os recém-libertos e seus descendentes “enfrentavam a contraditória situação de serem livres, mas sem condições de exercerem plenamente sua liberdade social¹⁵³” (NASCIMENTO, 2006, p. 103). Nesse diapasão, Dinda e seus irmãos, descendentes de escravizados, sentiram que a sociedade não lhes oferecia oportunidades dignas de sobrevivência. Foi-lhes negada a instrução (escola), faltavam-lhes terras efetivamente suas para plantar, cultivar e sobreviver da terra. Viveram a vida inteira em terras alheias. Faltou-lhes até a condição de dar ao seu pai um enterro digno.

Para muitos descendentes de escravos, restou a mendicância. Assim eram vistos pelos que ainda não aceitavam a abolição da escravidão. Destarte, a abolição não aconteceu no ponto de vista das relações sociais. Houve uma continuação da exploração dos recém-libertos e seus descendentes.

Sobre as permanências de práticas escravistas no pós-abolição Souto (2015, p. 70) afirma:

Não podemos imaginar que tenha havido drástica ruptura de uma mentalidade escravocrata de mais de trezentos e cinquenta anos de exploração do trabalho de homens e mulheres reduzidos ao cativo por uma data simbólica. As pessoas que viviam na Paraíba - especialmente os senhores de escravos que manteriam, em grande medida, os costumes viscerais de imposição do poder sobre os trabalhadores egressos do cativo mesmo que estes vivessem sobre outra ótica – não apagaram de sua memória o gosto da dominação do “homem sobre o homem”. A liberdade conquistada não significou a igualdade onírica¹⁵⁴.

Diante dessa concepção, a sociedade que não conseguia ver os recém-libertos e seus descendentes como homens livres, ocupava-se de criar outras formas de escravização. Dessa forma, práticas escravistas continuavam a ser repetidas cotidianamente no pós-abolição. Muitos desses libertos e seus descendentes continuaram a

¹⁵² CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹⁵³ NASCIMENTO, Gizêlda Melo do. **Feitio de viver: memórias de descendentes de escravos**. Londrina: Eduel, 2006.

¹⁵⁴ SOUTO, Pedro Inácio. **Areia: uma “aldeia” negra paraibana de fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX**. 2015. 173f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFCG, Campina Grande-PB.

trabalhar e morar nos espaços em que foram escravizados, vivenciando situações de submissão que em nada se diferenciavam do sistema escravista.

De acordo com Rocha (2009), a mudança de dono e de moradia implicava novas dificuldades no cotidiano de mulheres e homens escravizados: primeiramente, poderiam ser anuladas conquistas obtidas ao longo de uma vida, levando o cativo a iniciar processo de negociação com o novo senhor. Esse processo poderia ser longo¹⁵⁵. Durante minhas conversas com Dona Dinda, questionei se ela e seus irmãos teriam onde morar e trabalhar caso sáíssem da propriedade do Senhor Mininéia.

Ela enfaticamente respondeu: “Tinha a fazenda de seu Mané Inácio” (informação verbal)¹⁵⁶. No entanto, eles “escolheram” não deixar as terras de Mininéia, pois eles tinham uma relação afetiva com aquele lugar, e uma forte relação de lealdade com a família deste senhor, tendo em vista que, na compreensão de Dona Dinda, receberam da Família Mininéia a proteção e a moradia no momento do desamparo com a morte do pai e da mãe. Eles estavam presos “cativos” naquela terra por uma rede de relações que os tornava cada dia mais subjugados ao Senhor Mininéia.

Para nossa colaboradora, o fato de terem recebido daquela família casa e comida quando se tornaram órfãos significou que foram “criados” por eles. Assim, receberam deles a proteção. Em contrapartida, deveriam oferecer-lhes obediência e lealdade. Essa relação se sustentou até a morte de Mininéia e sua esposa, quando as terras foram vendidas.

Sobre a permanência dos ex-escravos e seus descendentes nos locais onde tinham sido escravizados, Santos (2014, p. 174) defende que:

As pessoas que acabaram de sair da escravidão refizeram as suas vidas em meio a hostilidades e incertezas, e isso não foi tarefa fácil. Entre as estratégias para se inserirem nesse novo contexto estava se comportarem como sujeitos dependentes e gratos. O desejo de permanecer no lugar onde já estavam trabalhando, com moradia independente e com meios mais concretos para organizar a vida foi, por vezes, motivo suficiente para alguns indivíduos permanecerem no local onde tinham sido cativos¹⁵⁷.

¹⁵⁵ ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista: família e parentesco espiritual**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 78.

¹⁵⁶ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d'Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 12 de agosto de 2012.

¹⁵⁷ SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **Os significados do 13 de maio: A abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da mata Sul de Pernambuco (1884-1893)**. 2014. 227f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

Essa realidade vivida pelos recém-libertos se estendeu também aos seus descendentes no pós-abolição. Então, para Dona Dinda, deixar aquelas terras era uma falta de gratidão e lealdade para com aqueles que os “criaram” depois que ficaram sem pai e mãe. Só depois da morte do Senhor Mininéia e Dona Marieta, e com a venda das terras, Dona Dinda e seus irmãos se sentiram obrigados a atravessar para a outra margem do Rio Mamanguape e passam a morar e trabalhar na propriedade dos Sobral, que antes pertencia a Manuel Inácio da Silva, pai de Luiz Sobral. Abordaremos a relação de trabalho e moradia de Dona Dinda e seus irmãos com a Família Sobral no terceiro capítulo.

Segundo Souza (2012), fomentar relações de lealdade e compromisso, garantindo a permanência nas fazendas ou mantendo ocupações conquistadas no urbano, era também uma forma de demonstrar a percepção das fraturas da sociedade, que limitavam as possibilidades de escolha daqueles que não dispunham de recursos suficientes para a sua sobrevivência, sobretudo terra e moradia¹⁵⁸.

De acordo com Lima (2006), os moradores mantinham uma complexa relação de dependência com o proprietário da terra ao qual se vinculavam. Em troca do cultivo de uma parcela da terra e de uma moradia, cediam parte da colheita ou então trabalhavam alguns dias da semana nas terras do patrão¹⁵⁹.

Diante do contexto das relações estabelecidas entre o senhor dono do Engenho e seus trabalhadores (moradores), torna-se evidente o que defende neves (2000 apud MARTINS, 2012, p. 62): os laços paternalistas, tão bem traçados nos compromissos de trabalho, não poderiam ser desfeitos no momento em que o morador, elo mais fraco da relação, passava por apuros. Era dever moral do senhor de Engenho ou fazendeiro, em alusão à fidelidade prestada pelo morador, oferecer-lhe socorro alimentar e social. Porém, não foi isso o que aconteceu com Dona Dinda quando precisou enterrar o pai.

De acordo com Luciano Mendonça de Lima:

O paternalismo é entendido como um conjunto de regras e obrigações que regulamentavam as relações entre as elites proprietárias e as camadas subalternas. Embora contribuísse para manter a dominação, essas regras e valores tinham muitas vezes significados opostos para

¹⁵⁸ SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. **Pós-abolição na Bahia: Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus 1888/1930**. 2012. 271f. Tese (Doutorado em História Social) - UFRJ/IFCS/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro. p. 161.

¹⁵⁹ LIMA, Luciano Mendonça de. **Derramando Susto: os escravos e o Quebra Quilos em Campina Grande**. Campina Grande, PB: EDUFCEG, 2006. p. 34.

dominantes e dominados, sendo objetos de intensas disputas políticas na vida cotidiana (LIMA, 2008, p. 27)¹⁶⁰.

De acordo com Chalhoub¹⁶¹ (1990), durante o processo de escravização, cada cativo sabia que, excluídas as fugas e outras formas radicais de resistência, sua esperança de liberdade estava contida no tipo de relacionamento que mantivesse com seu senhor. Desta feita, no contexto da escravidão na Paraíba, Medeiros e Sá (1999, p. 59) afirmam que, por meio do batismo, a criança contemplada passava à condição de “forro na pia”. Ao paternalismo do senhor, também não faltava oportunidade de demonstrar ao escravo que, se ele fosse obediente e fiel, poderia ter esperança de um dia ser alforriado, nem que essa esperança lhe custasse toda uma existência de subserviência resignada. Esse tipo de relação estabelecida pelo batismo se estendeu até o pós-abolição¹⁶². De acordo com Lima (2010), o compadrio estabelecia uma relação parental, de base espiritual, criada pelo batismo cristão¹⁶³.

Como afirma Santos (2014), a partir da emancipação dos escravos e do advento da República, foram recriadas práticas de negociação e conflito no cotidiano dos trabalhadores dos engenhos, inclusive com a permanência de laços de dependência e lealdade forjados na escravidão e reestruturados no dinamismo das experiências e vivências sociais do pós-abolição¹⁶⁴.

No Engenho Buraco d'Água, nas primeiras décadas do pós-abolição, os moradores eram, em sua maioria, negros livres. No entanto, presos por relação de subordinação, eram sujeitos à lógica de fidelidade e assistência que recebiam do senhor dono do Engenho. As narrativas mostram que esse pacto de fidelidade e proteção fora quebrado em muitos momentos, sempre causando prejuízos ao morador (trabalhador do Engenho).

¹⁶⁰ LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”: uma história social da escravidão em Campina Grande- século XIX.** 2008. 356f. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife.

¹⁶¹ CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁶² MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de Menezes. **O trabalho na Paraíba:** das origens à transição para o trabalho livre. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

¹⁶³ LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade interdita, liberdade reavida:** escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). 2010. 378f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. p. 26.

¹⁶⁴ SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **Os significados do 13 de maio:** A abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da mata Sul de Pernambuco (1884-1893). 2014. 227f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. p. 174.

Sobre a vida na Casa Grande, Dona Dinda relata: “Eu dormia na sala de jantar, no banco, sem colchão. Depois passei pra uma cama de taba, aí eu tinha três anéis e um par de brinco, aí dona Marieta (Esposa de Mininéia) vendeu tudim e comprou uma rede pra eu. Era tudo de ouro, era da minha mãe” (informação verbal)¹⁶⁵.

Nesta narrativa, fica evidente que os senhores donos do Engenho queriam usar as crianças como mão de obra com o mínimo de gastos financeiros. Elas trabalhavam na Casa Grande, sem ter comida e um lugar digno para dormir. Durante nossa conversa, Dona Dinda mostra lamentar ter perdido a única lembrança de sua mãe. Os brincos que a mulher de Mininéia vendeu para comprar duas redes para ela e sua irmã dormir. Além de não pagar pelos serviços prestados pelas crianças na Casa Grande, a senhora Marieta se desfez do único bem de valor material e sentimental que elas possuíam.

Morando na Casa Grande, Dona Dinda e seus irmãos foram recebendo da família Mininéia Vianna os seus valores religiosos. Ela rememora:

Olhe, eles não dava coisa boa à gente não (referindo-se aos bens materiais), mas eles nunca me deram uma pancada. Morei na casa deles, não me ensinaram a ler não, mas rezar me ensinaram, me ensinaram a ser gente, levaram pra confessar, nunca me deram um beliscão (informação verbal)¹⁶⁶.

Aqui nesta fala, Dona Dinda estabelece um marcador de descontinuidade de uma prática escravista, a ausência de violência física, tendo em vista os escravos sofrerem castigos físicos. No entanto, outras formas de violência eram sofridas por ela na casa de Mininéia.

Esta narrativa mostra que, para o senhor dono do Engenho, bastava-lhe oferecer instrução religiosa, catequizá-la, fazia parte da tarefa de “criá-los”, bastava “ensiná-los a ser gente”. Não ouve preocupação em ensinar a ler e escrever, instrução que fica bem claro ter feito falta a Dona Dinda. Ela enfatizou, em muitos momentos de nossas conversas, ser agradecida aos donos do Engenho por tê-la recebido em sua casa e nunca ter sofrido agressões físicas, “pancadas, beliscões”, palavras usadas por ela.

Contudo, sabemos que obrigar crianças a trabalhar também é uma forma de violência. Nesse caso, os meninos realizavam os trabalhos no Engenho e as meninas se

¹⁶⁵ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d’Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 12 de agosto de 2012.

¹⁶⁶ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d’Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 20 de agosto de 2008.

encarregavam das tarefas domésticas na Casa Grande. Sabemos que o tratamento conferido pela sociedade brasileira aos africanos e seus descendentes foi marcado pelo preconceito e pela violência. De acordo com Santos¹⁶⁷ (2014), o uso da coerção física como recurso para manter a disciplina e a hierarquia foi comum nos engenhos açucareiros antes e depois do 13 de maio de 1888.

Sobre as condições em que vivia na casa de Mininéia, Dona Dinda relembra:

Passei muita fome. Muitas vezes, não tinha o que comer, era muito difícil a gente comer carne. Na família do finado Mininéia, eles tinha muita carne, muita comida boa. Quando o feijão não dava pra gente, Dona Marieta botava o caldo. Era eu, Joana e Ana. Eu torrava, pisava o café, fazia todo o serviço da casa (informação verbal)¹⁶⁸.

O fato de Dona Dinda e seus irmãos não terem sofrido violência física, “pancadas, beliscões”, não significa que eles não tenham vivenciado outras formas de violência, pois nestas palavras fica claro que eles sofriam psicologicamente em saber que a família que os “criava”, como se refere Dona Dinda, tinha comida boa, fartura, enquanto eles muitas vezes passavam fome e raramente comiam carne. Eles, os senhores, comiam o feijão e davam às crianças que moravam e trabalham na casa apenas o caldo. Aqui se evidencia uma continuidade de práticas utilizadas no regime escravista. Nesse contexto, Costa (2010) afirma que haviam senhores que alimentavam seus escravos unicamente com feijão cozido, sem nenhum condimento e uma só vez por dia¹⁶⁹. Passar fome é uma forma de violência que se repetia no pós-abolição em Buraco d’Água.

Ao longo deste texto, por meio das narrativas de Dona Dinda, seguimos pontuando uma série de situações que mostram a continuidade de práticas escravistas sendo revividas por descendentes de pessoas que foram escravizadas. Consideramos importante ressaltar que essa situação narrada por Dona Dinda aconteceu mais de duas décadas após a abolição da escravidão. Isso demonstra que a luta por garantias de direitos e liberdade efetiva ainda era necessária.

¹⁶⁷ SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **Os significados do 13 de maio: A abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da mata Sul de Pernambuco (1884-1893)**. 2014. 227f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

¹⁶⁸ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco D’Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 27 de novembro de 2016.

¹⁶⁹ COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: UNESP, 2010. p. 288.

Nessa perspectiva, evidenciamos que Dona Dinda e seus irmãos, mesmo tendo nascido juridicamente livres, eram submetidos a situações que lembravam em muito o regime de escravidão vivenciado por seus antepassados. Ela conta que toda a sua família trabalhou neste Engenho, seja como escravos ou como “homens ditos livres”. “Meu pai, minha mãe, minha vó, minha tia Maria, mãe de Velha Vaqueira, Zé Antônio, a mãe dele, tudo negro, branco mesmo só tinha o povo de seu Mininéia e seu Manoelzinho, avô de Doutor Sobral, os trabalhadores era tudo moreno” (informação verbal)¹⁷⁰.

A narrativa de nossa colaboradora enfatiza uma forte presença de uma mão de obra negra majoritariamente composta de pessoas de sua família. Entre a população de cor durante o imediato pós-abolição, surgiram diferentes escolhas, atitudes e estratégias para obter cidadania e reagir à opressão racial. Hebe Mattos (1998), na obra *Das cores do silêncio*, identifica um desses caminhos possíveis, em que a omissão generalizada sobre a cor dos brancos, pretos, pardos e crioulos fazia de sua invisibilidade nas fontes uma expressão do ingresso dos negros no mundo dos cidadãos livres¹⁷¹.

Identificando os trabalhadores de Buraco d'Água, Dona Dinda demarca em sua fala o lugar social ocupado por cada personagem de sua narrativa. Os espaços sociais ocupados por senhores e trabalhadores do Engenho estavam definidos por meio da cor da pele. Minha colaboradora deixa claro que brancos eram os “patrões”, os donos do Engenho. Os trabalhadores, por sua vez, eram todos negros.

Como ela mesma assevera, branco só tinha na família para quem eles trabalhavam. Logo, esta mão de obra negra sustentava a produção do Engenho desde os tempos da escravidão. Para manter a mão de obra após a abolição, os senhores de Engenho criavam estratégias, como a concessão de um pedaço de terra e moradia aos trabalhadores.

Nessa perspectiva, Santos (2014, p. 173) afirma que:

Depois da abolição, a política de incentivos mudou, principalmente, por conta da concentração fundiária na mão de poucos proprietários. Desse modo, os senhores puderam influenciar na fixação da população trabalhadora rural nos engenhos com a concessão de um pedaço de

¹⁷⁰ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d'Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2017.

¹⁷¹ MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: Os significados da liberdade no sudoeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 97.

terra, cuja posse era bastante precária e prover parcamente o trabalhador e sua família com alimentos¹⁷².

De acordo com Santos (2014, p. 185),

O trabalho no canavial era associado a coisa de gente preta e com ligações com o cativo, pelo menos no tratamento desferido a esses trabalhadores. Pois, em algumas situações a cor ou a raça de uma pessoa eram associadas a um passado escravo, e acabavam influenciando nos lugares sociais ocupados pelas populações de cor¹⁷³.

Nesse panorama, Santos (2014) assinala que as relações estabelecidas nos engenhos no pós-abolição foram também pautadas pelas marcas da escravidão, de forma que a antiga condição escrava constituiu um forte elemento de hierarquização entre os trabalhadores do açúcar. Ao asseverar o lugar da subalternidade para os ex-escravos, procurava-se estabelecer também os espaços e papéis sociais nas relações de mando e obediência.

Diante desse contexto, compreendemos que o regime escravista marcou profundamente a história e a sociedade brasileira. Ainda hoje, os afrodescendentes continuam a sentir no dia a dia o peso dessas feridas ainda não cicatrizadas. A herança da escravidão está presente no cotidiano e nas experiências de vida, fruto de raízes históricas que se manifestam no racismo, nas relações sociais, e que determinam o lugar a ser ocupado pelos afrodescendentes na sociedade.

Este estudo mostra que a condição de marginalização dos afrodescendentes não se alterou com o fim da escravidão. Mesmo no pós-abolição, a população negra deste país teve de continuar lutando e luta até hoje, por inserção social, conquista de direitos e igualdade.

Assim, os relatos de Dona Dinda evidenciam que foi a mão de obra negra que sustentou o Engenho Buraco d'Água, mão de obra nascida na escravidão, apesar da coexistência com o trabalho livre, tendo em vista que já constatamos que em Alagoa Nova e Alagoa Grande, cidades que compartilham o território de Buraco d'Água, não

¹⁷² SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **Os significados do 13 de maio: A abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da mata Sul de Pernambuco (1884-1893)**. 2014. 227f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. p. 173.

¹⁷³ Id. p. 161.

houve grande número de pessoas escravizadas se comparadas a outras cidades da Paraíba e de outros Estados.

Sobre a relação do dono Engenho com seus trabalhadores (moradores), era comum ocorrer situações em que o patrão era chamado para fazer a conciliação entre os moradores, que se desentendiam por diversas questões. Entre elas, estavam as extremas entre os roçados dos moradores, como afirmou Dona Tereza:

Antes dele morrer, era uma confusão naquela Serra. Briga, estrema em cima de estrema, morador com roçado em cima do outro e arengando. Ali onde a gente morava era a casa de farinha. Dali pra baixo era Antônio Galdino, era de briga com a gente. Aí, quando o velho Mininéia chegou um dia, aí a gente tava batendo feijão, os meninos tudo era solteiro, não tinha casado ainda não. Eu sei, minha filha, que quando esse velho chegou, “boa tarde, João”. “Boa tarde, seu Mininéia, senta aí, amarre o cavalo ali”. Tinha um pé de Araticum, assim, na frente da casa. Ele foi, amarrou e disse assim: “o que me fez vim aqui, João, é fazer um acordo contigo e Antônio Galdino para separar as estremas que tava muito junto”. Ele disse a pai: “mande os meninos ir chamar ele”. Quando chegou, ele disse: “o que foi, Mininéia?”. Aí ele disse: “eu vim aqui pra fazer um acordo com você e João, pra sair as estremas, pra você ceder do seu lado e João Bento ceder do lado de Lulu que ele trabalha”. Aí ele disse: “nem vê que eu não faço esse acordo”. Aí o velho se encrespou, minha filha, eu vi o velho brabo, visse? Eu era criança, mas me lembro direitinho, eu vi o velho brabo. Disse: “eu já vi, Antônio Galdino, que o mal conduta daqui não é esses que moram por aqui, que nunca foram na minha casa me levar queixa e você só vive na minha casa me levando queixa”. Ele que não quis acordo, né? Aí pai ficou sabendo que ele ia levar chafurde a ele, visse, lá pra baixo, pra Buraco d’Água. Só sei que acertaram lá e nada resolvido, visse? Nada resolvido. Aí o velho volta, foi pra casa, né? Quando chegou em casa, com poucos dias, adoeceu (informação verbal)¹⁷⁴.

Dona Dinda relembra o quanto era grande a extensão de terras da propriedade e também do momento em que a propriedade do Engenho foi vendida:

Até naqueles mundos de Boa Vista, tudo ali era dele, aquelas terras que hoje é de compadre Birico, Serra Grande era tudo dele. Era tinha muita terra. Foi quando o finado Mininéia morreu. Aí acabou-se tudo, cada qual os herdeiros foram vendendo as partes deles (informação verbal)¹⁷⁵.

¹⁷⁴ Tereza Josefa da Silva. Entrevista concedida em 07 de julho de 2017.

¹⁷⁵ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d’Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 20 de agosto de 2008.

Dona Dinda enfatiza que as terras de Buraco d'Água foram se expandindo à medida que a família Mininéia foi comprando outras terras vizinhas, como Boa Vista e Serra Grande, e foi se tornando uma grande propriedade. Com a morte do senhor Mininéia, os filhos herdeiros venderam tudo.

Dona Tereza também relembrou o momento em que Mininéia Vianna, dono de Buraco d'Água, adoeceu e veio a falecer. Sobre isso, ela recorda:

Eu sei que pai era rendeiro nesse tempo, e o velho adoeceu, e a velha precisou de uma importância em dinheiro e pai, nesse tempo, ele era morador, mas ele trabalhava e tinha as coisas, né? Aí ela chegou, era a história que eu ouvia lá (informação verbal)¹⁷⁶.

Dona Tereza, que tinha apenas dez anos de idade, lembra do momento em que seu pai emprestou dinheiro a Dona Marieta quando o dono de Buraco d'Água adoeceu. Nossa colaboradora enfatizou em nossas conversas que “Ele era um patrão desse que só tinha mais terra, né, e dinheiro não tinha nada, visse?” (informação verbal)¹⁷⁷. Ela destaca que, além da doença, a família de Mininéia passava por uma crise financeira. Por essa razão, Dona Marieta (mulher de Minenéia) recorreu ao fiel trabalhador e morador João Bento (pai de Dona Tereza), que, ao longo de anos de trabalho, conseguiu reunir uma considerável quantia em dinheiro. A situação financeira do dono do Engenho Buraco d'Água nesse momento era vivenciada por muitos donos de engenhos, os quais possuem mais terras e status social que dinheiro.

Nesse momento, revela-se uma inversão na relação de poder, pois o poder, nesse caso, possuía quem era detentor de dinheiro, isto é, o trabalhador de Mininéia, tendo em vista que já se arrastava há bastante tempo na família do senhor uma crise financeira. Há aqui uma visível inversão da ordem estabelecida. Isso mostra que, no pós-abolição, as relações entre o senhor, dono da terra e seus moradores sofreram rearranjos e adaptações aos “novos tempos”. Essa negociação favoreceu o morador, que ficou com parte das terras de Mininéia como pagamento da dívida.

Nesse contexto, Dona Tereza rememora como se deu o acordo entre Dona Marieta e seu pai.

¹⁷⁶ Tereza Josefa da Silva. Entrevista concedida em 07 de julho de 2017.

¹⁷⁷ Idem.

Ela subiu a Serra e falou pra pai o dinheiro. Sabia que ele tinha. Aí eu sei que a velha falou o dinheiro, ele tinha, arrumou. Disse: “João, eu vou levar pra cuidar dele, se eu puder pagar, pago, mas, de qualquer jeito, quando for fazer o inventário das terras, a gente acerta” (informação verbal)¹⁷⁸.

A senhora dona do Engenho coloca parte de suas terras como garantia, conforme afirmou nossa colaboradora.

Dona Tereza disse lembrar bem de que o acordo foi feito apenas na palavra, na confiança. Isso levantou questionamentos entre os trabalhadores do eito:

Aí, quando ele emprestou esse dinheiro e foi trabalhar, aí lá no eito uns compadres dele disse: “compadre João, você passe uma letra nesse dinheiro, porque se o velho morrer, você vai perder seu dinheiro”. Dito e feito, minha filha, pois não foi verdade que quando o velho morreu e veio o inventário das terras, aí a velha disse: “eu tô devendo um dinheiro (Marieta). Eu tô devendo um dinheiro a João Bento. Eu fui lá e ele tinha e me arrumou pra cuidar de Mininéia e a gente não tá com condições de pagar esse dinheiro. Vai ser tirado em terras e é lá onde ele mora” (informação verbal)¹⁷⁹.

A parte da terra foi entregue, como pagamento do empréstimo, e começou uma luta jurídica entre o pai de Dona Tereza e os moradores (rendeiros) que residiam e trabalhavam na parte que ficou para João Bento. Os moradores se recusavam a sair da propriedade, mesmo lhes sendo oferecida uma indenização, como afirma Dona Tereza:

As terras pegou os morador tudo, os que tava da cacimba pra cá, finado Egídio, Sinhozinho, os meus primos, sobrinhos de pai, e o velho Antônio Galdino, Sebastião João, tudo pegou. Saíram sem nada porque não quiseram acordo. Teve um momento que, quando entrou em questão, pai procurava um advogado pro canto e eles um advogado pro outro. Eles não queriam sair das terras. Aí chegaram em Matinhas, na casa de Doutor Assindino, doutor Assindino era advogado, aí ele disse: “conta a história de vocês pra ver se eu entro nessa causa”. Aí eles contaram (ele quis indenizar, mas eles não quiseram). Aí eu sei que quando eles contaram a história, doutor Assindino disse: “Vocês vão procurar outro, que eu não vou pegar essa causa, porque eu sei que ele tá no direito dele ele vai ganhar e vocês vão perder”. Eu sei que quando veio o despejo, minha filha, saíram tudinho sem direito a nada. Aí foi morar Sebastião João lá embaixo, depois que resolveram todas as questões, tirou os meninos que morava perto da gente, fizeram uma casa ali perto de Adão pra cima. A Serra quase toda era

¹⁷⁸ Tereza Josefa da Silva. Entrevista concedida em 07 de julho de 2017.

¹⁷⁹ Idem.

de Mininéia, dali Adão pra cima era Boa Vista de Dona Lulu (informação verbal)¹⁸⁰.

O morador (trabalhador do Engenho), como afirma dona Tereza, era obrigado a “dar dia de serviço nas terras do Engenho” (informação verbal)¹⁸¹; podia morar e ter seu roçado para plantar alimentos de subsistência. O acordo entre os trabalhadores e o patrão, dono do Engenho, era feito apenas na palavra. Nada era assinado. Tratava-se de uma relação bastante desigual, tendo em vista que, em muitos casos, como fica evidente na fala de Dona Tereza, quando as terras eram vendidas, os moradores saíam “sem direito a nada”. Muitos moravam e trabalhavam durante uma vida inteira e, quando ocorria a venda da propriedade, os moradores ficavam jogados à própria sorte, perambulando com suas famílias, procurando lugar para morar e trabalhar. Mesmo quando os trabalhadores recorriam à Justiça em busca de seus direitos, eles lhes eram negados.

Essa fala de Dona Tereza revela um forte sentimento de pertencimento dos moradores com aquelas terras. Para eles, deixar o lugar onde muitos nasceram e viveram sua vida significava perder suas raízes. Recusaram, então, a indenização para deixar as terras, pois compreendiam que o dinheiro não supriria a perda de identidade. Nesse sentido, Bortoleto¹⁸² (2010) defende que os camponeses raciocinam com lógica diferente da cidade. A ligação do homem do campo com a terra tem um valor simbólico. A terra representa a possibilidade de sobreviver, de permanecer e pertencer ao território. Desse modo, quando eram obrigados a deixar a terra em que viveram durante toda uma vida, esses homens e mulheres se sentiam desterritorializados, pois aquele espaço tornou um construtor de identidades.

De acordo com Walter Fraga Filho¹⁸³, os senhores de Engenho ainda eram figuras importantes no mundo rural do início do século XX. Gozavam de muito poder sobre “seus moradores”. O senhor do Engenho era procurado pelos moradores para interceder em favor dos moradores em conflitos fora ou dentro da propriedade. Muitas vezes, o motivo era conseguir soltura dos que cometiam crimes ou para providenciar

¹⁸⁰ Tereza Josefa da Silva. Entrevista concedida em 07 de julho de 2017.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² BORTOLETO, Elaine Mundim. Identidade, território e pertencimento: a comunidade Pomerana em Pancas/es e a unidade de conservação dos pontões capixabas. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16, 2010, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, RS: UFRGS. 1 CD-ROM.

¹⁸³ FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2006.

enterro dos que faleciam¹⁸⁴. Desta forma, os moradores esperavam encontrar na figura do dono do Engenho a proteção necessária em momentos de dificuldade.

Essa realidade foi vivenciada por Dona Dinda e seus irmãos, quando as terras de Mininéia foram vendidas. Eles ficaram desamparados e foram procurar nas terras da família Sobral um lugar para morar e trabalhar. Assim, Dona Dinda passou a trabalhar para Luiz Sobral, dono da Fazenda Buraco d'Água. Essa história conheceremos no próximo capítulo.

¹⁸⁴ FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2006. p. 246.

CAPÍTULO 3 - AS ARTES DE VIVER NO ENGENHO BURACO D'ÁGUA

Este capítulo mostra como se davam as relações entre a família Sobral e seus trabalhadores no Engenho Buraco d'Água. Por meio dos relatos de Dona Dinda, Dona Adélia e Dona Carminha, conclui-se que a maior parte da mão de obra do Engenho Buraco d'Água era formada por trabalhadores nascidos e criados na propriedade. Antes de adentrar nos meandros dessa relação, convido o leitor a acompanhar como a família Sobral se estabeleceu em Buraco d'Água. José Azevedo Sobral, herdeiro da propriedade, narrou como se deu o processo de compra da Fazenda Buraco d'Água por seu avô, Manuel Inácio da Silva¹⁸⁵. A propriedade ficava vizinho à propriedade de Mininéia Coelho Vianna. De acordo com Sobral, “Manuel Inácio saiu da fazenda Sapé para o Sítio Jacú, onde morou até comprar, no ano de 1904, a Fazenda Buraco d'Água por seis contos de Réis”¹⁸⁶ (SOBRAL, 2004, p. 02).

Figura 7 - Manuel Inácio da Silva e sua esposa, Maria Ângela Sobral.

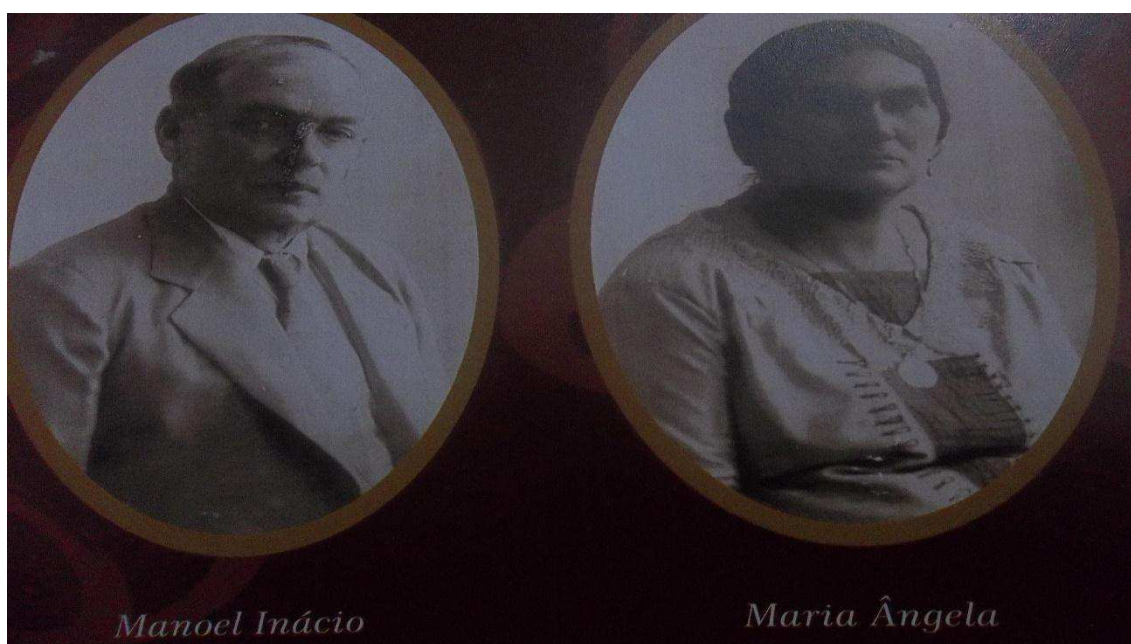


Foto: Foto encontrada no livreto em comemoração aos 100 anos da Fazenda Buraco d'Água.

Em seus escritos intitulados *Traços da família Silva/Sobral*, Maria Alice Sobral Martins descreveu Manoel Inácio e Maria Ângela: “padrinho Manoelzinho era um homem bonito, de feições finas, descendentes de portugueses. Madrinha Ângela era

¹⁸⁵ Este relato torna-se parcial e interessado, não havendo outra fonte que confronte o que foi dito.

¹⁸⁶ SOBRAL, José Azevedo. **100 anos da Fazenda Buraco d'Água**. Alagoa Nova, PB: [s.n.], 31 de dezembro de 2004.

morena clara, alta” (MARTINS, 2004;p.02). A autora desses escritos destacou que, no século passado, a família de mais tradição era a Família Sobral.

Figura 8 - Casa antiga de Buraco d’Água - 1918.



Fonte: Foto encontrada no livreto em comemoração aos 100 anos da Fazenda Buraco d’Água. Nela, aparecem o proprietário Manoel Inácio da Silva, Maria Ângela Sobral, Malfiza Sobral, Maria Sobral e Luiz Sobral.

Em seus escritos, Maria Alice Sobral Martins relatou também como se deu a aliança entre as famílias Silva e Sobral:

Manoel Inácio da Silva e Maria Ângela Sobral, primos entre si, casaram-se no século passado, de 18, e deste casamento nasceram 16 filhos, a sobreviver apenas 07, na seguinte ordem: Josefa, José, Filomena, Luiz e Maria (Maroca). Manoel Inácio da Silva era filho de Gonçalo e Josefa da Silva e Maria Ângela Sobral era filha de Manoel e Rufina Sobral. Moraram no Sítio Sapê, município de Alagoa Nova, e em 1904 compraram a fazenda Buraco d’Água (MARTINS, 2004, p.02)¹⁸⁷.

Maria Alice Sobral Martins, em seus escritos, afirmou que Manoel Inácio da Silva era Capitão da Guarda Nacional, informação que ganhou também destaque durante entrevista com José Sobral. Considero importante destacar que a Guarda Nacional foi criada após a proclamação da Independência do Brasil. Ser Capitão da Guarda Nacional naquele tempo era muito importante; conferia a quem recebia o título

¹⁸⁷ Idem.

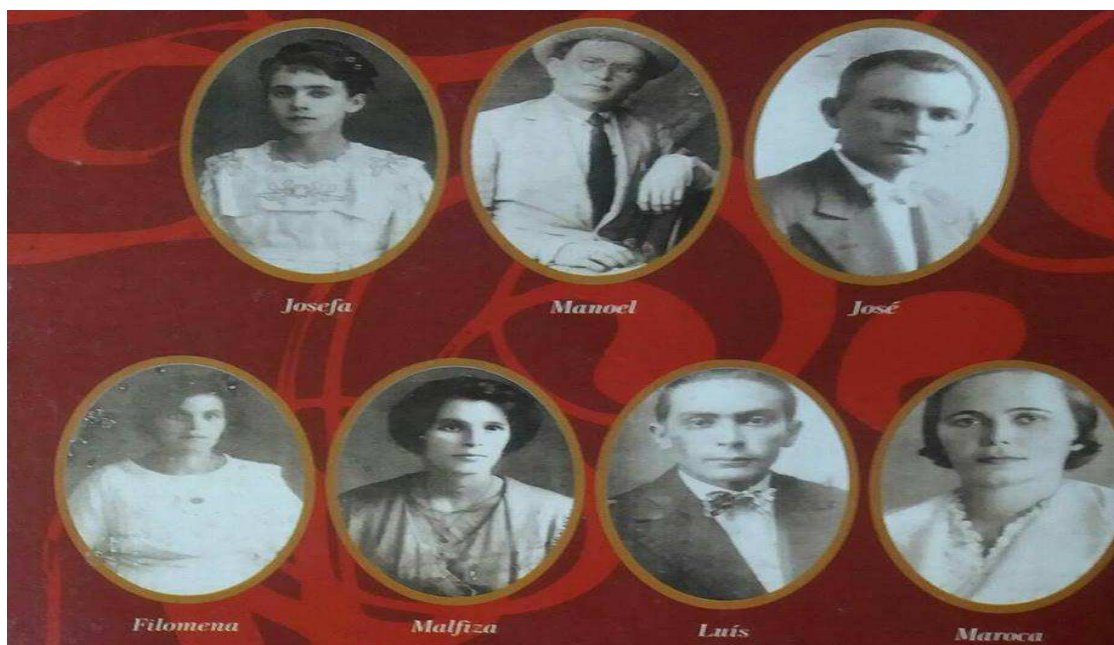
status e honra. Em virtude da Proclamação da República, esse título perdeu importância, mas manteve o status, continuou sendo motivo de orgulho para quem o possuía.

De acordo com Maria Alice Sobral (2004;p02):

Todos os filhos aprenderam a ler e escrever, chegando um a se formar em dentista no Rio de Janeiro. Manoel Inácio da Silva para a época era homem de cultura, sabia ler e escrever corretamente, tinha consigo compêndios de francês sem mestre com que ensinava os filhos, tinha livro de medicina caseira, que curava as doenças dos filhos e dos vizinhos. Tocava música e chegou a ser mestre da banda de música de Alagoa Grande. Os seus filhos cada um tocava um instrumento, da flauta ao clarinete¹⁸⁸.

Maria Alice Sobral Martins descreveu um contexto vivenciado por uma família de posses. Os filhos de Manoel Inácio receberam educação, inclusive aprenderam o francês e a tocar instrumentos musicais.

Figura 9 – Os filhos de Manoel Inácio da Silva e Maria Ângela Sobral.



Fonte: Fotografia encontrada no livreto em comemoração aos 100 anos da Fazenda Buraco d'Água.

De acordo com Maria Alice Sobral Martins (2004,p.02):

¹⁸⁸ MARTINS, Maria Alice Sobral. **Traços da Família Silva/Sobral**. Alagoa Grande, PB: [s.n.], 2004

Com a morte em 1948 de Manuel Inácio da Silva, a propriedade Buraco d'Água passou a pertencer aos herdeiros, entre os quais meu pai, Luís Sobral. Todos os irmãos, à exceção dele, tinham atividades “extra fazenda”, que não eram ligadas à terra, por exemplo, Manoel era dentista, José era tabelião. Entre as mulheres, Maroca era casada com um jornalista, Malfiza era casada com um empresário do ramo da tipografia. O único que permaneceu foi meu pai, Luís Sobral. Ele passou a administrar a fazenda e se preparou para adquirir as partes dos irmãos. Com bastante dificuldade, luta e muita negociação de gado e mandioca, Luiz Sobral conseguiu ter a posse de toda a terra¹⁸⁹ (SOBRAL, 2004, p. 05).

Segundo Maria Alice Sobral Martins, Maria Ângela Sobral faleceu no dia 08 de janeiro de 1932, na Fazenda Buraco d'Água, depois de ter sido internada no Hospital Português de Recife. Morreu de câncer, enterrou-se em Alagoa Nova. Assim, com a morte de Maria Ângela, em 1932, e de Manoel Inácio, em 1948, tendo os outros filhos escolhido profissões que não estavam ligadas à terra e não tendo eles demonstrado interesse em cuidar da propriedade da família, essa tarefa ficou a cargo de Luís Sobral, como conta seu filho, José Azevedo Sobral.

Figura 10 - Luiz Sobral e Marieta da Silva Azevedo.



Fonte: Acervo de José de Azevedo Sobral.

José Azevedo Sobral, neto de Manoel Inácio da Silva e Maria Ângela Sobral, narrou como tornou-se o único herdeiro de Buraco d'Água:

¹⁸⁹ Texto retirado do livro *100 anos da fazenda Buraco d'Água*, de autoria de José Azevedo Sobral. O livro foi feito para comemorar o centenário da fazenda em posse da Família Sobral.

A propriedade foi administrada por meu pai da década de 1940 até a década de 1970, mais precisamente até o dia 28 de setembro de 1975, quando Luiz Sobral faleceu. De herdeiros sobraram minha mãe, Marieta da Silva Azevedo e eu, José Azevedo Sobral. Com a morte do meu pai, a fazenda passou a ser nossa até o falecimento de minha mãe, no dia 04 de fevereiro de 1989. A partir daí, ficou sendo inteiramente minha até os dias de hoje. Fiz muitas benfeitorias, mas procurei manter-me sempre fiel à sua estrutura original. Adquiri propriedades vizinhas, aumentando em quase o dobro o tamanho da propriedade desde o tempo dos meus avós (SOBRAL, 2004, p. 06)¹⁹⁰.

Como afirmou José Azevedo Sobral, a propriedade de Buraco d'Água seguiu prosperando e crescendo em extensões de terra. Outras propriedades vizinhas foram sendo adquiridas ao longo do tempo. Dentre essas propriedades que foram sendo agregadas à Fazenda Buraco d'Água, estão as terras em que se localizava o Engenho Buraco d'Água de Mininéia Coelho Vianna, onde Dona Dinda nasceu e trabalhou durante sua infância. Não ficou claro como se deu o processo para a aquisição das terras vizinhas que foram sendo agregadas a Buraco d'Água. O proprietário não entrou em detalhes quanto a isto.

Figura 11 - Casa grande da Fazenda Buraco d'Água em 1996.



Fonte: Livro *100 anos da fazenda Buraco d'Água*.

Esta foto mostra a Casa Grande que pertenceu a Manuel Inácio da Silva e Maria Ângela Sobral em estado de deterioração em 1996. De acordo com o atual proprietário, seu avô, Manuel Inácio da Silva, deixou a Casa Grande de Buraco d'Água por volta de 1942. Ela teria ficado desabitada por 54 anos, mas continuou de pé. Em 1996, José Sobral, herdeiro da propriedade, resolveu recuperar a casa que pertencia à sua família há mais de um século.

¹⁹⁰ SOBRAL, José Azevedo. **100 anos da Fazenda Buraco d'Água**. Alagoa Nova, PB: [s.n.], 31 de dezembro de 2004.

José Azevedo Sobral lembrou, durante sua conversa comigo, que foi Zé Antônio, morador e trabalhador da propriedade, que o incentivou a recuperar, reformar a Casa Grande de Buraco d'Água. “Você conheceu Zé Antonio? Ele foi o maior incentivador para eu reformar a casa. Ele dizia: ‘vai deixar a casa cair, é?’. Morreu aqui nesta casa. Morreu na propriedade, morreu com mais de 100 anos” (informação verbal)¹⁹¹. Acredito que, para Zé Antônio, morador daquela propriedade durante mais de 100 anos, a Casa Grande de Buraco d'Água tinha muito significado, um forte sentimento de pertencimento, pois, mesmo com a casa quase caindo, ele não queria morar em outro lugar. Ali estavam suas origens, suas lembranças afetivas. Buraco d'Água, para ele e os demais trabalhadores, era parte deles. Era um referencial identitário.

Figura 12 - Casa Grande de Buraco d'Água com sua segunda torre restaurada em 1996.



Fonte: Livro *100 anos da Fazenda Buraco d'Água*.

Segundo o proprietário, não se tem noção exata da data de construção da Casa Grande da fazenda. Ele afirma: “Quando da compra da terra por meu avô, a casa já existia e já naquele tempo era conhecida como ‘A casa Antiga’” (informação verbal)¹⁹². O proprietário descreve a estrutura da Casa Grande que recuperou:

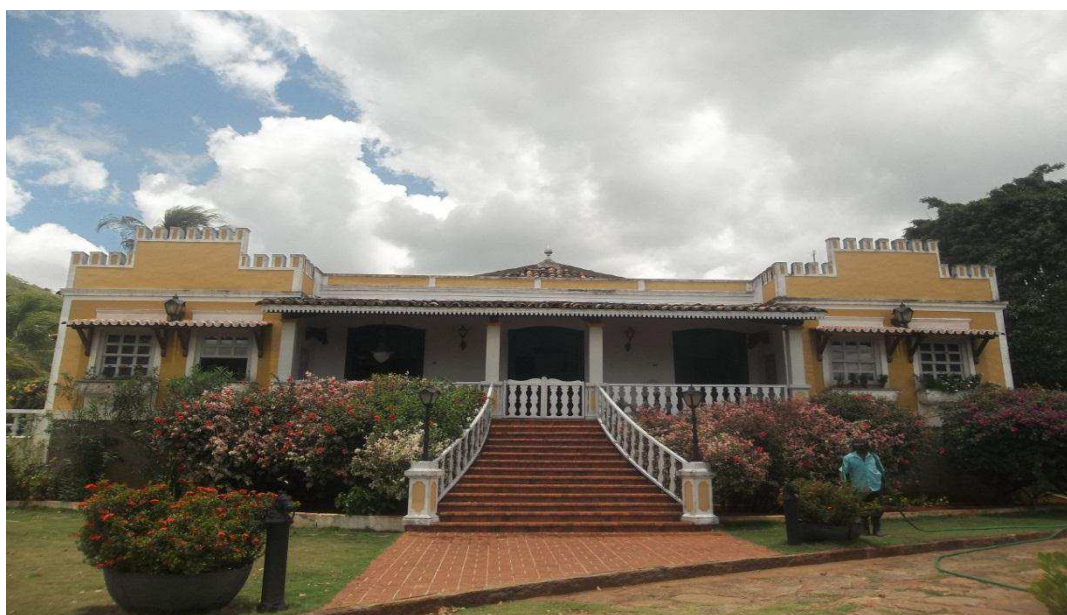
¹⁹¹ José Azevedo Sobral. Entrevista concedida em 04 de março de 2017.

¹⁹² Idem.

Você está vendo uma porta original, era a porta que existia na casa, foi feita algumas que estavam estragadas. Aquela ali foi recuperada, essa é original. Não tinha parafuso, era prego, tudo era feito artesanalmente em ferro. As dobradiças artesanais de ferro. Veja os detalhes da segurança, pois naquela época não tinha assaltos, mas tinha os cangaceiros. Olha o tamanho das travas. Uma fecha do lado, outra fecha do outro por questões de segurança. A madeira das portas é aroeira, miolo de aroeira, muito resistente (informação verbal)¹⁹³.

José Azevedo Sobral afirmou que havia uma preocupação por parte do seu avô, Manoel Inácio da Silva, com a segurança de sua casa. Por essa razão, a Casa Grande possuía travas bastante resistentes nas portas, em virtude da atuação dos cangaceiros nas décadas de 1920 e 1930, cujo alvo principal eram os proprietários de terras, que temiam ter suas propriedades invadidas pelos cangaceiros.

Figura 13 - Casa grande da Fazenda Buraco d'Água.



Fonte: Acervo da autora, 04 de março de 2017.

Sobre a Casa Grande de Buraco d'Água, José Azevedo Sobral lembrou:

Nessa casa morou meu avô paterno, Manuel Inácio da Silva, Capitão da Guarda Nacional, e minha avó, Maria Ângela Sobral. Era chamada a casa antiga da fazenda. Eu calculo mais de 250 anos ela tem, essa casa ela anda caminhando pros 300 anos. Essa casa deve ter sido construída em 1780, 1790, eu não posso precisar. Acho que não foi em 1800 não. Por quê? Eu tenho ali e vou lhe mostrar uma telha de

¹⁹³ José Azevedo Sobral. Entrevista concedida em 04 de março de 2017.

uma propriedade que eu comprei próximo aqui. Eu, então, mandei fazer uma reforma na casa. Encontrei uma telha com data de 1839. A casa está lá, é bem mais nova do que essa, vou lhe mostrar (informação verbal)¹⁹⁴.

A Casa Grande de Buraco d'Água, que, acredita o proprietário, tem mais de 250 anos, guarda histórias e memórias deste espaço que busquei desvendar. No entanto, acredito que muitos mistérios ainda envolvem essa casa e seus moradores, histórias de vida, memórias afetivas, tanto dos proprietários quanto dos trabalhadores que os serviram durante toda uma vida.

Figura 14 - Capela da Fazenda de Buraco d'Água.



Fonte: Acervo da autora, 04 de março de 2017.

Sobre a capela da Casa Grande de Buraco d'Água, o proprietário afirmou:

Essa capela é de estilo Barroco. Não é desenho meu, copiada de uma capela de Recife, do bairro da Jaqueira, em Recife. Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em homenagem póstuma à minha querida mãe. A capela foi inaugurada no dia 29 de dezembro de 2002 (informação verbal)¹⁹⁵.

¹⁹⁴ José Azevedo Sobral. Entrevista concedida em 04 de março de 2017.

¹⁹⁵ Idem.

Nesta capela, inaugurada em 29 de dezembro de 2002, foi rezada a missa em comemoração aos 100 anos da fazenda Buraco d'Água em poder da Família Sobral. A capela foi construída em homenagem póstuma à Marieta da Silva Azevedo, mãe de José Sobral, devota de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Sobre o Engenho de Luiz Sobral, filho de Manoel Inácio da Silva e Maria Ângela Sobral, Dona Carminha recorda:

Quando eu nasci, quando me entendi já de gente, já existia esse Engenho. Assim, com seis anos a oito anos a gente já ia pegar garapa, caldo de cana. Mamãe mandava a gente pegar caldo de cana, aí a gente pegava. Com uns 15 anos, comecei a trabalhar no Engenho. Quando eu nasci, já tinha esse Engenho (informação verbal)¹⁹⁶.

Assim como as demais colaboradoras da construção deste texto, Dona Carminha foi uma criança que nasceu em Buraco d'Água. Por essa razão, demonstra uma forte identificação, um forte pertencimento ao lugar, uma relação afetiva com esta comunidade, lugar da memória de infância e juventude, de luta pela sobrevivência, lugar de labuta diária. Neste lugar, ela casou-se e criou seus filhos, que também se casaram e viveram na propriedade da Família Sobral. Alguns já foram embora vivenciar outros contextos, enquanto outros permanecem morando e servindo a esta família.

De acordo com José Avelar Freire:

O Engenho Buraco d'Água, de Luís Sobral, era produtor da famosa aguardente Paquevira. Além de fabricar aguardente em alambiques de cobre (comuns em todos os engenhos). Era o único no município que destilava esse produto em alambiques de barro, e em um alambique de madeira (miolo de pau d'arco), aquecido a vapor. O engarrafamento da Paquevira era na cidade, no prédio da casa de construção, à praça coronel Elísio Sobreira (FREIRE, 1996, p. 35)¹⁹⁷.

No livro *Alagoa Grande: Aspectos econômicos e fatos outros da sua História*, Freire (1996) destaca a relação existente entre o Engenho Buraco d'Água e a cidade de Alagoa Grande. Assim, evidencio que, apesar de o Engenho se localizar em território pertencente à Alagoa Nova, havia uma forte relação comercial com a cidade de Alagoa Grande. Na mesma obra, o autor destaca algumas personalidades que contribuíram ao longo dos anos para o

¹⁹⁶ Maria do Carmo Pimentel dos Santos (Dona Carminha). Entrevista concedida em 23 de abril de 2017.

¹⁹⁷ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: aspectos econômicos e fatos outros da sua história**. João Pessoa: Ideia, 1996. p. 35.

crescimento e desenvolvimento da cidade de Alagoa Grande. Entre essas pessoas, está o herdeiro do Engenho Buraco d'Água. De acordo o autor:

José Azevedo Sobral, nascido no Engenho Buraco d'Água, fez o primário na escola de Dona Margarida e no grupo escolar Apolônio Zenaide, o ginásio São José de Nazaré da Mata, Pernambuco, e o científico no colégio Marista, no Recife. Engenheiro civil, trabalhou na Multinacional SHELL, em Fortaleza, de 1958 a 1963, quando ingressou por conta própria na atividade de distribuição de petróleo com a firma Sobral e Palácio Companhia Ltda., representante do estado do Ceará da SHELL, na parte de lubrificantes automotivos e industriais. Esse grupo empresarial tem, também, uma rede de postos de serviços e revenda de refinados de petróleo (óleo diesel, gasolina e álcool), com 26 postos de gasolina na capital e no interior do Ceará uma imobiliária voltada para a construção e principalmente aluguel de imóveis, uma empresa que dá manutenção de freios de veículos, direção hidráulica, transformação de veículo para o uso de gás natural de petróleo para veículo; uma importadora de pneus para veículos de passeio e veículos pesados, e mais recentemente está trabalhando para instalar a primeira distribuidora de petróleo genuinamente cearense. Nas empresas do grupo Sobral e Palácio, José Sobral vem, ao longo dos anos, proporcionando empregos para dezenas de alagoagrândenses, principalmente jovens. Em Alagoa Grande, conserva aberta a residência de seus pais à Rua João Pessoa, onde se hospeda quando aqui vem em média de 8 a 10 vezes ao ano, é agropecuarista na fazenda Buraco d'Água, ex-engenho do mesmo nome, do seu pai Luís da Silva Sobral, recentemente por ele eletrificada (FREIRE, 1996, p. 129)¹⁹⁸.

Freire (1996) se preocupou em mostrar a trajetória de vida de José Azevedo Sobral, evidenciando o processo de aquisição do patrimônio da Família Sobral, considerando o ano em que a obra foi publicada, 1996, em que a Casa Grande de Buraco d'Água passava por recuperação e reforma. O autor também destacou, ao estabelecer o fim das atividades do Engenho, que o proprietário passou a dedicar-se às atividades agropecuaristas, passando a propriedade a chamar-se Fazenda Buraco d'Água.

Dona Carminha relembra com riqueza de detalhes a rotina de trabalho no Engenho:

No Engenho, quando eu comecei trabalhar, chegava as garrafas pra gente lavar, tinha um tanque lá, a gente lavava aquelas garrafas todinha, tirava aqueles rótulos tudinho daquelas garrafas. Lavava e

¹⁹⁸ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: aspectos econômicos e fatos outros da sua história.** João Pessoa: Ideia, 1996.

bem lavada, enxaguava. Aí, quando era no outro dia, aquelas garrafas tudo lavada, nós passávamos aguardente naquelas garrafas tudinho. Depois que passava, limpava tudinho, aí enchia. Quem enchia era eu, eu enchia com dois funil, eu enchia 50 caixa de aguardente por dia. Eu me sentava e o finado Basto Gordo botava duas grades uma aqui outra aqui (gesticula com as mãos). Eu com dois funil e a torneira aqui (gestos). O finado Basto Gordo vinha com os barris nas costas, subia os degraus, despejava lá naquele tanque, aquele tanque era pra filtrar aquela cachaça descia pra torneira e ali eu enchia, eu enchia, eu, finado Luiz Sobral vinha e tapava. Depois que nós enchíamos umas 50 ou 60 caixas de aguardente, aí tampava, a gente ia fazer o rótulo, aí rotulava, aí levava pra Alagoa Grande, pra lá era a distribuição, né? (informação verbal)¹⁹⁹.

No relato de Dona Carminha, fica evidente que, apesar de o Engenho de Luiz Sobral estar localizado em terras pertencentes a Alagoa Nova, havia uma forte relação comercial entre o Engenho e a cidade de Alagoa Grande. Nesse sentido, considero importante destacar que, nesta localidade de Buraco d'Água, os municípios de Alagoa Nova e Alagoa Grande fazem fronteira. A delimitação da fronteira é feita pelo Rio Mamanguape. Como afirma o proprietário José de Azevedo Sobral: “Aqui tem um detalhe. Essa propriedade cobre dois municípios: Alagoa Nova, Alagoa Grande. Aqui onde fica a Casa Grande é Alagoa Nova. O divisor é o Rio. O Rio Mamanguape” (informação verbal)²⁰⁰.

Percebe-se a existência de uma forte relação dos moradores e proprietários de Buraco d'Água com as duas cidades, Alagoa Nova e também Alagoa Grande. A produção do Engenho era vendida em Alagoa Grande e alguns moradores preferiam ir à feira em Alagoa Grande. A relação com Alagoa Nova se estabelecia em virtude das festividades sociais e religiosas. O domingo era o dia em que os moradores do Engenho iam à feira e à missa. Esses dois espaços estabeleciam relações de entre-lugar entre o campo e a cidade. A partir dessa relação, as sociabilidades eram recriadas na cidade por meio das experiências do campo. Destarte, estabeleciam-se relações de vizinhança, compadrio e fortes laços de amizade entre os moradores da cidade e do campo.

Sobre o Engenho, José Azevedo Sobral afirmou:

Está tudo aí, olhe, a moenda, o motor está ali dentro. Está tudo do jeito que ele deixou. Agora eu vou dar uma repaginada. Vou melhorar essas paredes, vou melhorar um pouco o teto. Vou mandar limpar, vou

¹⁹⁹ Maria do Carmo Pimentel dos Santos (Dona Carminha). Entrevista concedida em 23 de abril de 2017.

²⁰⁰ José Azevedo Sobral. Entrevista concedida em 04 de março de 2017.

colocar umas coisas antigas, tratores antigos. Basto Gordo era o maquinista, era quem mexia com motor, moenda, todo maquinário. Isso tem mais de 50 anos. Meu pai morreu em 1978. Antes dele falecer, já fazia tempo que o Engenho estava desativado. Se Deus me der o direito de eu poder mexer com isso aqui, vou dar uma mexida, organizar. Nessa oficina aí seu avô deve ter trabalhado muito. Aqui é só o vestígio do que era (informação verbal)²⁰¹.

Para Jose de Azevedo Sobral cuidar e preservar esse lugar, assim como fez com a Casa Grande da propriedade, significa preservar uma memória afetiva com Buraco D'Água que o faz rememorar momentos com seu pai. Nesse sentido, falar de Buraco D'Água tem um significado afetivo, para os meus colaboradores na pesquisa. Tanto os trabalhadores quanto o filho do dono do Engenho, herdeiro da propriedade.

Figura 15 - Engrenagens do Engenho Buraco d'Água.



Fonte: Acervo da autora no dia 04 de março de 2017.

Essa fotografia mostra a estrutura do Engenho Buraco d'Água, de propriedade da Família Sobral, que ainda permanece no mesmo lugar. O maquinário encontra-se todo lá, sem funcionamento, mas nada foi retirado ou destruído. O proprietário expressou, durante conversa comigo, o desejo de organizar o espaço, as máquinas, pois para ele trata-se de um lugar da memória do seu pai, Luiz Sobral. Nesse sentido, o proprietário demonstra uma relação afetiva com o lugar. Ali estão suas raízes, suas origens. Foi essa relação afetiva e identitária que o fez recuperar e reformar a Casa Grande de Buraco d'Água.

²⁰¹ José Azevedo Sobral. Entrevista concedida em 04 de março de 2017.

O território de Buraco d'Água é atravessado por três rios, como evidencia o relato de Dona Carminha:

Era o rio Mamanguape, o Queira Deus, Riacho do Caixão, emendava tudo. Descia muita água, ave Maria, acabando com o mundo tudo. Muito importante para a plantação de cana, pra lavoura. Era água demais, não faltava. Período de bom inverno, descia esses três rios pro rio do Urucu. Vi muitas enchentes. O mais forte era o rio do Queira Deus, tinha muito peixe. A gente pescava, só não podia nos açudes (informação verbal)²⁰².

Em virtude dessa localização geográfica estratégica, o Engenho Buraco d'Água sempre manteve relações comerciais com as duas cidades, inclusive com Campina Grande, para a venda da sua produção. Acredito que, para chegar a Alagoa Nova, os moradores de Buraco d'Água enfrentavam dificuldades, pois trata-se de uma região de muitas serras e ladeiras, fatores que dificultam o acesso, principalmente em períodos de inverno.

No período estudado nesta dissertação, essas dificuldades eram ainda maiores, pois praticamente não havia estradas. Tudo era transportado em lombo de burros e cavalos. Em contrapartida, o acesso a Alagoa Grande sempre foi bem mais fácil, tendo em vista as questões de localização geográfica. O trajeto que liga Buraco d'Água a Alagoa Grande se dá em estrada plana, não existindo serras ou ladeiras. Isso possivelmente se tornou um fator favorável para que se estabelecesse uma forte relação comercial com Alagoa Grande.

O Rio Mamanguape ou Manguape tinha e tem até hoje grande importância para os moradores de Buraco d'Água, tanto para os trabalhadores (moradores) como para os donos da terra, que dependiam das águas dos rios e do estrume trazido pelo rio a cada enchente. Por meio das cheias dos rios, o solo de Buraco d'Água ficava mais rico em nutrientes, favorecendo o cultivo da cana-de-açúcar e da lavoura de subsistência.

Sobre o processo de produção da cachaça Paquevira, Dona Carminha afirmou:

A cachaça era feita lá mesmo no Engenho. O finado Zé Antônio destilava no alambique aquela garapa, aquele caldo de cana descia pra aquelas cubas. Nas cubas passava muitos dias, aí descia para os alambiques. Quem destilava essa aguardente era finado Zé Antônio. O povo chamava o "Cruz" e o finado Basto Gordo era o chefe e lá tudo

²⁰² Maria do Carmo Pimentel dos Santos (Dona Carminha). Entrevista concedida em 23 de abril de 2017.

era com ele. Era levada pra Alagoa Grande, aí lá era distribuída pra outros lugares. Já tinha lá o carro pra pegar e levar pra outras cidades. Uma cachaça muito conhecida nesse tempo (informação verbal)²⁰³.

Dona Carminha, em seu relato, evidencia que o trabalho no Engenho se sustentava principalmente na confiança que Luiz Sobral depositava em alguns trabalhadores, considerados “braço direito” dele. Na sua ausência, essas pessoas assumiam o serviço do patrão na tarefa de administração do Engenho.

Quando o finado Luiz Sobral saía, deixava ele e eu cuidando de tudo. Papai quem descia no trator pra levar a cachaça do Engenho. Eu era como uma gerente pra ele lá. Ele saía, eu quem ficava com aquela turma todinha, muita gente trabalhando, os filhos de Luiz Didi trabalhava tudo lá. Sempre eu ganhava mais do que elas. Quando ele saía, eu e o finado Basto Gordo ficava cuidando de tudo. Finado Basto Gordo quem mandava naquela aguardente tudinho, de muita confiança pra seu Luiz Sobral (informação verbal)²⁰⁴.

De acordo com o relato de Dona Carminha, quem ocupava uma função considerada de confiança era mais bem remunerado pelo trabalho. Assim, a relação de Luiz Sobral com os trabalhadores era pautada na dedicação, confiança e lealdade. A confiança depositada no trabalhador era retribuída com dedicação ao trabalho e lealdade ao patrão. Sobre o trabalho de plantio da cana-de-açúcar no Engenho, Dona Carminha afirmou:

Era muitos trabalhadores, moradores dele mesmo. A cana vinha em animal, as cargas de cana pro Engenho pra moer. Antigamente, as pessoas pediam canto aos fazendeiros, os patrões, eles davam, aí iam morar. Eles precisavam de um serviço pra viver, tinha que trabalhar pra viver, todo mundo trabalhava pra si também, ele deixava o morador botar o roçado (informação verbal)²⁰⁵.

Dona Carminha relata como se dava o acordo entre os trabalhadores (moradores) e Luiz Sobral: quem chegava pedindo trabalho, estava pedindo também abrigo, moradia. Então, todos os trabalhadores moravam na propriedade e tinham direito a um pedaço de terra para cultivar um roçado. Essa era uma relação que se estabelecia em praticamente todos os engenhos de Alagoa Nova. Fazia parte da cultura das relações de trabalho nos

²⁰³ Maria do Carmo Pimentel dos Santos (Dona Carminha). Entrevista concedida em 23 de abril de 2017.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Ibidem.

engenhos no pós-abolição. Uma forma de os donos dos engenhos ter controle sobre seus trabalhadores e assim fortalecer a relação de dependência, lealdade e gratidão.

Em conversa sobre a relação estabelecida entre o Senhor Luiz e os trabalhadores, Dona Carminha afirmou: “Ele falava com muita educação, agora a gente tinha que ter respeito pra ele, né, obedecer ele, né, era nosso patrão. Mas ele dava uma ordem assim e acabou, tinha que ser aquela ordem” (informação verbal)²⁰⁶. Desta feita, fica bastante evidente que, apesar da tentativa de manter uma relação de confiança e até de amizade com os trabalhadores, os lugares que cada um envolvido nessa relação ocupava estavam sempre muito estabelecidos, uma barreira social edificada historicamente. Falar com educação fazia parte a estratégia de estabelecer uma boa relação o morador.

Quanto à remuneração dos trabalhadores, Dona Carminha se alegou ao lembrar:

Ai que felicidade era na sexta-feira! Eu ficava tão feliz no mundo toda sexta. Quem pagava era ele, lá na casa dele, ele pagava pessoalmente, de três pra quatro horas era o pagamento, tinha muita gente trabalhando. O nome da aguardente era Aguardente de Cana Paquevira, fabricada e engarrafada no Engenho Buraco d’Água por Luís da Silva Sobral. Trabalhei demais, trabalhava demais (informação verbal)²⁰⁷.

Dona Carminha lembra com satisfação o fato de, desde os 15 anos, ter podido ganhar seu próprio dinheiro, fruto do seu esforço. Lembrou que sempre trabalhou muito no Engenho, mas a satisfação de receber o salário era imensa. Dona Carminha recordou com saudosismo dessa época que viveu em Buraco d’Água.

Quanto ao nome da cachaça produzida no Engenho, Dona Carminha acredita que:

Devia ser por causa das terras Paquevira, que também era dele. Nesse tempo, as terras de Paquevira já era dele, só não era dele o Jenipapo. Era muita cana por todo canto, essa vargem toda. A cana usada pra fazer a cachaça era toda plantada aqui. Depois de engarrafar a cachaça, ainda tinha que levantar a garrafa pra olhar se tinha algum cisquinho. Se tivesse, era pra descartar. Tinha umas oito mulheres trabalhando no engarrafamento da aguardente (informação verbal)²⁰⁸.

²⁰⁶ Maria do Carmo Pimentel dos Santos (Dona Carminha). Entrevista concedida em dia 23 de abril de 2017.

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ Ibidem.

O engarraamento da cachaça era uma tarefa destinada às mulheres, que faziam o trabalho de higienização das garrafas e, em seguida, as enchiam. Sobre esse processo, Dona Carminha afirmou:

Seu Luiz Sobral era muito rico. Eu tinha vontade de ver se eu encontrava algum rótulo, mas não encontro mais não. O rótulo era amarelinho, com as palhas de cana, assim (gesticula com os braços). Nesse tempo, a Casa Grande era acabada, acabada. Zé Antônio morava lá. Não sei como uma casa muda desse jeito não, em ponto de cair, muitas coisas caiu (informação verbal)²⁰⁹.

Conforme Dona Carminha, nesse período vivenciado por ela, a propriedade sobrevivia apenas do trabalho no Engenho. De acordo com ela, os trabalhadores trabalhavam e tinham seus roçados, lucravam muitas coisas. Plantavam e cultivavam produtos de subsistências. A respeito dos horários de trabalho no Engenho, Dona Carminha lembrou:

Pegava de sete horas largava de 11 horas. Depois pegava de umas cinco da tarde. A gente ia almoçar de 11 horas. Quando dava uma hora, tinha que estar no serviço. Quem cuidava da destilação da cachaça era a mesma coisa. Quem não tava trabalhando na aguardente mesmo, tava trabalhando nos roçados deles mesmo ou de seu Luiz Sobral. O trabalho no Engenho com aguardente era os cinco dias, de segunda a sexta-feira (informação verbal)²¹⁰.

Dona Carminha afirmou que nunca viu nenhum trabalhador deixar a propriedade, pois, segundo ela, “todo mundo gostava de trabalhar no Engenho Buraco d’Água. Minha família tudim trabalhava pra ele” (informação verbal)²¹¹. Dona Carminha ainda relatou:

Comecei a trabalhar com 15 anos. A gente estudava no 15. Todas nós estudamos. Não sabemos muito, mas estudamos. Ele deixava de comprar um quilo de açúcar pra comprar um caderno. Ele sempre deu valor a isso, meu pai. Trabalhava, mas estudava. Depois de 15 anos em vante, deixamos de estudar pra trabalhar. Quem casava ficava por aqui mesmo na propriedade, casava, pedia a casa, ele dava (informação verbal)²¹².

²⁰⁹ Maria do Carmo Pimentel dos Santos (Dona Carminha). Entrevista concedida em 23 de abril de 2017.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Ibidem.

²¹² Idem, Ibidem.

Dona Carminha lembrou que, apesar das dificuldades financeiras, seu pai deixava muitas vezes de comprar o alimento para providenciar o material escolar para que seus filhos se alfabetizassem. Estudaram o suficiente para se alfabetizar, pois aos 15 anos eles deixavam a escola para trabalhar. Acredito que, entre os fatores que contribuíram para que os trabalhadores nunca deixassem Buraco d'Água, estava o laço afetivo com a terra e com a família, tendo em vista que ali a maioria dos trabalhadores era da mesma família ou eram vizinhos e compadres de longa data.

Nesse sentido, dialogo com a ideia de pertencimento, definida pelo sociólogo francês Henri Mendras (1978) ao analisar o campesinato. Creio que esse conceito ajude a compreender a realidade dos trabalhadores (moradores) do Engenho Buraco d'Água:

A coincidência entre laços de parentesco e território, completada pela posse de uma fração desse território, pode fazer com que o pertencimento à aldeia e o pertencimento a uma parentela sejam indissociáveis: “aqui” é “uma só família” e todos estão “em casa” (MENDRAS, 1978, p. 88)²¹³.

Quando os filhos dos trabalhadores se casavam, pediam uma casinha ao proprietário e permaneciam morando e trabalhando no lugar onde cresceram e com o qual tinham um forte sentimento de pertencimento. Estavam e ficavam esses trabalhadores presos àquelas terras, tanto pelas relações estabelecidas entre os indivíduos como pelo valor sentimental que Buraco d'Água despertava em todas as colaboradoras desta dissertação.

De acordo com Bortoleto (2010, p. 05):

É no processo de apropriação, de territorialização, que as relações de identidade e pertencimento ao lugar são desenvolvidas, quando os sujeitos vão além da necessidade da apropriação de um espaço, quando desenvolvem ali valores ligados aos seus sentimentos e à sua identidade cultural e simbólica, recriando seu espaço de vida, ao qual se identificam e se sentem pertencer²¹⁴.

Nessa senda, a relação afetiva com o lugar de origem cultivada pelos moradores de Buraco d'Água está ligada ao espaço de constituição de identidade, valores culturais

²¹³ MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

²¹⁴ BORTOLETO, Elaine Mundim. Identidade, território e pertencimento: a comunidade Pomerana em Pancas/es e a unidade de conservação dos pontões capixabas. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, RS: UFRGS. 1 CD-ROM.

que identificam e recriam elementos que estabelecem um pertencimento. Sustentada por esse pertencer, Dona Dinda permaneceu na propriedade de Mininéia Coelho Vianna até os seus 20 anos. Quando ocorreu o falecimento de Mininéia, seus herdeiros venderam o Engenho Buraco d'Água. Desde então, Dona Dinda e sua família, filhos e netos trabalham e moram na propriedade da Família Sobral. Luiz Sobral administrou Buraco d'Água da década de 1940 até o dia 28 de setembro de 1975, quando faleceu. Desde então, o Engenho tem como herdeiro José Azevedo Sobral, filho único de Luiz Sobral.

Dona Dinda lembrou como Buraco d'Água era administrado por Luiz Sobral:

Ele tratava diretamente com o trabalhador. Seu Luiz Sobral botava uma pessoa pra tomar conta dos cortador de cana, pra administrar o trabalho. Aí, quando era de tarde, fazia as contas de quem tinha trabalhado. Aí, quando era na sexta-feira, fazia o pagamento, toda sexta-feira, pra pessoa no sábado ir pra feira. Seu Luiz mesmo pagava. Eu mesmo fazia a feira em Lagoa Grande do que em Lagoa Nova, eu gostava mais de ir pra Lagoa Grande porque não tinha tanta ladeira (informação verbal)²¹⁵.

O momento de receber o pagamento pelo trabalho realizado era muito significativo para os trabalhadores, como afirmaram Dona Dinda e Dona Carminha. Para elas, receber seu dinheiro significava receber um pouco de dignidade. Era garantia do sustento, ir à feira com o dinheiro, fruto do trabalho de uma semana toda. Nesse relato, Dona Dinda afirma que a relação comercial com Alagoa Grande foi favorecida em virtude dos aspectos geográficos. A ausência de ladeiras facilitava o acesso.

Luiz Sobral, o dono do Engenho, apesar de ter pessoas de confiança que o ajudavam a administrar a propriedade, fazia questão de fazer pessoalmente o pagamento dos trabalhadores. Assim, ele ficava mais próximo das pessoas que trabalhavam e moravam em suas terras, estreitava os laços, numa relação de proteção, lealdade, confiança e paternalismo entre ele e os trabalhadores de Buraco d'Água.

²¹⁵ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d'Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 20 de fevereiro de 2017.

3.1 “Eu dizia que tava com dor de cabeça”: memórias do trabalho infantil em Buraco d’Água

O trabalho no Engenho era realizado por todos os integrantes da família. Desde cedo, as crianças eram orientadas a fazer tarefas no Engenho, em casa ou nos roçados. Destarte, esses meninos e meninas eram criados para ser futuros trabalhadores. A infância era um dos estágios do aprendizado do trabalhador. Na medida em que as crianças cresciam, novas obrigações com relação ao trabalho lhes eram incorporadas. Essa era a realidade de muitas crianças moradoras dos engenhos. Não foi diferente para Dona Dinda e Dona Adélia.

Diante do contexto do cotidiano de trabalho, Dona Dinda e Dona Adélia encontraram formas de escapar da vida dura de trabalho, encontravam táticas para sobreviver à labuta árdua. Dona Adélia relatou como criava táticas de resistência à vida sofrida do cotidiano de trabalho em Buraco d’Água. Desde criança, era obrigada a trabalhar para sobreviver, mas encontrava formas de fugir, burlar o trabalho.

Mãe me chamava pra trabalhar, eu dizia que tava com dor de cabeça e começava a chorar, dizia que a cabeça tava doendo, que a panela tinha ficado no fogo e ia se queimar. E eu gostava nada, mulher, de trabalhar nada. A verdade se diz, né? Eu gostava nada, era uma vida muito sofrida, né como agora não, de jeito nenhum, era muito diferente (informação verbal)²¹⁶.

O relato de Dona Adélia evidencia a “resistência vindo na voz que se espalha pelo vento, tempos”²¹⁷ (NASCIMENTO, 2006, p. 130). Compreendo essas formas de escapar ao estabelecido a partir de Certeau (2007), que destaca os diferentes lugares que os sujeitos praticantes ocupam na relação cotidiana. Ora ocupam lugares de poder, ora lugares de ausência de poder. Contudo, nunca se mostram em submissão, em nenhum momento apontam a submissão. Pelo contrário, a todo momento os sujeitos praticantes estão criando formas de burlar o poder estabelecido e fazer valer suas vontades, desejos e sentimentos²¹⁸.

²¹⁶ Adélia Ferreira. Entrevista concedida em 03 de abril de 2016.

²¹⁷ NASCIMENTO, Gizêlda Melo do. **Feitio de viver**: memórias de descendentes de escravos. Londrina: Eduel, 2006.

²¹⁸ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 46.

Dona Adélia segue puxando os fios de sua memória para tecer uma narrativa marcada pela lembrança de um tempo de muito trabalho e dificuldade. Essa mulher vivenciou “Um tempo outro, tempo do Senhor, o tempo do nada como projeto de vida. Tempo medido pelo ritmo das batidas da enxada” (NASCIMENTO, 2006, p. 90)²¹⁹. Tempo que Dona Adélia demonstrou, em muitos momentos da entrevista, querer esquecer, relegar ao mais profundo dos porões da memória. Nossa colaboradora narra:

Naquele tempo, era uma vida muito lenta, muito trabalho, levavam até as crianças pra trabalhar. Eu não. Deus me defenda! Eu dizia a mãe que tava doente, com preguiça de ir limpar mato, limpar mato é a coisa mais triste do mundo, Deus me livre! Minha mãe trabalhou demais, visse, e o dinheiro tantinho assim (gesticula com as mãos)²²⁰.

Dona Adélia lembrou com tristeza no olhar que as crianças eram obrigadas a trabalhar. Para ela, o tempo não passava, “era uma vida lenta, muito trabalho”. Assim, ela destaca os meios, as táticas que usava pra não trabalhar na infância. Enfatiza que sua mãe trabalhava muito para ganhar uma pequena remuneração. Ela fez questão de ressaltar, em muitos momentos da entrevista, a seguinte frase: “eu não, Deus me livre”. Com essa afirmação, Dona Adélia insistia em dizer que, durante toda sua infância e juventude, criou formas de burlar a obrigação de trabalhar. Nesse contexto, Certeau (2007) afirma que os indivíduos, em um conjunto muito grande de práticas da vida cotidiana, manifestam suas capacidades criativas, “astúcias” e “engenhosidades”, para caminharem de maneira própria.

Dona Dinda e Dona Adélia falaram das suas relações com o trabalho desde a infância. Dona Adélia relata: “Naquele tempo, era uma vida muito lenta, muito trabalho, levavam até as crianças pra trabalhar”. Dona Adélia tentava “fugir a esse tempo cuja duração é medida no corpo em espreita atormentada pela experiência de uma sujeição dilaceradora de sua integridade, refutá-lo como parâmetro seria uma forma de destituir seu poder” (NASCIMENTO, 2006, p. 90).

Dona Dinda recorda: “Eu comecei trabalhar com sete anos. Papai acunhava a enxadinha pra gente, uma pra Zé Preto, e Sebastião e a gente ia limpar mato”

²¹⁹ NASCIMENTO, Gizêlda Melo do. **Feitio de viver**: memórias de descendentes de escravos. Londrina: Eduel, 2006.

²²⁰ Adélia Ferreira. Entrevista concedida em 03 de abril de 2016.

(informação verbal)²²¹. Minhas colaboradoras enfatizaram que o trabalho nos roçados era compartilhado pelos membros da família, e os pais inseriam os filhos nas atividades do roçado. Essas mulheres encontraram diferentes formas de enfrentar e amenizar a vida difícil do dia a dia de trabalho.

Acredito que a poesia da música dava a Dona Dinda resistência, força na labuta. Ela afirma: “No tempo que eu era criança, era tão bom, trabaiava muito, mas era bom, eu cantava o dia todinho” (informação verbal)²²². Cada trabalhador encontrava e utilizava os meios, as armas que tinha para enfrentar a sobrevivência nas terras de Buraco d’Água. Cantar era o meio que Dona Dinda encontrava para resistir às dificuldades da vida de luta e trabalho desde os sete anos. Cantar ajudava o tempo a passar mais rápido. Era distração, amenizava a dor e o ardor do sol escaldante na pele.

Ademais, cantar era também uma bonita forma de resistência, igualmente utilizada pelos escravizados para amenizar as dores da labuta diária. Como afirmou a historiadora Emília Viotti da Costa, em seu livro *Da senzala à Colônia*, “no período escravista, cantigas ritmadas acompanhavam o movimento das enxadas” (COSTA, 2010, p. 287)²²³. Cantar tornou-se também uma forma de resistir. Não significava conformidade com o sistema escravista; era a forma que encontraram para ajudar a suportar as agruras do trabalho escravo. Assim também Dona Dinda cantava para suportar melhor as penas do trabalho infantil em Buraco d’Água.

De acordo com Santos (2014), as crianças pobres desenvolviam atividades que podiam ser pagas com salários ou outras formas de remuneração. Elas podiam trabalhar como ajudantes ou acompanhando os pais no corte, ou na apanha da cana. “É provável que ocorressem casos em que os menores seguissem independentes para as lides de trabalho, desacompanhados de pais ou parentes” (SANTOS, 2014, p. 133)²²⁴. Enfim, a utilização da força de trabalho infanto-juvenil devia colaborar nos arranjos e improvisos para a manutenção dos seus lares.

Nas falas, é possível evidenciar as difíceis e precárias condições de trabalho vivenciadas por essas mulheres. Os roçados contribuía com o orçamento familiar, mas

²²¹ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d’Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 20 de fevereiro de 2017.

²²² Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d’Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 20 de abril de 2011.

²²³ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: UNESP, 2010. p. 287.

²²⁴ SANTOS. Maria Emília Vasconcelos dos. *Os significados do 13 de maio: A abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da mata Sul de Pernambuco (1884-1893)*. 2014. 227f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. p. 133.

não resolviam o problema dos baixos salários e da escassez de alimentos, tão presentes no dia a dia dos trabalhadores dos engenhos.

Sobre o trabalho infantil nos engenhos, a historiadora Maria Emília Vasconcelos dos Santos assevera:

Certos trabalhos agrários eram desenvolvidos por adolescentes e crianças, por vezes na condição de aprendizes. A entrada no mundo laboral para as pessoas pobres quase sempre começou na infância, sendo considerada uma fase prévia de aprendizado. Os meninos e meninas ajudavam os parentes ou outros trabalhadores com mais idade e assim adquiriam habilidade para exercer alguma atividade remunerada no futuro. As tarefas desempenhadas nos canaviais requeriam experiência, habilidade e uma aprendizagem prévia, não uma aprendizagem formal, mas a adquirida no contexto familiar, com os filhos acompanhando os pais na labuta diária, manuseando enxadas e foices. Tal conhecimento se dava pela experiência prática do dia a dia e demandava tempo para ser dominada (SANTOS, 2014, p. 111)²²⁵.

A pesquisa me permitiu inferir que a maior parte da mão de obra de Buraco d'Água era formada por trabalhadores nascidos e criados na propriedade, em sua maioria negros. A exemplo de Dona Dinda e Dona Amélia, que nasceram, foram criadas e criaram seus filhos e netos no Engenho.

Quando saí de lá, fui pra fazenda de seu Luiz Sobral. Sebastião veio tomar conta do gado, ser vaqueiro, aqui em seu Luiz Sobral. Aí ele foi pra Alagoa Nova, foi pau pra molesta, aí ele correu, aí o cavalo correu, aí, quando ele chegou em casa, seu Luiz disse: “já chegasse, Sebastião? Já botasse água pro gado?”. Ele disse: “eu enchi os tanques”. Aí eu disse: “o que foi que aconteceu?”. Ele disse: “nada não”. Aí, bem cedo, na segunda-feira, seu Luiz chegou. Aí, quando seu Luiz chegou, botou o carro na garagem. Aí vinha um homem que passou e disse: “Seu Luiz tá em casa?”. Eu disse: “tá”. Pegou, entregou a carta a seu Luiz, seu Luiz disse: “Sebastião? Senhor, venha cá. O que foi que você fez em Alagoa Nova?”. “Eu? Nada!”. “Você fez, olha aqui a carta, você agora vai servir ao Exército e eu não tenho o que fazer, até os meus vai” (informação verbal)²²⁶.

²²⁵ SANTOS. Maria Emília Vasconcelos dos. **Os significados do 13 de maio: A abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da mata Sul de Pernambuco (1884-1893)**. 2014. 227f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

²²⁶ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d'Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 20 de abril de 2011.

Como fica evidente no relato de Dona Dinda, o dono do Engenho era quem resolvia questões que envolviam os moradores. Assim aconteceu com Sebastião, irmão de Dona Dinda, que se envolveu em uma briga em Alagoa Nova. Nesses casos, a reclamação era feita ao proprietário da terra onde o envolvido na questão morava. Como punição, Sebastião teve de servir ao Exército. Desde os tempos da escravidão, os senhores donos das terras eram a autoridade em todos os assuntos que diziam respeito à sua terra e aos moradores.

Para Emília Viotti da Costa, no campo, imperava livre a autoridade senhorial. “O senhor representava a Igreja, a Justiça, a força política e militar. Seu domínio era sem limites” (COSTA, 2010, p. 287)²²⁷. Como mostra o relato de Dona Dinda, a autoridade senhorial no Engenho ainda lembrava muito o período escravista.

3.2 A moradia como representação de poder x dependência

De acordo com Maria Emília Vasconcelos dos Santos, a concessão de moradias no interior dos Engenhos para seus trabalhadores foi possível por conta da disponibilidade de terra livre dentro das áreas canavieiras. A historiadora afirma que, diante do contexto de final do regime imperial e da implementação da República, as relações de dependência e poder tiveram de ser rearranjadas. As elites políticas que disputavam o poder, influenciadas pelas oscilações na economia, readaptaram as relações de mando e dependência. Assim, o sistema de moradia estabelecido nas últimas décadas do século XIX permitiu, sob novas bases, a manutenção do poder dos senhores de Engenho sobre a mão de obra²²⁸.

Nesse panorama, nos engenhos do Nordeste, no século XX, a permissão para morar em uma casa e para pequenos cultivos dentro do Engenho trazia junto a obrigação de prestação de trabalho, conforme o relato de Dona Dinda. Sobre as condições de moradia nas terras da Família Sobral, Dona Dinda rememorou:

Todos era morador, trabalhava e morava, aí tinha direito a uma casinha. Os próprios trabalhadores construía suas casas. As minhas mesmo quem construiu tudinho foi seu Luiz Sobral, ele mesmo

²²⁷ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: UNESP, 2010. p.287.

²²⁸ SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **Os significados do 13 de maio: A abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da mata Sul de Pernambuco (1884-1893)**. 2014. 227f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. p. 111.

construía e me entregava. Os outros moradores faziam suas casas, era tudo mais de taipa, não tinha tijolo não, aí depois começaram a fazer de telha (informação verbal)²²⁹.

Quem trabalhava na propriedade tinha direito à moradia. Dona Adélia fala como era sua casa em Buraco d'Água: “Minha casa era boa, era de telha. Tinha casa que era coberta de palha, né? A minha era de telha. A maioria era coberta de palha” (informação verbal)²³⁰. Ter uma casa de telha e tijolo, era um privilégio, pois muitos outros moradores viviam em casas de palha. Morar em casa de telha era um luxo. Dona Dinda rememorou com detalhes a estrutura da sua casa quando criança:

Na minha casa tinha nada não. A gente se sentava em um pedacinho de pau, no cepinho. Antigamente tinha uns cepinhos que o povo fazia de madeira, uns banquinhos assim, a de mamãe era de couro, a minha era de lona, que minha madrinha me deu. A casa era de taipa e o telhado de palha, palha de cana. As casas quase tudo era assim, de palha e taipa, móveis não tinha, luz era de gás. Quando a lua era clara, a gente ficava conversando no terreiro, comprava meia garrafa de gás pra passar a semana. Fazia vela de semente de carrapateira (informação verbal)²³¹.

Nesta narrativa, fica expressa a precariedade das moradias dos trabalhadores em Buraco d'Água. Morar em casa de telha significou para Dona Dinda um elemento de dignidade humana. Ficou muito claro durante nossas conversas que, na concepção de Dona Dinda, ao oferecer aos moradores casas com telhas, o proprietário do Engenho lhes conferia o direito de morar de forma mais digna, tendo em vista que, naquela mesma época, muitos outros residiam em condições precárias, em casas de taipa, feitas de barro e com cobertura de palha.

Nos relatos das minhas colaboradoras, a casa torna-se um elemento de representação social, reveste-se de um sentimento de pertencimento a um lugar, um grupo social, nesse caso, o grupo de trabalhadores (moradores de Buraco d'Água). Assim, a casa é um lugar de memória que se mantém como espaços onde essas mulheres estão representadas, através de um cenário montado, ressignificado ao longo

²²⁹ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d'Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 20 de abril de 2011.

²³⁰ Adélia Ferreira. Entrevista concedida em 03 de abril de 2016.

²³¹ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d'Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 12 de agosto de 2012.

do tempo. Destarte, a identidade que essas mulheres têm com Buraco d'Água está intimamente ligada à relação de trabalho e moradia.

Sobre as moradias dos trabalhadores, Dona Carminha relembra: “Ele sempre tinha cuidado nas casas, andava nas casas dos moradores olhando as condições, aí mandava ajeitar tudinho. Seu Luiz Sobral era assim, pagava em dia, todo trabalhador recebia seu dinheirinho” (informação verbal)²³². Muitas casas de moradores se incendiavam, como afirmou Dona Dinda: “Tinha casas que queimava. Ainda me lembro da casa de Zé Jorge, pegou fogo, era uma hora da tarde, queimou-se tudo. Aqui na Paquevira queimou-se a casa de Mané Horácio, pegou fogo” (informação verbal)²³³.

Nesse momento de desespero, dor e sofrimento, perdia-se tudo, o pouco que os moradores tinham. Os vizinhos se solidarizavam uns com os outros, conforme relatou Dona Dinda: “Muita gente corria, o povo ajudava, corria, tirava os troços, o pouco que tinha, a pessoa não tinha quase nada, aí construía outra casa. As casas eram longe umas das outras” (informação verbal)²³⁴. Nesse momento, estabelecia-se um forte sentimento de compaixão e solidariedade entre os moradores. Juntos se fortaleciam para superar as adversidades de uma vida de trabalho árduo pela sobrevivência.

A casa como representação funciona como um lugar de memória para minhas colaboradoras. Como elucifa Eclea Bosi (1994, p. 436): “A casa é o centro geométrico do mundo [...] tudo é tão penetrado de afetos, móveis, cantos, portas e desvãos que mudar é perder uma parte de si mesmo, é deixar para trás lembranças que precisam desse ambiente para reviver”²³⁵.

A lembrança da casa da infância trouxe à tona sentimentos adormecidos pelo tempo. A saudade do lugar, a saudade dos familiares, das conversas em noites de lua cheia, os objetos e até a falta deles tem significado para quem relembra do lugar onde nasceu e viveu sua infância e juventude. Segundo Ecléa Bosi, “cada um desses objetos representa uma experiência vivida. Penetrar na casa é conhecer as aventuras afetivas de seus moradores” (BOSI, 1994, p. 360)²³⁶. Voltar à casa da infância por meio da memória significou para minhas colaboradoras reencontrar-se com elas mesmas, com seus sonhos de menina, desejos, afetos encobertos pela poeira do tempo. Ao falar da sua casa de

²³² Maria do Carmo Pimentel dos Santos (Dona Carminha). Entrevista concedida em 23 de abril de 2017.

²³³ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d'Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 20 de fevereiro de 2017.

²³⁴ Idem.

²³⁵ BOSI, Éclea. **Memória e sociedade**: Lembranças dos Velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 436.

²³⁶ Id. p. 360.

infância, Dona Dinda e Dona Adélia desvendaram silêncios, recriaram a ambientação, a experiência e a sua história de vida. “A casa, esse lugar próprio, flutua como um perfume secreto, que fala do tempo perdido, do tempo que jamais voltará” (CERTEAU, 2008, p. 204)²³⁷.

A relação que liga a moradia ao lugar de trabalho marcou os costumes, experiências e práticas dos moradores. Assim, ao longo do tempo, estabeleceu-se um forte sentimento de pertencimento com Buraco d’Água. Deixar o lugar de origem significava desenraizar-se. Mudar significaria perder-se de si mesmo. Dessa forma, Buraco d’Água, como sugere Certeau (2008), inscreve-se na história dos moradores como “[...] uma marca de uma pertença indelével na medida em que é a configuração primeira, o arquétipo de todo o processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana” (CERTEAU, 2008, p. 44)²³⁸.

De acordo com Maria Emília Vasconcelos dos Santos, os proprietários criaram um novo conjunto de estratégias para impor o controle e a permanência dos trabalhadores nos engenhos. Entre as astúcias empregadas, uma foi o estabelecimento do sistema de morada, que visava a fixar o trabalhador e sua família no Engenho²³⁹. Nesse sentido, constituíam-se relações clientelísticas. O costume de trocar favores por obediência e lealdade foi um padrão estruturante do sistema de morada. Na narrativa seguinte, Dona Dinda conta o que significou para ela morar nas terras da Família Sobral:

Quando eu vim morar na terra de Luiz Sobral, pra mim a vida melhorou demais, melhores condições de... deixei de trabalhar muito, aquele povo era muito bom pra eu, foi o tempo que meu irmão Sebastião foi servir o Exército. Aí Dona Marieta disse a seu Luiz: “bota os trabalhadores pra limpar o roçado de Maria Preta. Ela agora não vai mais limpar mato não”. Me tirou da enxada. Aí seu Luiz disse: “Maria Preta não vai mais limpar mato não, vou botar os trabalhador pra limpar seu roçado, sim senhor” (informação verbal)²⁴⁰.

²³⁷ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Morar e cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 204.

²³⁸ Id. p. 44.

²³⁹ SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **Os significados do 13 de maio: A abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da mata Sul de Pernambuco (1884-1893)**. 2014. 227f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. p. 170.

²⁴⁰ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d’Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 20 de fevereiro de 2017.

Para “Maria Preta”, como era chamada por Luiz Sobral, morar nas terras da família significou, antes de tudo, a oportunidade de permanecer em Buraco d’Água, o lugar onde nasceu e se criou. Ficou evidente a existência de uma forte relação de pertencimento de Dona Dinda com Buraco d’Água. Para ela, morar nas terras dos Sobral significou ter uma vida melhor, melhores condições de trabalho, diminuição da carga laboral. Foi nas terras da Família Sobral que ela teve a oportunidade de deixar o trabalho na enxada. Passou, então, a ajudar Dona Marieta Sobral no serviço da casa da cidade, em Alagoa Grande, apenas na sexta-feira.

Essa forte relação de lealdade da família de Dona Dinda com a Família Sobral foi se construindo desde sua infância. Na ocasião do enterro de seu pai, Luiz Sobral acolheu Dona Dinda e seus irmãos, providenciando o necessário para o enterro. Assim, se constituiu uma forte relação de gratidão e lealdade por parte da família de Dona Dinda com a Família Sobral.

Para os moradores do Engenho, estabelecer essa relação com o proprietário era importante para garantir a permanência nas terras do Engenho. Sobre a permanência dos trabalhadores em Buraco d’Água, Dona Dinda afirmou: “Nunca saiu ninguém. Eram pessoas que nasceram em Buraco d’Água. Eu ainda tenho filhos e netos trabalhando pra eles” (informação verbal)²⁴¹. Essa fala elucida que um dos fatores que explica o fato de os trabalhadores nunca terem saído de Buraco d’Água era o apego à terra onde nasceram e cresceram.

Esta pesquisa mostrou que essa espacialidade possuía mão de obra majoritariamente negra. Mão de obra que se originou durante o processo de escravidão vivenciado por Alagoa Nova, como mostra a fotografia a seguir:

²⁴¹ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d’Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 20 de fevereiro de 2017.

Figura 16 - Momento de pescaria em Buraco d'Água.



Fonte: Acervo particular de Dona Dinda.

A fotografia retrata uma pescaria, momento de sociabilidade entre os trabalhadores de Buraco d'Água e Luiz Sobral, dono da propriedade. Na fotografia, chamou atenção o fato de serem os trabalhadores uma maioria negra e a presença de um grande número de crianças, filhos de trabalhadores, alguns filhos de Dona Dinda, que está na foto com um filho no colo. Ao participar e permitir que os trabalhadores vivenciassem momentos como esse, Luiz Sobral fortalecia os laços de lealdade e respeito por parte dos trabalhadores.

De acordo com Edinélia Maria Oliveira Souza, as práticas festivas e as relações de compadrio, por exemplo, eram situações em que os grupos vivenciavam valores semelhantes, embora de acordo com as regras que orientavam as relações entre membros de camadas sociais diferentes. Logo, mesmo que o trabalhador rural nunca se tornasse padrinho de um filho do proprietário das terras, era comum que se solicitasse aos fazendeiros o apadrinhamento dos filhos de seus subordinados, por meio dos rituais do batismo ou do casamento religioso. “Essa relação configurada pelo parentesco ritual, além de firmar a rede de proteção e de compromissos, possibilitava evitar desentendimentos e ampliar o prestígio e o poder estabelecidos nas hierarquias sociais” (SOUZA, 2013, p. 65)²⁴².

A respeito das relações de compadrio com Luiz Sobral, Dona Carmina afirmou: “Ele foi padrinho de uma irmã minha, do casamento de minha irmã. A mulher dele era

²⁴² SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. **História Oral**, jul./dez. 2013.

minha madrinha, madrinha Marieta. Lembro demais, muito bonita. Uma mulher muito bonita, muito educada, muito maravilhosa” (informação verbal)²⁴³” O batizado do filho de um morador era também um momento de festividade em Buraco d’Água, mais uma oportunidade de fortalecer os laços paternos entre os trabalhadores e o dono da terra.

3.3 No ritmo das cirandas de Zé Preto: a tradição da banda de pífanos em Buraco d’Água

Em seus inscritos intitulados *Traços da família Silva/Sobral*, Maria Alice Sobral Martins narrou como eram os momentos de festividades em Buraco d’Água:

A casa de Manoel Inácio era cheia de amigos, como Dr. Montenegro, coronel Eufrásio e outros. A época mais marcada para as festividades era o São João, seis meses antes ele começavam os preparativos para os festejos, na confecção de fogos de artifícios, do mijão ao busca-pé, da estrelinha aos mais belos fogos de artifícios, do simples traque de chumbo às maiores roqueiras que estremeciam as serras que circundam a casa de residência, e como toque final os foguetões e as belas girândolas, era um verdadeiro espetáculo. Canjica, milho assado e pamonha completavam a festa, arrematado pelo queijo de manteiga feito em casa²⁴⁴ (MARTINS, 2004 p.01).

Nessas oportunidades, Manuel Inácio da Silva (avô de Luiz Sobral) se preocupava em cultivar diante dos trabalhadores uma imagem de protetor, para assim conquistar a fidelidade e lealdade do seu morador (trabalhador), como fica evidente na narrativa de Dona Dinda:

Seu Mané Inácio, quando era tempo de São João, era uma festa muito grande lá na casa dele. Tinha busca-pé, estrelinha, roda pra soltar dentro de casa. A festa era grande, era festa, muita canjica, muito queijo, pamonha, aí arrumavam a mesa, a família dele tava tudim, aí ele dizia: “Meus trabalhadores vai comer primeiro do que vocês, porque aqui é o suor deles. Vocês vão comer o que eles trabalhou, vocês comem por derradeiro”. Aí o povo comia, terminava tudo, aí tirava a mesa, aí botava a mesada deles. Primeiro era os trabalhador, me lembro bem, eu ia pra festa, eu era pequena, mas ia, era festa, batendo o zabumba e o povo, era coco de roda, cada um com um busca-pé na mão, era fogo pra todo canto, muita brincadeira, o povo gritando na casa de seu Mané Inácio (informação verbal)²⁴⁵.

²⁴³ Maria do Carmo Pimentel dos Santos (Dona Carminha). Entrevista concedida em 23 de abril de 2017.

²⁴⁴ MARTINS, Maria Alice Sobral. *Traços da Família Silva/Sobral*. Alagoa Grande, PB: [s.n.], 2004

²⁴⁵ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d’Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 20 de abril de 2011.

Neste relato, Dona Dinda se refere a Manuel Inácio da Silva, que morava também a poucos metros do Engenho dos Mininéia. Uma parte de sua família era moradora e trabalhadora da propriedade de Manuel Inácio. Por essa razão, Dona Dinda, ainda criança, participava junto com seus familiares dos festejos da colheita no mês de junho, quando se homenageavam os santos católicos. Nessas festividades, eram comuns os senhores de Engenho aproveitar a ocasião para reforçar as relações de lealdade e fidelidade com seus moradores, trabalhadores.

Manuel da Silva, diante de sua família, reconhece a importância dos trabalhadores para o lucro e bom funcionamento de sua propriedade com a seguinte frase: “Meus trabalhador vai comer primeiro do que vocês, porque aqui é o suor deles. Vocês vão comer o que eles trabalhou, vocês comem por derradeiro²⁴⁶”. Com esse discurso, ele fazia com que o trabalhador se sentisse respeitado e reconhecido, dedicando ao senhor sentimentos de gratidão e lealdade que se materializavam na dedicação e empenho ao trabalho.

As festividades religiosas tornavam-se momentos de lazer e sociabilidades tanto na cidade quanto no campo. Nos arredores das casas dos moradores ou na Casa Grande dos engenhos, o festejo junino proporcionava um momento de encontro entre os compadres. Era uma oportunidade para o senhor dono do Engenho estreitar e fortalecer os laços de lealdade com seu morador.

Em nossa conversa, Dona Adélia relembrou com saudosismo do seu tempo de infância e juventude em Buraco d’Água. Para ela, o mês de maio sempre traz uma memória afetiva. O mês dedicado a homenagear Maria, mãe de Jesus. Era um momento de grande festividade em Buraco d’Água. Dona Adélia afirmou: “O mês de maio era tão bom, não tinha energia, né, era luz de gás, vela ou candeeiro” (informação verbal)²⁴⁷. O fato de não ter energia elétrica nos Engenhos não impedia que as pessoas conversassem e rezassem os novenários marianos. Pelo contrário, as conversas se estendiam pela madrugada à luz de velas ou candeeiro.

Considero relevante destacar que, nesse período a que se refere Dona Adélia, a cidade de Alagoa Nova já havia apagado os candeeiros e acendido os bicos de luz. Como afirma José Borges Sales²⁴⁸, “sem iluminação elétrica, até 1920, a vida em

²⁴⁶ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d’Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 20 de abril de 2011.

²⁴⁷ Adélia Ferreira. Entrevista concedida em 03 de abril de 2016.

²⁴⁸ SALES, José Borges de. **Alagôa Nova**: Notícias para sua História. Fortaleza: Gráfica Editora R. Esteves Tipoprogresso, 1990.

Alagoa Nova era bastante pacata e de diversões raras” (SALES, 1990, p. 131). De acordo com Luís Carlos Santos, “a energia era inaugurada na vila de Alagoa Nova ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de mil novecentos e vinte, como consta em ata da Câmara Municipal de Alagoa Nova do mesmo ano” (SANTOS, 2012, p. 70)²⁴⁹.

Sobre a chegada da eletricidade em Alagoa Nova, o historiador Luiz Carlos dos Santos afirma:

Cidade eletrificada é cidade diferente, os olhares sobre ela são diferentes. Sabemos que o novo nem sempre gerou total confiança, até porque não é para todos e provoca mudanças de comportamento. Embora mantendo características de uma cidade pequena, pacata, vivendo nessa fronteira entre o urbano e rural, a cidade de Alagoa Nova se moderniza, mas continua sendo a cidade pequena, do morador carregando lenha pelas ruas, do homem cavalgando com seu cavalo ou burro, vendendo os produtos de suas pequenas propriedades em seus burros com caçuás de palha, a cidade que dorme e acorda cedo e que mantém também seus traços de cidadezinha que convive com antigas tradições religiosas (SANTOS, 2012, p. 66)²⁵⁰.

Embora Alagoa Nova carregasse consigo marcas do rural, a cidade vivenciava nesse contexto situações que a zona rural ainda visualizava como algo distante de sua realidade. Como afirmou Dona Dinda, em Buraco d’Água, era “a luz era de gás. Quando era noite de lua clara, a gente ficava tudo no terreiro conversando. Comprava meia garrafa de gás para passar a semana. Fazia a vela de semente de carrapateira” (informação verbal)²⁵¹. Os moradores faziam artesanalmente a vela com semente de carrapateira para economizar o gás. A experiência de viver sem a luz elétrica não impedia as pessoas de se divertirem, socializarem umas com as outras. Em noites de lua cheia, em seus terreiros, as pessoas observavam a lua e as conversas duravam a noite toda. Ao fim de uma novena, as pessoas continuavam brincando, conversando.

Em Buraco d’Água, as festividades do mês mariano e os santos do mês de junho eram oportunidades de sociabilidades. As festas eram animadas ao som dos batuques dos tambores, que traziam uma forte referência às religiosidades oriundas da África. Dona Adélia rememora:

²⁴⁹ SANTOS, Luiz Carlos dos. **A “modernização” da cidade rural: espaços de rupturas e permanências da cidade de Alagoa Nova-PB (1920-1960)**. 2012. 151f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFCG, Campina Grande-PB.

²⁵⁰ Id. p. 66.

²⁵¹ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d’Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 20 de fevereiro de 2017.

Naquela época tinha os festejos, eu ia pra namorar, era aqueles batuques, aqueles zabumbas, aquele de compadre João Petenga era animado, era ciranda, coco de roda, mas agora acabou-se, né? Acabou-se, minha filha, as animações. Buraco d'Água tinha um bocado de tocador (informação verbal)²⁵².

Para Dona Adélia, as festividades religiosas eram oportunidades de começar um namoro, dançar a ciranda, o coco de roda. Momentos de esquecer a vida diária de trabalho duro pela sobrevivência. Ela recorda com saudade as festividades religiosas, que eram momentos de descontração e afetividade.

Em conversa com Dona Dinda, descobri que houve um tempo em que os batuques, as cirandas e o coco de roda não eram permitidos em momentos de festividades religiosas na casa de Mininéia. Um contexto em que as tradições e a cultura afro-brasileira foram muito reprimidas e combatidas. As batucadas duravam a noite toda nos festejos juninos na casa do vizinho de Mininéia, Manuel Inácio da Silva, pai de Luiz Sobral. Sobre a dança afro-brasileira, Dona Dinda lembrou:

Desde que eu era menina, o povo já brincava a mulatinha, começou lá nos Bertoldo. Eu conheci nos Bertoldo. Seu Antônio Bertoldo era o principal que dançava, aquele homem dançava uma mulatinha muito bonita, muito bonita mesmo. As bandas de pífanos começou lá nos Bertoldo também, tinha muito festejo religioso lá nos Bertoldo, um povo muito religioso (informação verbal)²⁵³.

Como afirma Dona Dinda, a dança conhecida em Alagoa Nova como mulatinha teria nascido na família de Antônio Bertoldo, tradicionalmente católica. Nos momentos de festejos religiosos em Boa Vista, era comemorado com muita dança e música ao som do pífano, instrumento de sopro utilizado para tocar, acompanhado pelos tambores e zabumbas, os cocos de roda, a ciranda e a mulatinha. Dona Dinda definiu a dança mulatinha nos seguintes termos: “A mulatinha é dançando em uma fila, cruzando, passando uma pelo outro. Aqui em Buraco d'Água, começaram dançar depois que viram os Bertoldo dançando” (informação verbal)²⁵⁴.

Fica evidente que a dança mulatinha, tradicionalmente praticada na comunidade rural Boa Vista, que fica bem próxima a Buraco d'Água, foi transmitida para os

²⁵² Adélia Ferreira. Entrevista concedida em 03 de abril de 2016.

²⁵³ Maria Julia da Conceição. Conhecida na comunidade de Buraco d'Água como Dona Dinda. Entrevista concedida em 20 de fevereiro de 2017.

²⁵⁴ Idem.

moradores do Engenho, que nas festividades religiosas se encontravam e trocavam experiências de vida e também trocavam bens culturais.

Sobre as bandas de pífanos, a historiadora Ana Lucia Alves de Aquino afirmou:

Aqui em Alagoa Nova, município do Brejo paraibano, nós temos o privilégio de contar ainda com dois grupos de pifeiros. Já bastante idosos, mas bastante dedicados à arte, eles permaneceram com sua arte viva, transmitindo para alguns mais jovens. A gente tem um grupo na serra da Boa Vista, Preguiçoso, Boa Esperança e aqui também na cidade existe um grupo, que está aí se dedicando a animar esses dias de festa junina, durante os dias em que as pessoas fazem a celebração do Cruzeiro (informação verbal)²⁵⁵.

A arte de tocar pífano existe em Buraco d'Água e em outras comunidades de Alagoa Nova. Durante as festividades religiosas, temos a oportunidade de apreciar essa arte que foi transmitida de pai para filho. Em Buraco d'Água, seu João Petenga (já falecido), que tocou durante muito tempo o coco de roda, a ciranda e a mulatinha, ensinou sua arte a dois de seus filhos, que tocam em festejos religiosos. Muitas vezes, no mês de maio, pude presenciar a reunião de tocadores de Preguiçoso, Boa Vista e Buraco d'Água. Assim, em ocasião dos festejos religiosos, essas pessoas construíram novas redes de relações e de socialidades, construíram outros significados para suas experiências de vida e para sua arte.

A festividade de entrega do Cruzeiro roubado era outro momento em que os moradores dos engenhos de Alagoa Nova podiam apreciar a arte que saía dos pífanos e zabunbas. As procissões em homenagens aos santos católicos eram sempre acompanhadas por esses instrumentos. Sobre essa tradição e sobre a festividade da entrega do Cruzeiro roubado, Ana Lucia Alves de Aquino esclarece:

O Nordeste do Brasil mantém ainda no interior, no Brejo principalmente, a tradição do roubo do Cruzeiro nessas noites de festa junina. Nós temos a noite de São João, São Pedro, e pode ser lá no mês de julho, na noite de Santana. A origem do roubo do Cruzeiro trata-se de, nos terreiros dos sítios antigos na zona rural, era tradição ornamentar a frente dos terreiros com bandeirinhas, fazer a fogueira, que é o grande símbolo do sinal do nascimento do menino João Batista, e a cruz, símbolo do cristianismo. A origem dessa tradição

²⁵⁵ Historiadora Ana Lucia Alves de Aquino. Entrevista concedida a Jefferson Barbosa na rede social Facebook em 30 de junho de 2017, na ocasião da festa de entrega do Cruzeiro na residência da referida professora. Disponível em: <https://www.facebook.com/JBarbosaLira/videos/1368797429871582>. Acesso em: 30 jun. 2017.

vem de tempos medievais. E quando aconteceu nossa colonização aqui no Nordeste do Brasil, em função dos terreiros dos engenhos, os moradores dos engenhos eles faziam suas festas em seus terreiros. Então, muito unidos, como sempre foram, na condição de moradores trabalhadores da cana, eles marcavam naquela casa, onde iam celebrar naquela noite. Então, pra animar, roubavam a cruz, o Cruzeiro (uma cruz devidamente ornada, toda paramentada para a festa, produzida pelas mulheres com toda a delicadeza feminina, coberta de cores, muito brilho. Essa cruz era colocada no terreiro, na entrada da casa, para enfeitar a entrada da casa, como símbolo de que ia ter novena. Ela era roubada por alguém pra que, no ano seguinte, se reunissem na casa do que roubou, e aí, quando se reuniam, voltavam, tocando os instrumentos, ao som dos tambores, do pífano, que era produzido por eles mesmo, o pífano feito de bambu, e eles, no caminho entre uma casa e outra, vinham tocando, dançando. É exatamente aí que surge a mulatinha. Ela é uma dança enfileirada, em que um vai cruzando e formando exatamente aquela cruz entre si. Aquilo ali é exatamente as veredas por onde eles passavam pra se conduzir de uma casa à outra. Essa tradição foi mantida e hoje a gente tem no interior esse valor, que ainda se garante. No caso aqui da nossa cidade (Alagoa Nova), a gente tem esses significados, você vê que as pessoas acompanham o Cruzeiro, a banda de pífano tocando, as mulheres se encarregam de cantar os tradicionais benditos, louvando a Santa Cruz, as músicas do Cruzeiro até chegar naquela casa, onde tá lá a bandeira de São João, o terreiro devidamente ornamentado a fogueira, e a família prepara os quitutes da região: a pamonha, a canjica, o mungunzar, todos os apetrechos da culinária nordestina que nesse mês de junho afloram e todo mundo quer botar na sua mesa pra receber os amigos. Esse significado religioso culmina exatamente com a dança, porque primeiro se celebra, entrega-se o Cruzeiro e, em seguida, vamos brincar, festejar mais uma noite relativa àquele santo do mês junino, Antônio, Pedro e João (informação verbal)²⁵⁶.

A tradição do roubo do Cruzeiro, que nasce nos arredores dos Engenhos, nas casas dos moradores, eram momentos de socialização, de encontro, reencontro e trocas culturais entre os moradores de comunidades e engenhos diferentes. As bandas de pífanos e a dança mulatinha, que nasceu na zona rural, alcança a cidade, tendo em vista que não havia uma fronteira bem definida entre esses dois espaços. Assim, Alagoa Nova cultivou a tradição do roubo do Cruzeiro e a arte das bandas de pífanos, uma herança cultural que resiste até os dias atuais.

Severino Vicente (conhecido como Severino de Petenga) nasceu em Buraco d'Água, em uma pequena faixa de terra chamada "O apertar da hora", terras pertencentes à Família Sobral, que ficava bem às margens do Rio Mamaguape. Sua

²⁵⁶ Historiadora Ana Lucia Alves de Aquino. Entrevista concedida a Jefferson Barbosa na rede social Facebook em 30 de junho de 2017, na ocasião da festa de entrega do Cruzeiro na residência da referida professora. Disponível em: <<https://www.facebook.com/JBarbosaLira/videos/1368797429871582> />. Acesso em: 30 jun. 2017.

família trabalhou durante muitos anos e morou nessa propriedade. Aos 12 anos, Severino despertou o interesse em aprender a tocar zabumba com seu pai, João Petenga. Severino Vicente rememorou:

Pai tocava com o finado Zé Preto. Pai era jovem quando começou tocar, o chefe mesmo era seu Zé Preto. Depois, seu Zé preto não quis mais possuir terno de zabumba, aí ele quem ficou. Eles tocavam nas procissões, tocaram muito em Buraco d'Água. Papai aprendeu com o finado Zé Preto (informação verbal)²⁵⁷.

Zé Preto, irmão de Dona Dinda, ambos já falecidos, aprendeu a arte da banda de pífanos com seu pai e compartilhou-a com amigos e familiares. Assim, Zé Preto ensinou sua arte a seu amigo e compadre João Petenga, que, por sua vez, a ensinou a seus dois filhos, Severino e Neguinho, que seguem carregando consigo e ensinando a seus filhos essa arte que se sustenta na tradição oral.

Eu comecei mais pai. Depois de 12 anos avante, eu já comecei a aprender, aí comecei e até hoje. Aí íamos eu, ele e Neguinho. Eu toco caixa, zabumba, Neguinho toca zabumba. Pai, com 60 e poucos anos, ainda batia zabumba. Depois que ele adoeceu, aí não bateu mais, né? Quem me acompanha é Neguinho. Meus meninos tem um que acompanha, tinha um que tava aprendendo pife, mas desistiu, aí tem os pifeiros Zé Massú, Danda, que bate prato, né? Somos seis pessoas na banda. Tio Biu batia zabumba, ele ainda bate caixa. A gente toca lá em Alagoa Nova, aqui pelos sítios, né? Aonde chamar a gente vai, mais nos Cruzeiro, né? A gente toca a ciranda, né? Coco de roda, né, e a mulatinha (informação verbal)²⁵⁸.

Severino se mostrou muito feliz e apaixonado por sua arte. Para ele, fazer parte da banda de pífanos é motivo de grande satisfação e alegria. Ele lembra os nomes dos antigos tocadores (como são chamados os integrantes das bandas de pífanos):

Antigamente, era o finado Mané Basto, finado Zé Pedro, né? Cosme Bacalhão. Antes de surgir a dança mulatinha, só existia a ciranda mesmo. Depois, foi aparecendo pifeiro, aí foi trazendo a mulatinha. Primeiramente, essa mulatinha começou nos Bertoldo, Serra da Boa Vista, né? Em Lagoa Nova, a gente toca até meia noite no sítio, a gente amanhece o dia tocando. Todo mundo toca e canta, um canta, o

²⁵⁷ Severino Vicente Barbosa. Entrevista concedida em 28 de janeiro de 2018.

²⁵⁸ Idem.

outro responde, né? A ciranda, se tiver as cinco pessoas, todos cinco têm que cantar, né? Pra ajudar uns aos outros (informação verbal)²⁵⁹.

Em um momento da entrevista, pedi para que Severino cantasse uma canção mais popular e ele afirmou:

As canções são antigas. Vou cantar uma das mais antigas. Uma ciranda de Zé Preto, ele gostava de cantar. (Cantando) “Vá lavar roupa, oh mulher, não vá te perder, oh mulher, não vá se perder, oh mulher, se tu tiver medo, oh mulher, dá um grito que eu vou você, oh mulher”. Era de Zé Preto essa aí. Pai cantava, eu fazia a segunda voz (informação verbal)²⁶⁰.

Severino cantou outra canção que costuma cantar e tocar em suas apresentações tanto no campo como na cidade:

Fui convidado pra ir uma festa boa lá na lagoa. “Eu peguei um jacaré”. Aí os outros respondem: “o jacaré tinha o papo amarelo”. Aí o outro diz: “não vou lá porque não quero arrumar outra mulher. Meu pai não quer que eu me case com você, por sua causa sou capaz de enlouquecer, a lua é branca, as estrelas cor de prata, oh moreninha, esse teu olhar me mata”. Aí por aí vai (informação verbal)²⁶¹.

Essas canções, que Severino chama de “Ciranda de Zé Preto”, teriam sido ensinadas pelos antepassados de Zé Preto e Dona Dinda, que me contou, em entrevista, que seu pai tocava zabumba.

Severino demonstrou uma grande preocupação com o futuro das bandas de pífanos de Alagoa Nova. Ele afirmou:

Nossa maior dificuldade hoje é que os pifeiros estão ficando tudo velho, né? E ninguém aprendeu pra seguir pra frente os toques de novenas, né? Tivesse uma turma nova pra ir começando, né? Já era pra ter, né? Everaldo era quem tava ajeitando lá em Alagoa Nova pra quem quisesse aprender, mas começou, depois não falou mais nada (informação verbal)²⁶².

²⁵⁹ Severino Vicente Barbosa. Entrevista concedida em 28 de janeiro de 2018.

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ Ibidem.

²⁶² Idem, Ibidem.

Ele afirmou ter interesse em ensinar sua arte para os mais jovens, para que a tradição não chegue ao fim. Afirmou existir um projeto de um vereador para que eles ensinem às crianças. No entanto, o projeto não se realizou até então.

Severino carrega consigo bonitas lembranças da vida em Buraco d'Água. Para ele, o Rio e as terras onde viveu têm até hoje grande significado. Meu colaborador carrega ainda um forte sentimento de pertencimento.

Sinto muita saudade de Buraco d'Água porque o cabra nasce em um lugar, o cabra não esquece não. Saí de lá com mais de 30 anos. Quando o Engenho parou, ele arrendou pra usina Tanques. Quando o inverno era forte mesmo, era três dias sem passar ninguém no Rio Mamanguape (informação verbal)²⁶³.

Severino deu ênfase em sua fala aos momentos de enchentes do Rio Mamanguape e quando o Engenho de Luiz Sobral parou de funcionar e o proprietário arrendou suas terras para a usina Tanques, de Alagoa Grande. Esses acontecimentos foram guardados pela memória de Severino, pois tiveram grande significado na vivência em Buraco d'Água. Para Severino, Buraco d'Água era muito mais que o lugar de onde ele e sua família retiravam o sustento. Havia ali uma forte relação simbólica, afetiva, com o lugar onde nasceu e se criou.

Nesse panorama, Buraco d'Água tornou-se o lugar do imaginário, do sonho, espaço de luta diária, lugar que meus colaboradores consideram como seu lugar, seu território, um espaço repleto de sentimento e simbolismo para os que nasceram e viveram ali durante boa parte de suas vidas.

²⁶³ Severino Vicente Barbosa. Entrevista concedida em 28 de janeiro de 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É no tempo que buscamos respostas. É no tempo que fazemos perguntas. O tempo rege a nossa vida. Viver é aprender cotidianamente a lidar com os revezes do tempo²⁶⁴.

Enfim, chegou o momento de fazer as minhas considerações finais acerca da abordagem que faço nesta dissertação, mesmo sabendo que muito ficou por ser dito, pois não é possível ao historiador apreender o todo da experiência do passado. Acessei do passado e das memórias das pessoas com as quais dialoguei neste texto o que me foi permitido pelas fontes. Ao refletir sobre como começar a tecer essas considerações, lembrei-me da cena em que Dona Dinda colocou os olhos em fotografias antigas.

Ao deparar-se com fotografias de pessoas com as quais conviveu durante sua infância e juventude em Buraco d'Água, ela se reencontrou, revisitou lugares e sentimentos adormecidos pelo tempo. Por meio de fotografias antigas, ela se enxergou naquele passado. Embora seu retrato não estivesse entre aquelas pessoas, ela se reencontrou ali, naquele retrato do passado. Ela olhava aquelas fotografias como quem buscava recuperar no tempo memórias adormecidas. Reviveu, ressentiu os reveses do tempo e seus significados em sua história. Este momento que compartilho com o leitor significou um divisor de águas na minha pesquisa.

De acordo com Kossoy (2001, p. 28), “a fotografia é um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções”²⁶⁵. Usar a fotografia enquanto fonte histórica me fez vivenciar na prática o que afirma o referido autor. Em uma de minhas entrevistas com Dona Dinda, apresentei a ela o livro feito em comemoração aos 100 anos da Fazenda Buraco d'Água. Ao abrir o livro repleto de fotografias de pessoas com as quais ela havia vivenciado sua infância e juventude, nossa colaboradora se emocionou. Isso fez disparar a sua memória.

Vendo aquelas fotografias, ela revirou, por meio da memória, os porões do seu passado. As fotografias trouxeram à tona informações e emoções preciosas para minha pesquisa. Dona Dinda lembrou e contou histórias e situações vivenciadas na companhia das pessoas que reencontrou nas fotografias e reviveu uma saudade que já parecia adormecida.

²⁶⁴ Maria Regina Alves dos Reis, autora dessa dissertação.

²⁶⁵ KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

Esta pesquisa procurou entender a dinâmica das relações cotidianas do Engenho Buraco d'Água. Assim, vivências passadas retornaram em forma de lembranças, memórias afetivas que vieram à tona em cada entrevista realizada. Desse modo, este estudo trouxe à discussão aspectos que marcaram as experiências de trabalhadores negros no pós-abolição, contribuindo para compreender a rica e complexa trajetória de vida das populações negras no pós-emancipação.

No contexto do pós-abolição, poucos foram aqueles que conseguiram se colocar em novos espaços, como um pedaço de terra próprio. Portanto, significativas parcelas de homens e mulheres negros voltaram às fazendas e refizeram relações de trabalho, experiências de vida e de luta pela cidadania. Esta pesquisa mostrou que o uso da barganha, os arranjos e as concessões se configuraram como elementos estratégicos de negociação entre os trabalhadores e os donos das terras no período que sucedeu a abolição.

Nesse contexto, os trabalhadores do Engenho Buraco d'Água permaneceram junto aos antigos senhores, mantendo práticas antigas de relação patriarcal marcadas pela ideia da lealdade e proteção, continuando presos ao trabalho e à terra. Como afirma Emília Viotti da Costa, “a abolição não significou a destituição imediata da ordem de trabalho tradicional. Assim, o sistema escravista deixou suas marcas em brancos e negros” (COSTA, 2010, p. 517)²⁶⁶. Desta forma, muitos senhores donos de terras tiveram dificuldades de adaptar-se ao trabalho livre. Por muito tempo, trataram os trabalhadores livres como escravos.

Identifiquei tensões e contradições evidenciadas nos traços de memória que trazem marcas de uma cultura escravista que teimava em permanecer no pós-abolição. No entanto, também encontrei sinais de elementos que reconstituíam novas relações de poder que dinamizaram a cotidianidade da vida em Buraco d'Água. Como afirmou Souza²⁶⁷ (2012), embora os costumes provenientes de uma tradição paternalista possam ter influenciado as ações dessa população de cor, recém-saída da escravidão, os trabalhadores livres agenciaram atitudes e comportamentos de acordo com seus interesses, negociando com os donos de terras melhores condições de sobrevivência.

²⁶⁶ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: UNESP, 2010.

²⁶⁷ SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. **Pós-abolição na Bahia: Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus 1888/1930**. 2012. 271f. Tese (Doutorado em História Social) - UFRJ/IFCS/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro.

Sobre o contexto da abolição, Costa (2010) defende que a abolição não provocou a catástrofe social apontada pelos defensores da ordem, não levou a nação à ruína e ao caos, embora, certamente, tenha significado para alguns proprietários de escravos a ruína pessoal e a perda do status. Segundo a mesma autora, a abolição não correspondeu tampouco às expectativas dos abolicionistas. Ao contrário do estes esperavam, ela não representou uma ruptura fundamental com o passado. As estruturas arcaicas de produção, a economia essencialmente monocultora e de exportação, vulnerável às oscilações do mercado internacional, o monopólio da terra e do poder por uma minoria, a miséria e a marginalização política e econômica da grande maioria da população, as formas disfarçadas de trabalho forçado e as precárias condições de vida do trabalhador rural sobreviveram à abolição²⁶⁸.

No pós-abolição, o trabalho ainda aparecia como obrigação penosa, confundia-se com o cativo, associava-se às torturas do eito. O trabalho, principalmente o manual, era visto como obrigação de negro²⁶⁹. Em Buraco d'Água, o sistema de trabalho e moradia durante o período abordado por este estudo ainda apresentava muitas características do regime escravista.

Esta abordagem me permitiu trilhar por caminhos do rural e do urbano que se entrelaçam. Na perspectiva desse encontro, que ultrapassa a dimensão dos territórios desses espaços, como afirmam Coutinho et al. (2013, p.70):

A questão da definição do rural e do urbano já ultrapassou a noção de abrangência só do território, hoje se relaciona com o espaço, mas também com as relações sociais e até com a questão do pertencimento ao local, que influencia diretamente o comportamento dos atores sociais. Fatores como o acesso a diferentes tipos de informações, culturas e comportamentos têm influenciado diretamente a vivência dos atores sociais nestes dois espaços distintos. O rural está no urbano. O urbano está no rural²⁷⁰.

Nesse sentido, percebi que as experiências do campo e da cidade recriaram as sociabilidades desses espaços, fortalecendo, assim, os laços de amizade, compadrio e

²⁶⁸ COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: UNESP, 2010. p. 57.

²⁶⁹ Id. p. 15.

²⁷⁰ COUTINHO, C. M. F.; CARVALHO, M. C. S.; PAULA, A. M. N. R.; FERREIRA, M.L. A. O Rural está no Urbano, o Urbano está no Rural: considerações a partir do espaço. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 3, n. 10, p. 63- 73, 2013. Disponível em: <http://www.rds.unimontes.br/index.php/desenv_social/article/view/107/92>. Acesso em: 27 out. 2015.

vizinhança. Desse modo, a missa e a feira se tornaram em Alagoa Nova espaços onde se estabeleceram a interface entre o campo e a cidade.

Naquele contexto onde se vivia grandes incertezas quanto aos rumos que tomaria a sociedade pós-escravista e republicana, reforçavam-se as relações de vizinhança, o compadrio e as constantes práticas de diversão imbricadas no espaço de trabalho e moradia. Padrões de identidade eram reinventados no cotidiano de negros e mestiços cujas experiências se faziam na fronteira entre o campo e a cidade, a roça e a feira²⁷¹. Assim se deu o processo das relações reinventadas no pós-escravidão em Buraco d'Água, as quais apresentaram continuidades de práticas que lembravam muito o regime escravista. No entanto, também houve rearranjos, descontinuidades nas relações entre os donos de Buraco d'Água e seus trabalhadores (moradores). Desse modo, esta investigação me permitiu construir uma narrativa histórica que aponta vivências e possibilidades de atuação dos trabalhadores do Engenho Buraco d'Água, de Alagoa Nova-PB.

Entrevistas realizadas:

- Maria Julia da Conceição. Concedeu-me entrevista nos dias 20 de agosto de 2008, 20 de abril de 2011, 10 de julho de 2016, 12 de agosto de 2016 e 26 de fevereiro de 2017.
- Adélia Ferreira. Concedeu-me entrevista no dia 03 de abril de 2016.
- Maria do Carmo Pimentel dos Santos. Concedeu-me entrevista no dia 23 de abril de 2017.
- Tereza Josefa da Silva. Concedeu-me entrevista no dia 07 de julho de 2017.
- José Azevedo Sobral. Concedeu-me entrevista no dia 04 de março de 2017.
- Severino Vicente Barbosa. Concedeu-me entrevista no dia 28 de janeiro de 2018.

Outras fontes consultadas:

- SOBRAL, José Azevedo. **100 anos da Fazenda Buraco d'Água**. Alagoa Nova, PB: [s.n.], 31 de dezembro de 2004.

²⁷¹ SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. **Pós-abolição na Bahia: Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus 1888/1930**. 2012. 271f. Tese (Doutorado em História Social) - UFRJ/IFCS/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro. p. 244.

- MARTINS, Maria Alice Sobral. **Traços da Família Silva/Sobral**. Alagoa Grande, PB: [s.n.], 2004.
- Jornal Almanak do Estado da Parahyba-1896 (encontrado no site da Biblioteca Nacional).
- Jornal Almanak do Estado da Parahyba -1911, fl.220 (encontrado no site da Biblioteca Nacional).

Acervos particulares:

- Acervo pessoal de José Azevedo Sobral.
- Acervo pessoal de Maria Julia da Conceição.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- AVELAR, José. **Alagoa Grande: Aspectos econômicos e fatos outros da sua História**. João Pessoa: Ideia, 1996.
- BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BENJAMIN, Valter. Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre Literatura e História da Cultura. In: _____. **Obras Escolhidas**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1987 (v. 1).
- BORTOLETO, Elaine Mundim. Identidade, território e pertencimento: a comunidade Pomerana em Pancas/es e a unidade de conservação dos pontões capixabas. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, RS: UFRGS. 1 CD-ROM.
- BOSI, Éclea. **Memória e sociedade: Lembranças dos Velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades: um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- _____. **A invenção do cotidiano: Morar e cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, jan./abr. 1991.
- _____. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: UNESP, 2010.
- COUTINHO, C. M. F.; CARVALHO, M. C. S.; PAULA, A. M. N. R.; FERREIRA, M.L. A. O Rural está no Urbano, o Urbano está no Rural: considerações a partir do

espaço. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 3, n. 10, p. 63- 73, 2013. Disponível em: <http://www.rds.unimontes.br/index.php/desenv_social/article/view/107/92>. Acesso em: 27 out. 2015.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2006.

FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande**: aspectos econômicos e fatos outros da sua história. João Pessoa: Ideia, 1996.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

HALBWACHS. Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Alagoa Nova**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/alagoa-nova/panorama>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

JOFFILY, Irineo. **Sinopses das sesmarias da capitania da Pahahyba**. Compreendendo o território de todo o estado do mesmo nome e parte do Rio Grande do Norte da capitania da Pahahyba. Paraíba: M. Herique, 1892.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História** .2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LEITÃO, Lúcia. A negação da Rua In:_____. **Quando o ambiente é hostil**: Uma leitura urbanística da violência à luz de Sobrados e Mocambos e outros ensaios Gilbertianos. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Derramando susto: os escravos e o Quebra Quilos em Campina Grande**. Campina Grande, PB: EDUFCG, 2006.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande- século XIX. 2008. 356f. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade interdita, liberdade reavida**: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). 2010. 378f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: Usos sociais e historiográficos. In: _____. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

LUIZ, Janailson Macêdo. **Das ressignificações do passado**: As artes da memória e a escrita da história da comunidade remanescente de quilombos Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande-PB. 2013. 193f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFCG, Campina Grande-PB.

MAIA, Doralice Sátyro. **O campo na cidade**: necessidade e desejo (Um estudo sobre subespaços rurais em João Pessoa-PB). 1994. 208f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) –Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MARTINS, Maria Alice Sobral. **Traços da Família Silva/Sobral**. Alagoa Grande, PB: [s.n.], 2004

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no sudoeste escravista, Brasil século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de Menezes. **O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NASCIMENTO, Gizêlda Melo do. **Feitio de viver: memórias de descendentes de escravos**. Londrina: Eduel, 2006.

NUNES, Carla Cristiane. Campo, cidade, urbano e rural: categorias e representações. In: _____. **É muito difícil você ver uma carroça no centro da cidade: Crianças de Juiz de Fora (MG) e suas representações de cidade e campo**. 2009. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG.

PEQUENO FILHO, José de Souza. **Experiências vividas: Escravidão e formação histórica de São João do Cariri (1783-1843)**. 2014. 368f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFCG, Campina Grande.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades invisíveis, cidades sensíveis. In: **RBH**. São Paulo: Anpuh, 2009.

_____. **O imaginário da cidade: Visões literárias do urbano-Paris**. Porto Alegre: EDUFURGS, 2002.

REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos modernos: Histórias da cidade de Recife na década de XX**. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIBEIRO, Rafaela Machado. **O negro e seu mundo: Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893)**. 2012. 237f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Campos dos Goytacazes.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do Cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista: família e parentesco espiritual**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SÁ, Ariane Norma de Meneses. **Escravos, livres e insurgentes: Paraíba, 1850-1888**. João Pessoa: Editora Universitária, 2009.

SALES, José Borges de. **Alagôa Nova: Notícias para sua História**. Fortaleza: Gráfica Editora R. Esteves Tipoprogresso, 1990.

SANTOS, Luiz Carlos dos. **A “modernização” da cidade rural: espaços de rupturas e permanências da cidade de Alagoa Nova-PB (1920-1960)**. 2012. 151 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFCG, Campina Grande-PB.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **Os significados do 13 de maio: A abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da mata Sul de Pernambuco (1884-1893)**. 2014. 227f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

SCHWARTZ, Yves. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Trab., Educ., Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, supl. 1, p. 19-45, 2011.

SOBRAL, José Azevedo. **100 anos da Fazenda Buraco d'Água**. Alagoa Nova, PB: [s.n.], 31 de dezembro de 2004.

SOUTO, Pedro Inácio. **Areia: uma “aldeia” negra paraibana de fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX**. 2015. 173f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFCG, Campina Grande-PB.

SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. **História Oral**, v. 16, n. 2, p. 55-71, jul./dez. 2013.

_____. **Pós-abolição na Bahia: Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus 1888/1930**. 2012. 271f. Tese (Doutorado em História Social) - UFRJ/IFCS/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade: Na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.